

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

13 DE ABRIL DE 2010

22.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. DR. PAULO CAMPOS, SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO, DAS
OBRAS PÚBLICAS E DAS COMUNICAÇÕES.*

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares)

Oradores:

Jorge Costa (PSD)

Ramos Preto (PS)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Pedro Filipe Soares (BE)

Miguel Tiago (PCP)

Luís Gonelha (PS)

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião de hoje.

Eram 10 horas e 18 minutos.

Srs. Deputados, a nossa ordem de trabalhos de hoje é a audição do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, Dr. Paulo Campos, a quem vou dar a palavra, pois manifestou o desejo de fazer uma intervenção inicial.

Sendo assim, tem a palavra, Sr. Dr. Paulo Campos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos** (Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é com muito gosto que estou nesta Comissão, aliás, já tinha dito nos trabalhos parlamentares que teria toda a disponibilidade, assim como o Governo, para prestar todos os esclarecimentos considerados necessários no âmbito dos trabalhos desta Comissão e de todos os outros trabalhos que têm sido feitos neste Parlamento. Tem sido sempre esta a tónica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e, portanto, deste ponto de vista, cá estamos para, mais uma vez, prestar os esclarecimentos que forem necessários.

No entanto, não deixo de registar o facto de, tendo o meu nome sido proferido em, praticamente, todas as sessões de trabalho, ter sido chamado no penúltimo dia de audições. Isto, provavelmente, diz muito daquilo que são os trabalhos, da forma como os mesmos foram conduzidos e do verdadeiro objectivo deste trabalho. Provavelmente, o verdadeiro objectivo dos principais partidos que têm conduzido os trabalhos nesta Comissão não é descobrir a verdade; o principal objectivo, como, se calhar, veremos ao longo desta reunião, é outro.

Deste ponto de vista, quero deixar aqui registado que, para uma Comissão que pretende descobrir a verdade daquilo que aconteceu, chamar no penúltimo dia alguém que foi citada em todas as sessões de trabalho como estando particularmente envolvido na matéria não deixa de ser estranho. Quero, por isso, registar, em primeira instância, este facto.

Quero dizer-vos que tudo isto nasceu com o programa eleitoral do PS às eleições, em 2005, e com o programa eleitoral apresentado pelo primeiro governo de José Sócrates.

Como sabem, foi um governo com uma ambição e uma agenda de crescimento sustentada na qualificação dos portugueses, no aumento da competitividade da nossa economia e tinha, como um dos pilares dessa vertente, o plano tecnológico, que, por sua vez, tinha a ambição de recuperar Portugal, face ao atraso que tinha, em termos de penetração da banda larga (de, portanto, resolver este problema), de melhorar a escola portuguesa, de promover a qualificação dos portugueses e também de aumentar as competências das empresas portuguesas e do próprio País. É neste desígnio que iniciámos o trabalho que, depois, vai concretizar-se no Programa e.escola.

A primeira análise que fizemos, relativamente a esta matéria, foi no sentido de perceber as razões de, nessa altura, existir uma baixa taxa de penetração da banda larga em Portugal, o que, quando comparado com os outros países da União Europeia, colocava Portugal numa situação má nessa fotografia. Isso era consequência e responsabilidade das governações anteriormente, mas a verdade é que, quando chegámos a 2005, tínhamos uma baixíssima taxa de penetração na adesão à banda larga.

Verificámos que o problema... Enfim, havia vários problemas que, obviamente, levavam a esta situação, mas havia um com uma incidência particular: comparadas as estatísticas com a União Europeia, verificámos que havia muito menos computadores nas casas dos portugueses do que nas

dos países da União Europeia. As estatísticas diziam-nos que em 41% dos nossos lares existiam computadores, enquanto nos países da União Europeia eles existiam em 55% dos lares. Portanto, tínhamos uma baixíssima taxa de penetração de computadores nas casas dos portugueses.

Mas, ao contrário, nas casas onde existiam computadores, tínhamos uma alta taxa de penetração. Ou seja, em 49% das casas onde existiam computadores havia ligação à banda larga, enquanto que na União Europeia apenas em 45% das casas onde existiam computadores é que havia ligação à banda larga. Ora, isto demonstrava que uma das razões para a baixa taxa de adesão não era o problema de concorrência ou de preço mas, sim, o problema de não existência de computadores nas casas dos portugueses. Portanto, pela análise clara desta matéria, tornou-se evidente que só resolveríamos verdadeiramente o problema da baixa taxa de penetração da banda larga — é óbvio que teríamos de fazer muitas outras coisas ao nível da concorrência, ao nível dos preços, ao nível de melhorar o funcionamento do mercado — em Portugal através de uma operação de massificação do uso de computadores, nomeadamente nos agregados domésticos. É óbvio que o factor preço era fundamental na questão da adesão à banda larga e também na aquisição do computador. Além disso, em todos os inquéritos que fizemos, havia também um outro factor que era extremamente relevante. Ou seja, os portugueses desconfiavam que um computador nas mãos de crianças com idades menores não era uma boa solução em termos educativos para essas crianças. Enfim, os inquéritos assim o demonstravam. Portanto, tínhamos aqui dois problemas que queríamos resolver: o preço, o custo do computador, e também o da desconfiança relativamente à utilidade do computador na questão educativa e na formação de um jovem.

À volta destes problemas começámos a desenhar a ideia, e a ideia foi exactamente desenvolver um programa que permitisse a massificação do

uso de computadores para catapultar, o que nesta fase considerámos ser absolutamente fundamental e assim veio a acontecer, como se pode ver pelos resultados, a taxa de penetração da banda larga.

Tínhamos vários instrumentos disponíveis, mas, na análise desses diversos instrumentos, aquele que nos pareceu mais adequado, nomeadamente em termos da boa gestão dos dinheiros públicos, foi o da utilização de contributos para a sociedade de informação que tinham sido definidos na fase do concurso de atribuição das licenças dos telemóveis de 3.^a geração.

Bom, então, iniciámos um trabalho para perceber como era possível, nas alternativas possíveis (e, como sabem, a outra alternativa seria a da subsidiação, através do Orçamento do Estado, directamente a esta situação), numa poupança de recursos, utilizar outros recursos que eventualmente estivessem disponíveis. E analisámos, enfim, tudo aquilo que tinha sido feito no passado, relativamente aos contributos da sociedade de informação.

Os Srs. Deputados têm hoje, penso eu, ao vosso dispor... Até 2004, Abril de 2004, foram realizadas 29 actas ou 29 reuniões do Grupo de Trabalho que acompanhava a atribuição das licenças UMTS e os contributos para a sociedade de informação que ficaram objecto nesse concurso. É evidente nestas 29 actas, e presumo que os Srs. Deputados as tenham, mas eu gostaria de deixar uma cópia de pelo menos duas destas actas, as actas 24.^a e 29.^a...

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Essas actas já existem na Comissão. Os Srs. Deputados já as têm.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Em todo o caso, para realçar o que estou a dizer, terei todo o gosto em deixar cópias dessas actas e também de as entregar aos Srs. Jornalistas para que sejam conhecidas por todos.

Nessas actas, o que é que verificamos? Verificamos que, relativamente aos contributos para a sociedade de informação, havia um desconhecimento e, mais do que um desconhecimento, havia uma incapacidade por parte dos agentes do Estado em saberem o que se passava quanto a esses contributos. Vou ler um extracto da 29.º acta da reunião do dia 29 de Abril de 2004, é, aliás, a última acta disponível (e saliento este facto porque depois da de 29 de Abril de 2004 não existe mais nenhuma acta disponível), que diz: «o Presidente solicitou ainda aos membros do Grupo de Trabalho um ponto de situação relativamente ao envio à ANACOM da informação solicitada pelo regulador em reuniões anteriores e com carácter de urgência no respeitante à listagem detalhada dos planos e contribuições UMTS de cada operador móvel.»

A ANACOM referiu que, até à data da realização da 29.ª reunião — estávamos, portanto, em Abril de 2004, quatro anos depois da atribuição das licenças, 29 reuniões depois de, enfim, se ter constituído este Grupo de Trabalho para acompanhar as contribuições —, ainda não tinha recebido qualquer informação.

«O Presidente do Grupo de Trabalho manifestou a sua preocupação relativamente a esta situação de impasse. A TMN confirmou o não envio da informação solicitada. A Vodafone voltou a anunciar a sua total disponibilidade para entregar à ANACOM a referida informação, reiterando que o mesmo acontecerá imediatamente. A ANACOM reiterou, mais uma vez, o seu pedido, referindo que o mesmo já teria sido realizado na 27.ª reunião e reiterado na 28.ª, sendo que ambos os pedidos tinham inclusivamente ficado inscritos nas respectivas actas.»

Enfim, continuaria a ler, mas não vale a pena, leio apenas mais um parágrafo. «Neste sentido, ficou estabelecido o final da semana de 3 de Maio de 2004 como prazo para entrega da informação à ANACOM com vista à efectiva marcação da suprida mencionada reunião».

Ora, tanto quanto podemos saber pelos registos de actas, não existiu mais nenhuma reunião, nem existia, à data, nos registos que podemos consultar, qualquer informação entregue, e, portanto, da responsabilidade dos anteriores governos, sobre a evolução das contrapartidas. Ou seja, o que isto demonstra é que quando quisemos pegar num *dossier*, que foi o das contrapartidas, manifestou-se um total desconhecimento por parte do Estado e uma total irresponsabilidade por parte dos agentes que, durante anos, conduziram este *dossier* sem até àquele momento terem obtido, sequer, não é o resultado mas uma linha de informação sobre como os contributos para a sociedade de informação estavam a ser concretizados.

Mais, quero salientar uma outra acta, a 24.^a, onde também se diz bem da ambição que existia e dos esforços feitos pelos anteriores governos, neste caso liderados pelos Partido Social Democrata em coligação com o CDS, que tentaram executar alguns projectos, mas, pelos vistos, sem qualquer resultado positivo nesse contexto.

Diz-se na 24.^a acta, curiosamente, uma acta... Recordo que este Grupo de Trabalho, nesta altura, era presidido pelo Presidente da UMIC, que estava na dependência directa do Sr. Ministro da Presidência.

Como eu dizia, nesta 24.^a acta há um ensaio relativamente àquilo que, na altura, eram as ambições do Estado e do Governo, nomeadamente o Dr. Diogo Vasconcelos tenta, e está plasmado em acta, estabelecer novos projectos para serem desenvolvidos pela Optimus, TMN e Vodafone em conjunto. Pela primeira vez, há uma ambição do Governo para alterar aqueles que eram os compromissos, e que estavam plasmados nas propostas, para que existisse um projecto em conjunto.

Lembro que, nomeadamente em todos os projectos no domínio da promoção da sociedade de informação, o presidente referiu a possibilidade de existirem, além das iniciativas individuais de cada operador, projectos que se revestiam de características comuns (recordo o e.escola, que se reveste exactamente de características comuns), podendo ser pertinente tirar partido dessas potenciais sinergias, designadamente face às prioridades definidas pelo Governo. Quero também referir que o e.escola, obviamente, foi conduzido para tirar as sinergias exactamente para atender às prioridades definidas pelo Governo, como há pouco referi.

Nesse âmbito, exemplificou com os projectos das fundações — curiosamente, as fundações, nessa altura, também já eram tema aqui nestas actas do Grupo de Trabalho das contrapartidas —, constantes de algumas propostas e que poderiam eventualmente ter sido desenvolvidos em conjunto.

Mais a frente, a mesma pessoa refere os projectos na área da educação como sendo «os potenciais projectos para serem desenvolvidos em conjunto».

As operadoras responderam que tal não seria viável. A este respeito, a Vodafone referiu que, pela sua parte, tal não seria viável em virtude de terem de seguir a política internacional da empresa neste domínio; a TMN informou, por seu lado, que o objecto e âmbito da Fundação Portugal Telecom criada vai para além da dinamização dos projectos previstos ao abrigo da UMTS, pelo que também não seria possível associá-la a projectos de outras fundações; etc.

Ou seja, nessa altura, perante a vontade de o Governo fazer projectos em conjunto que pudessem aproveitar melhor aquelas contrapartidas, tendo em conta os objectivos e as prioridades definidas pelo Governo, os operadores disseram que não e esse processo foi fechado.

Voltando ao que eu pretendia dizer, e fechado o capítulo destas duas actas, de que entregarei cópia ao Sr. Presidente e aos Srs. Jornalistas, o que ficou claro, na análise que fizemos, foi que existia um recurso que estava disponível, que tinha sido desprezado até àquele momento, do qual não existia qualquer informação na posse do Estado sobre a forma como estavam a ser utilizadas estas verbas e que, no passado, tinham existido tentativas de utilização mais adequadas destas verbas e que os operadores tinham recusado, tendo os representantes do Estado, na altura, desistido desta opção.

Nessa altura, verificámos que era necessário fazer mais do que aquilo que tinha sido feito — algo que se revelou, aliás, absolutamente necessário em quase todos os domínios da governação, tal era o estado em que tínhamos recebido os *dossiers* pelos anteriores responsáveis por estas pastas. Deste ponto de vista, fizemos um decreto-lei, em 2006, criando um novo grupo de trabalho, aqui sim, com uma metodologia definida em como realizar e avaliar estes contributos pelos operadores, e, pela primeira vez, um comité para validar estes contributos, permitindo começar a fazer o trabalho seis anos depois de estes contributos terem sido contratualizados pela atribuição das licenças UMTS.

Fizemos um decreto-lei baseado nas informações que tínhamos disponíveis, que, como disse, eram escassas, porque o trabalho existente à época era nulo. E, se bem se recordam, nesse decreto-lei referimos um valor, como valor de contrapartidas, de 1300 milhões de euros, que era o valor, tanto quanto pudemos perceber nos registos existentes e disponíveis na ANACOM, correspondente aos contributos prometidos pelos diferentes operadores de telecomunicações.

Ora, ao começarmos o trabalho de validação e de verificação de todas estas matérias, encontrámos a primeira surpresa: a redução do valor de 1300 milhões de euros para um valor de cerca de 930 milhões de euros.

Esta surpresa custou ao Estado cerca de 400 milhões de euros. Também entregarei cópia ao Sr. Presidente e aos Srs. Jornalistas, porque esta informação só nos foi prestada (e quero salientá-lo, porque nos arquivos existentes, quer no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, quer no Ministério da Economia, não existia cópia desta informação) pelos operadores quando tentámos validar o número de 1300 milhões de euros.

Então, nessa altura, percebemos que, por despacho do então Sr. Ministro da Economia... Vou deixar cópia de duas cartas que, na altura, nos foram entregues, quer pela Sonae quer pela Vodafone, em resposta a cartas que a própria Vodafone e a própria Sonae remeteram ao Sr. Ministro da Economia, na sequência do despacho que o Sr. Ministro da Economia tinha feito relativamente à atribuição do espectro da OniWay às licenças da TMN, Vodafone e Optimus. Esta carta, que, curiosamente, tinha sido assinada pela Chefe de Gabinete do então Sr. Ministro, suscitou uma carta por parte dos operadores para um pedido de confirmação e esta carta seguinte teve um despacho do próprio Ministro a confirmar a carta que tinha sido enviada pela Sr.^a Chefe de Gabinete, e o despacho dizia «concordo com o entendimento referido nesta carta». Ora, o «entendimento referido nesta carta» eram as conclusões que tinham sido enviadas aos operadores pela Sr.^a Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Tavares. Portanto, há um despacho do Ministro a dizer que concorda com o «entendimento referido nesta carta».

O despacho do Sr. Ministro da Economia veio clarificar o modo da sua concretização, nomeadamente naquilo que tinha a ver com a questão dos 400 milhões de euros. Ou seja, evidencia que os projectos que são necessários fazer cumprir por parte dos três operadores que ficaram com o espectro do quarto operador devem assegurar a execução dos projectos já contratados (estamos a falar de quatro projectos com um custo de, tanto

quanto podemos hoje saber, cerca de 1 milhão de euros e de projectos necessários). Portanto, estes quatro projectos tinham de ser integralmente concretizados e havia ainda projectos necessários ao desenvolvimento da sociedade de informação e, como tal, definidos pelo Governo. Diz-se nesse despacho: «Os contributos de operadores constantes de licença serão disponibilizados consoante as prioridades definidas pelo Governo, tendo em vista, nomeadamente, assegurar a adequada coordenação entre eles, evitando também sobreposições. Além disso, deve ser assegurada a realização da contribuição em valor não inferior a 24 939 894,85 € para a Fundação para a Sociedade de Informação, que o Governo pretende promover, seja pela OniWay, pelos seus accionistas ou, proporcionalmente, pelos operadores beneficiários da atribuição das licenças das frequências de UMTS correspondentes à licença da OniWay».

Ou seja, o Sr. Ministro Carlos Tavares perdoa, neste despacho, os pouco mais de 400 milhões de euros de contrapartidas do operador OniWay, fixando estas contrapartidas em cerca de 25 milhões de euros, a serem suportados por esses operadores.

Daí a razão por que, de um momento para o outro, ficámos numa situação em que os 1300 milhões de euros de contrapartidas passam a ser 930 milhões de euros. E sendo que, por despacho do próprio Ministro, havia a intenção de que estes 24 milhões de euros deveriam ser atribuídos a uma Fundação para a Sociedade de Informação, que o Governo pretendia, na altura, promover. Isto à data de 28 de Fevereiro de 2003.

Esta foi, portanto, a primeira surpresa que tivemos quando, depois de constituir um grupo de trabalho e criar um comité de validação, pudemos fazer um trabalho com uma metodologia clara, uma definição clara de como resolver e como desembaraçar o novelo em que se encontrava, seis anos depois da atribuição das licenças, este problema.

Mas as surpresas não ficaram por aqui. A segunda surpresa que tivemos com o Comité de Validação foi que os contributos dados pelos operadores estavam já com um grau significativo de consumo realizado e estavam a ser, essencialmente, consumidos em algo que, acreditávamos, face às prioridades do País, não ser verdadeiramente um factor fundamental. E hoje isso está totalmente claro nos relatórios do Grupo de Trabalho UMTS e do Comité de Validação — e eles já validaram quase todos os contributos que estavam acordados ser realizados. E desses contributos, e estamos a falar de cerca de 930 milhões de euros que ficaram de contributos para serem realizados pelos operadores (e já falaremos se era dinheiro, ou não), destes 930 milhões de euros, tinham sido alocados, no acordo feito com os operadores, cerca de 390 milhões de euros, em conjunto, para o Programa e.escola, pelo que sobravam cerca de 541 milhões de euros para outro tipo de projectos. Destes 541 milhões de euros, Srs. Deputados, foram concretizados quase 440 milhões de euros em subsidiação de placas de telemóveis e terminais e em incrementação da rede e promoção da prestação de serviços através de descontos nas comunicações em segmentos referenciados.

Volto a referir: dos 541 milhões de euros de contributos que não foram alocados a este projecto foram integralmente consumidos em subsidiação de telemóveis e de placas ou em equipamentos para rede, sendo que, naquela altura em que iniciámos a validação, largas centenas de milhões de euros estavam já concretizados nesta área.

Portanto, a segunda surpresa que verificámos foi que, afinal, os contributos estavam a ser canalizados para algo que não era verdadeiramente fundamental para o País — e recordo que Portugal, em termos de penetração de telemóveis, é um dos países com mais altas taxas de penetração e os contributos estavam a ser usados para a aquisição destes equipamentos —, quando poderiam ser usados em projectos altamente

mobilizadores para a sociedade da informação e com vantagens inequívocas para as políticas públicas.

Desse ponto de vista, a segunda surpresa foi esta. A primeira foi o perdoar de 400 milhões de euros, em 2003, com a atribuição do espectro da OniWay aos três outros operadores e a segunda foi a de que, até àquela data, os contributos estavam essencialmente a ser consumidos em subsidiação de equipamentos de telemóveis e placas e ainda em outros equipamentos. Sendo que não havia uma política pública associada à utilização destes contributos e, sobretudo, não havia qualquer controlo — e recorde a todos que, na 29.^a acta, em Abril, fixou-se um último prazo, que, depois, não foi cumprido (por isso, provavelmente tem razão, pois não existiu qualquer outra acta a seguir a esta) —, não havia, por exemplo, qualquer definição de preços máximos. Ou seja, o que existia era que a aquisição destes equipamentos de telemóveis não estava sujeita a qualquer regra, por exemplo, de um preço máximo a que esses telemóveis poderiam ser adquiridos e, portanto, subsidiados e comparticipados, o que, em nossa opinião, revelava uma não tão boa utilização das contrapartidas quanto aquilo que era desejável.

Perante estas evidências, não nos restou outra alternativa, em nome dos compromissos que tínhamos assumido, quando tomámos posse, da defesa da causa pública, senão voltarmos a desafiar os operadores para o mesmo desafio que tinha sido feito, em 17 de Março de 2003, na 24.^a reunião, por parte do, então, Presidente do Grupo de Trabalho, Dr. Diogo Vasconcelos, ou seja, fazermos um projecto em conjunto subordinado a uma política do Governo, a uma política que fosse considerada fundamental — e, neste caso, a que foi considerada fundamental foi a da massificação da utilização dos computadores. Desde o princípio, os operadores levantaram algumas reticências de projecto, como, aliás, tínhamos já levantado na 24.^a acta. Levantaram um conjunto de reticências,

porque, em primeiro lugar, os operadores disseram que os contributos eram projectos a desenvolver pelos próprios e não projectos que fossem liderados pelo Estado, neste contexto. Os operadores sempre manifestaram essa posição.

Os operadores também sempre disseram que os seus contributos — evidenciados nas propostas — eram em espécie, na sua essência, e não no desembolso de dinheiro.

Portanto, um projecto como aquele que o Governo estava a apresentar, em que necessariamente haveria aquisição de equipamentos a terceiros, elevava o grau de percentagem de utilização de dinheiros e não de desembolso em espécie. Desse ponto de vista, os operadores tinham algo a observar neste contexto.

Sempre disseram os operadores que — e tudo isto foi confirmado pelos diferentes operadores que estiveram nesta Comissão — estes contributos eram geridos pelos próprios, num ritmo definido por si. As licenças tinham 15 anos e, portanto, o ritmo deveria ser ao longo desses 15 anos e não num projecto que agora o Estado quisesse fazer de um dia para o outro.

Além disso, os operadores referiram, nessa altura, que os contributos estavam esgotados. E estavam esgotados porque, em relação às propostas feitas, os contributos eram essencialmente descontos em espécie relativamente a uma política tarifária que foi presente nas propostas, em 2000. E essa política tarifária evidenciava *pricing*, ou seja, preços muito superiores àqueles que estavam a ser já praticados em 2006 e em 2007 quando fizemos este trabalho.

O que alegavam os operadores? Alegavam que, como os preços tinham baixado substancialmente face àquilo que tinham sido as suas propostas, os descontos a que se tinham comprometido, afinal, não estavam

a ser dados para segmentos específicos da população mas para toda a população e, como tal, estes contributos estavam esgotados.

Iniciámos, então, nessa altura negociações longas e duríssimas com os operadores, porque não nos resignámos, como no passado os anteriores representantes do Estado se resignaram, a uma manifestação de não aceitação por parte dos operadores perante a opinião do Governo relativamente àquilo que devia ser um projecto definido neste âmbito e com um objectivo de prossecução de políticas públicas.

Ao fim de vários meses de trabalho, de vários meses de trabalho, repito, conseguimos, como disse, através destas negociações longas e duras, obter sucesso e conseguimos aquilo que os anteriores governos ambicionaram mas nunca atingiram.

Por isso, criámos o Programa e.escola, que respeitava os critérios definidos pelos operadores. O programa teria de ser gerido pelos próprios e, portanto, toda a tramitação teria de ser dos próprios, porque era assim que os operadores exigiam. Ou seja, no programa, haveria uma boa parte da matéria que seria feita em desconto, portanto, em espécie e não em desembolso, e daí existir descontos nas operações de comunicação para os beneficiários do Programa e.escola. Criámos um programa que não interferia com o mercado. Aliás, ganhámos muito em trabalhar com o regulador no sentido de encontrarmos uma formulação que não afectasse o funcionamento do mercado. Independentemente dos preços existentes no mercado, era um valor de desconto face ao preço praticado em cada momento no mercado e, por isso, o valor de desconto, em termos globais, porque havia descontos para classes específicas, nomeadamente para alunos mais carenciados, era de 5 € em cada mês de comunicações no programa e.escola face ao tarifário que fosse realizado pelo operador que estivesse a fornecer. Foi um programa que respeitou a concorrência, respeitou o funcionamento do mercado mas, sobretudo, que atribuiu o

princípio da escolha aos beneficiários. Ou seja, qualquer beneficiário podia escolher o operador que entendesse e, dentro do operador que entendesse, escolher a solução que mais se adequava às suas necessidades e, portanto, com o poder de escolha por parte do beneficiário.

Além disso, este Programa integrava uma política pública, que era o da massificação da utilização de computadores e, através disso, aumentávamos a taxa de penetração da banda larga e o acesso à sociedade da informação e a qualificação dos portugueses, que era a ambição que tínhamos com o Plano Tecnológico e com a agenda de crescimento que tinha sido proposta por este governo.

Assim, criámos um programa que respeitava estes princípios, mas que tinha um outro factor absolutamente diferenciador. Ele por si só já era diferenciador pelo facto de não existir no mundo um programa com tais características...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É sim, Sr. Deputado. O Sr. Deputado terá oportunidade e tempo para referir aquilo que achar adequado nessa matéria. Se o Sr. Deputado conseguir demonstrar que existe um outro programa no mundo que tenha estas características, agradecia. Aliás, isto é reconhecido por todas as organizações internacionais. Não é por acaso...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Na sua opinião!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não é «na minha opinião», Sr. Deputado. Todas as organizações internacionais... Aliás, não é por acaso que este programa tem vários prémios internacionais. É exactamente pelo

reconhecimento deste Programa. Não é por acaso que a Fundação da Comunicações Móveis foi convidada a fazer parte de um conselho geral de um organismo das Nações Unidas. Exactamente pela consideração relativamente ao trabalho feito, trabalho inovador e único a nível mundial. Isso é que, provavelmente, custa aos Srs. Deputados. Efectivamente, essa matéria foi concretizada. Foi concretizada com grande sucesso e com um factor absolutamente diferenciador. Este Programa, inicialmente, destinou-se ao 10.º ano, depois foi estendido ao 11.º e ao 12.º anos, depois ao 7.º ano e depois ao 1.º ano. Entre o 1.º e o 12.º anos, hoje, em Portugal, há uma oferta, que nos quatro primeiros anos até é obrigatória para que cada estudante tenha um computador em condições, e, no caso dos estudantes mais velhos, ou seja, entre o 5.º e o 12.º anos, além do computador, há um contrato com preços bonificados durante 36 meses de ligação à banda larga, portanto, comunicações mais baratas.

Há, ainda, um factor absolutamente distintivo neste Programa: apesar do esforço que fizemos no sentido de canalizar todos estes contributos para que a aquisição de computadores fosse com menos custo para os beneficiários, a verdade é que o tornámos absolutamente diferenciador com as condições que demos para os alunos da acção social escolar. Quero recordar que os alunos da acção social escolar do 1.º escalão não pagam rigorosamente 1 € pela aquisição do computador e têm uma adesão à banda larga durante três anos pelo preço mensal de 5 €, um valor muito inferior àquele que é o produzido e o existente nas diferentes ofertas de mercado. O que é que isto permitiu? Permitiu a entrega de computadores em várias centenas de milhares de casas onde de outra forma nunca tinha entrado um computador.

Srs. Deputados, não me esquecerei muitas das situações que vivi ao longo destes anos e, talvez, de governante. Ao longo destes anos de governante, das coisas mais recompensadoras que obtive foi entrar em

algumas casas de algumas famílias e verificar que o computador fornecido pelo Programa e.escola, nomeadamente, o computador *Magalhães*, era hoje uma peça central naquelas famílias e naquelas casas. E verificar a alegria com que essas crianças tinham... Aliás, isso foi testemunhado em vários artigos. Essas famílias tinham...

Aparte inaudível na gravação.

O Sr. Deputado pode chamar figurantes a quem quiser, mas não chame figurante, por exemplo, ao Vítor da Madeira que, quando foi entrevistado perante a catástrofe que ocorreu na Madeira...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Demagogia!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — ... e, perante a situação em que estava aquela região, andava à procura de duas coisas: uma, do seu mealheiro e outra, do seu *Magalhães*. Isso revela muito da importância destes computadores para centenas de milhares de pessoas. Para si, Sr. Deputado, e para o Sr. Deputado Jorge Costa isso pode ser indiferente...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Sr. Secretário de Estado está a fazer demagogia com a tragédia. Isto é lamentável, não queria deixar de o referir.

Entretanto, assume a presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — A verdade está a magoá-lo. Está a ficar magoado com a verdade, Sr. Deputado. Tenha calma.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só faltam três audições para o final desta Comissão de Inquérito e não é agora que vamos «entornar o caldo».

Faça favor de continuar, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Para os Srs. Deputados, essa matéria pode ser indiferente. Para nós, não é indiferente verificar o carinho com que essas pessoas trataram este Programa é absolutamente...

Vozes inaudíveis na gravação.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, acho que há aqui uma terminologia que não pode ser utilizada e V. Ex.^a tem de pôr ordem nisto.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão a interromper o depoimento do Sr. Secretário de Estado...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Utilizar palavras como as que estão a ser utilizadas não me parece bem.

O Sr. **Presidente**: — ... e eu pedia que continuássemos com as condições necessárias para podermos fazer esta audição, como temos feito as outras.

O Sr. **Ramos Preto** (PSD): — Mas as pessoas têm de se comportar...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, temos todos de nos comportar, todos, e é a isso que apelo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como eu estava a dizer, houve um reconhecimento por parte das pessoas. Foram 1,3 milhões de pessoas que subscreveram este Programa, repito 1,3 milhões de pessoas. Foram 1,3 milhões de portugueses que beneficiaram destas condições. Na última semana, foram mais 3000 portugueses que aderiram a este Programa. Na semana anterior, foram mais 3000, na outra 4000. Todas as semanas continuam a aderir portugueses. Isto porquê? Porque vêem que este é um programa com benefício para a sociedade, pelo que têm interesse em aderir.

Mas estava eu a dizer que este Programa, além destas características diferenciadoras, teve esta: a de ser um programa que permitiu a todos os portugueses, independentemente de serem do interior ou do litoral, de classes sociais mais favorecidas ou menos favorecidas, terem a possibilidade, todas elas, de adquirir um computador e uma ligação em banda larga, promovendo assim o acesso à sociedade do conhecimento. Essa, Srs. Deputados, é que é a marca distintiva deste Programa. E os resultados falam por si: o fortalecimento da economia portuguesa. Saliento este factor, porque deste programa resultou também o fortalecimento da economia portuguesa, em vários factores. Não é por acaso que, por exemplo — algo que é muito contestado pelos Srs. Deputados, mas que nos orgulha muito — mais de 40% dos computadores fornecidos neste Programa foram fabricados em Portugal. Isso é algo que nos orgulha profundamente. Orgulha-nos profundamente existir um programa que, ao contrário de outros, não foi comprar tudo ao exterior e muito foi consumido em Portugal, criando emprego em Portugal. São cerca de 400 postos de trabalho que directamente foram criados por este Programa nas empresas

que nele participaram através do aumento do número de empregados nesses locais.

Queria também dizer-vos que a Critical Software, neste momento, é parceira da Intel, através de uma solução que foi desenvolvida e fornecida para este Programa, e os méritos dessa solução desenvolvida foram reconhecidos pela Intel e, neste momento, a Intel nomeou a Critical Software como parceira a nível internacional relativamente a este tipo de projectos. Para quê? Para vender os produtos que a Critical desenvolveu para melhorar o funcionamento dos computadores em ambiente de educação.

Ou, ainda — essa é uma situação verdadeiramente relevante —, por exemplo, aquilo que são os dados do concurso feito pelo Ministério da Educação relativamente a esta segunda fase da iniciativa e.escolinha.

Como sabem, foi lançado um concurso para aquisição de 250 000 portáteis para a segunda fase do programa e.escolinha e apareceram cinco propostas. Curiosamente, destas cinco propostas, quatro são de nacionalidade portuguesa. No passado, tal nunca teria sido possível se não tivessem sido entretanto criadas as condições e desenvolvidas as competências ao longo deste programa e que permitiram que, neste momento, quatro das cinco propostas apresentadas fossem de empresas portuguesas.

Estes são os resultados que podemos apresentar. Os resultados falam por si próprios: é um programa único a nível mundial, somos o único País que se pode orgulhar de ter um programa «uma criança, um computador» acessível para todos os estratos da sua população em idade escolar; é um programa que aumentou extraordinariamente a penetração da banda larga, fazendo com que Portugal passasse de um país que estava a abaixo da média europeia para um país que está acima da média europeia: é um programa que, como disse, criou emprego; é um programa com alta

participação de empresas portuguesas; e, provavelmente, ficaria aqui muito e muito tempo a citar todos os números que são produzidos com os resultados deste programa.

No entanto, isto tem de ser comparado com aquilo que existia — e queria voltar ao ponto inicial da minha intervenção: os resultados falam por si. Estes são os resultados que são apresentados pela execução deste programa. Os resultados que tinham sido apresentados pela execução das contrapartidas no passado eram os de não conseguirem fazer um programa subordinado às políticas públicas, de não existir qualquer controlo sobre a gestão e execução das contrapartidas — aliás, nem controlo nem descontrolo, porque não havia qualquer informação sobre a execução desses contributos — e de não haver quaisquer limites. Quero recordar que, no passado, os consumos dos contributos foram essencialmente na aquisição de equipamentos. Curiosamente, nessa altura não havia problemas relativamente a concursos públicos. Estamos a falar de aquisição de equipamentos e, nessa altura, não havia problemas de concursos públicos. Em nenhuma acta ou em nenhuma orientação existente no passado houve qualquer preocupação relativamente a concursos públicos, sendo que foram gastos centenas de milhões, nessa altura, em aquisição de equipamentos.

Como estava a dizer, mais grave do que isso é que esses equipamentos foram todos comprados sem definição de características por parte do Governo e sem preços máximos, coisa que agora não aconteceu. Ou seja, este programa e a execução dos contributos deste programa foram sempre com características definidas pelo Governo, face às exigências que o Estado tinha nesta matéria, e com tectos de referência máximos que não permitissem, obviamente, uma má utilização destes dinheiros.

Era isto que em termos iniciais gostaria de referir. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Queria cumprimentar todos e dizer que a razão do meu atraso teve a ver com o facto de ter estado no velório do Dr. Nascimento Rodrigues. Não podia deixar de lá estar e, portanto, a razão do atraso que tive.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, vamos fazer uma pequena apresentação para enquadrar as perguntas que queremos colocar.

No entanto, antes disso, quero referir o facto de o Sr. Secretário de Estado ter vindo aqui fazer um acto de «malabarismo político», começando, desde logo, por pôr em causa as decisões da própria Comissão de Inquérito, as quais o Sr. Secretário de Estado só tem de acatar.

Estamos numa Comissão de Inquérito e não numa conferência, mas o Sr. Secretário de Estado deve achar que vinha para aqui fazer uma conferência. Uma comissão de inquérito tem poderes judiciais. O Sr. Secretário de Estado não chega ao tribunal e discute com os juízes a ordem das audições. As audições são fixadas e determinadas pela Comissão de Inquérito. Foi o que aqui aconteceu. A ordem das audições foi definida por decisão unânime e consensual da Comissão de Inquérito. Portanto, o Sr. Secretário de Estado é ouvido no momento em que a Comissão de Inquérito entende e não quando acha que deveria ser ouvido. E esta é uma decisão unânime que compete à Comissão de Inquérito e o Sr. Secretário de Estado não tem outro remédio senão acatar, por muito que lhe custe.

O Sr. Secretário de Estado referiu que o verdadeiro objectivo não é descobrir a verdade, mas é. Não sei de que tem medo o Sr. Secretário de Estado. Aliás, assinalamos que, quando anunciámos a constituição da Comissão de Inquérito no próprio Plenário, o Sr. Secretário de Estado disse que ia divulgar na *Internet* toda a informação disponível para que todos os portugueses a pudessem conhecer. Ainda estamos à espera que divulgue

essa informação na *Internet*. E vem hoje aqui tentar deturpar os factos, faltando à verdade descaradamente em alguns aspectos.

Distribuiremos também hoje à imprensa cópias não de duas ou três mas de todas as actas do Grupo de Trabalho UMTS, para que a imprensa possa verificar quem é que fez o quê no âmbito desse Grupo de Trabalho. Foi criado em 21 de Dezembro de 2000 e quem detinha a informação e a capacidade de intervenção sobre a aplicação das contrapartidas no âmbito deste Grupo de Trabalho era a representante da Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, chamada Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues. Já aqui foi ouvida, nesta Comissão, e esteve nesse Grupo de Trabalho desde a reunião n.º 1 à reunião n.º 22, ou seja, até 6 de Novembro de 2002. A imprensa poderá depois, naturalmente, analisar.

Também distribuiremos cópia de todas as actas do Comité de Validação das Contrapartidas para que se possa perceber o que, de facto, está validado.


Denunciámos este processo da constituição da Fundação em 25 de Junho de 2009, no debate do Plenário da Assembleia da República. O Governo, logo nessa altura, desdobrou-se em explicações, dizendo que era tudo transparente, que era tudo suportado pelos operadores e que não havia sequer custos para o Estado. Percebeu-se logo que havia aqui «gato escondido com rabo de fora». Basta analisar os contratos, os acordos, os protocolos assinados, nos quais é referido explicitamente (assinado, em baixo, pelo Governo) que o Governo desempenha papel preponderante na gestão da Fundação para as Comunicações Móveis.

O objectivo desta Comissão é avaliar a actuação do Governo no âmbito da criação da Fundação para as Comunicações Móveis. Não ouvimos uma única palavra do Sr. Secretário de Estado sobre este assunto durante o «comício» que aqui quis fazer. Não ouvimos nem uma palavra sobre a Fundação, sobre o concurso,...


O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Esse é o objecto da Comissão!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... sobre a utilização de dinheiros públicos — zero, zero, zero! Ou seja, vem aqui, num acto de «malabarismo político», tentar reescrever a história, faltando à verdade descaradamente.


Por isso, aproveitando algumas audições que já aqui foram realizadas, vamos mostrar-lhes de quem foi a ideia da fundação.


GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA  **Síntese das Audições**

A IDEIA DE FUNDAÇÃO...

 Eng.º **Mário Lino**: — “... quem falou pela primeira vez na fundação não foi ninguém do gabinete, **foram os operadores...**” **SERÁ?**

“..na proposta inicial da TMN não foi feita referencia a nenhuma fundação...”
“...em Dezembro 2007, veio a ideia de Fundação por parte do Ministério..a proposta foi aceite...”

Zeinal Bava, TMN 

 “...a nossa Direcção Legal na análise que fez sobre a exequibilidade dos projectos, ao fim e ao cabo, através do **Fundo** considerou que **era perfeitamente possível...**”
“ a constituição da **Fundação não foi realmente uma iniciativa da Vodafone...**”

António Coimbra, Vodafone

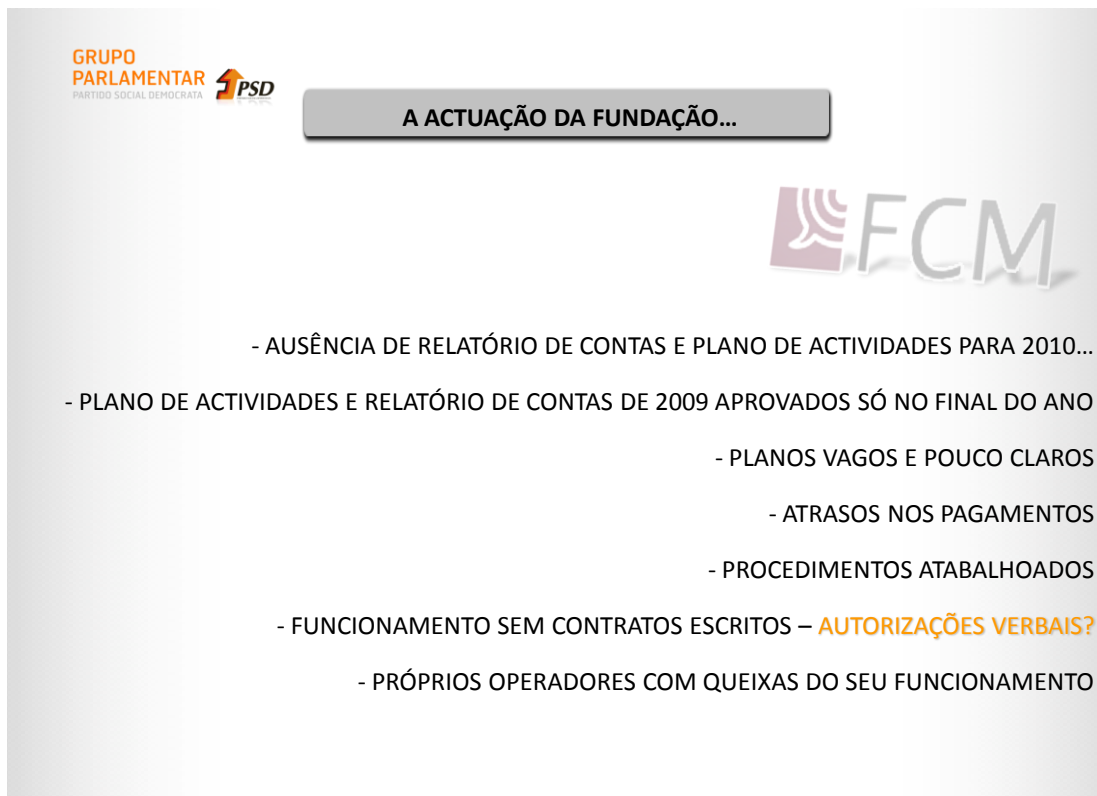
“A Prof. Maria de Lurdes Rodrigues...colocando para reflexão a questão da oportunidade da criação de uma ou mais fundações.”

[acta n.º 2 GT-UMTS, de 4 de Abril de 2001]

Ao contrário do que disse aqui o Eng.º Mário Lino na primeira audição, ou seja, de que quem falou da Fundação foram os operadores, ficou aqui demonstrado, quer pela TMN quer pela Vodafone, a ideia de que a Fundação não foi iniciativa de nenhum dos operadores, partiu do Ministério, tem um rosto e este rosto chama-se Dr. Paulo Campos, Secretário de Estado das Obras Públicas. Quem primeiro teve a ideia de

criar uma fundação, como consta da acta n.º 2 do Grupo de Trabalho UMTS, de 4 de Abril de 2001 (que também distribuiremos), foi a Prof.ª Maria de Lurdes Rodrigues, que diz que é colocada para reflexão a questão da oportunidade de criação de uma ou mais fundações. É aqui a primeira vez que se fala em fundações, por muito que se possa dizer o contrário. E é do gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas que sai, a 10 de Dezembro de 2007, como aqui foi referido por vários dos operadores, a carta com a proposta de Fundação e os respectivos estatutos.

O objectivo da Comissão é também perceber a actuação da Fundação.



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA PSD

A ACTUAÇÃO DA FUNDAÇÃO...

FCM

- AUSÊNCIA DE RELATÓRIO DE CONTAS E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2010...
- PLANO DE ACTIVIDADES E RELATÓRIO DE CONTAS DE 2009 APROVADOS SÓ NO FINAL DO ANO
 - PLANOS VAGOS E POUCO CLAROS
 - ATRASOS NOS PAGAMENTOS
 - PROCEDIMENTOS ATABALHOADOS
- FUNCIONAMENTO SEM CONTRATOS ESCRITOS – **AUTORIZAÇÕES VERBAIS?**
- PRÓPRIOS OPERADORES COM QUEIXAS DO SEU FUNCIONAMENTO

Como ficou aqui concluído, esta é uma Fundação que funciona mal, com ausência de relatório de contas e plano de actividades para 2010 (e já vamos em Abril), com plano de actividades e relatório de 2009 aprovados só no final do ano, a 30 de Dezembro, com planos vagos e pouco claros,

com atrasos nos pagamentos, com procedimentos atabalhoados, com autorizações verbais e funcionamento sem contratos escritos. São os próprios operadores que se queixam do seu funcionamento.

Pergunto-lhe: o que é que fez o Governo quanto a isto? Encolheu os ombros? Assobiou para o ar? Gostávamos de saber o que é que fez o Governo ao tomar conhecimento da actuação da Fundação desta forma.

É uma Fundação que tem ainda hoje dívidas aos operadores.



Deve 4 milhões de euros à Vodafone, 9 milhões de euros à Optimus, 96 milhões de euros à TMN. A nossa preocupação nesta Comissão é como que estas dívidas vão ser pagas. De onde é que vem o dinheiro público para pagar esta dívida que ainda existe? De que orçamento é que vai ser transferido? É mais dinheiro da acção social escolar ou é mais dinheiro de que outra fonte do Orçamento do Estado?

Para além de querermos saber como é que funcionava a Fundação,

também quisemos saber quem é que conduziu todo este processo junto dos operadores e que culminou no *Magalhães*.

GRUPO PARLAMENTAR
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA 

Síntese das Audições

QUEM CONDUZIU O PROCESSO...

 “Secretário de Estado das Obras Públicas”
Ângelo Paupério, Sonae

“O MOPTC estava a par de tudo [da FCM]”
Pedro Costa, Conselho Geral da FCM 

 “...desde o início foi assumido que o Governo poderia definir prioridades para a execução dos projectos que os operadores viessem a fazer ...”
Eduardo Cardadeiro, Anacom

“Iniciativa de contacto foi do Governo, aparece pelo Paulo Campos”
“Processo negocial em Portugal? Mário Franco, Paulo Campos, João da Mata”
“O Governo teve que indicar as entidades (no contrato) que iriam beneficiar das condições que a Microsoft fazia” ...
Nuno Duarte, Microsoft 

A resposta de todos os operadores é inequívoca: foi, no Ministério das Obras Públicas, o Secretário de Estado das Obras Públicas. Isto foi dito pela Sonae, foi dito pela ANACOM, foi dito pela TMN, foi dito pela Vodafone e foi dito pela Microsoft que a iniciativa de contacto do Governo aparece pelo Dr. Paulo Campos. Foi o Governo que indicou as entidades que iriam beneficiar das condições da Microsoft. Todo este processo conduz sempre à mesma personagem.

QUEM CONDUZIU O PROCESSO...



“MOPTC já andava a fazer qualquer coisa, mas propuseram-nos fazer tudo em conjunto – isto dava muito ambiente mediático”

“os contactos foram feitos com o MOPTC, sempre”

Jorge Couto, JP Sá Couto

“o processo não foi iniciado pela Intel...”

“Trabalhámos com o Gabinete de Mário Lino”

Brian Gonzalez, Intel



“em Julho de 2008 (dias 22 e 25), também com os outros operadores, a Zon teve reuniões a convite do Ministério, onde até falaram dos potenciais fornecedores...”

“os interlocutores no Governo foram Mário Lino e Paulo Campos”

“a iniciativa da Zon entrar no processo foi do Governo...”

Rodrigo Costa, Zon


Ficou claro também que a própria JP Sá Couto referiu aqui que tudo isto tinha sempre a preocupação do ambiente mediático, de que os contactos desenvolvidos pelo Ministério tivessem exactamente esse objectivo. A Intel disse que trabalhou com o gabinete do Ministério. Depois, soubemos pela ZON da existência das reuniões de 22 e 25 de Julho de 2008 com os outros operadores no Ministério, onde falaram dos potenciais fornecedores. Pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado: o que é que foi discutido nessas reuniões de 22 e 25 de Julho, que são as duas datas que antecedem o famoso dia 30 de Julho de 2008, em que é assinado o protocolo no Pavilhão Atlântico?

Gostaríamos de saber, primeiro, se confirma a sua realização e, depois, o que é que ficou determinado nessas reuniões relativamente aos fornecimentos.


Sabemos hoje que organizaram o dia do *Magalhães*, o tal dia 30 de Julho de 2008, contactaram os operadores, propuseram-lhes o *Magalhães* e

contrataram o Pavilhão Atlântico. Já recebemos a informação do Pavilhão Atlântico, relativamente à contratação feita para cerimónia, segundo a qual é o Ministério que contrata o Pavilhão Atlântico, ou seja, que contacta, recebe a proposta por *fax* no dia 25 de Julho e que, depois, confirma a adjudicação e manda a conta para a Youtsu.

Foi a Vodafone que aqui referiu que foram convidados pelo Ministério para essa reunião e que existiram várias reuniões promovidas pelo Sr. Secretário de Estado.

GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA  **Síntese das Audições**

QUEM CONDUZIU O PROCESSO...

 “Foi o Governo, em carta de Dezembro de 07, que indicou que as contribuições iam para a FCM...”

“O Acordo de Princípios foi negociado previamente e foi assinado nessa cerimónia (30 Julho 2008), e onde se dizia que seria depois formalizado a 30 de Agosto, depois não aconteceu, só aconteceu muito mais tarde, e com efeitos retroactivos.”

“fomos convidados a estar presentes pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações”

“houve uma reunião a vinte e tal, onde nos foi apresentado e nós fomos convidados a participar no projecto do e-escolinhas, e lembro-me que houve várias reuniões promovidas pelo senhor Secretário de Estado.”

António Coimbra, Vodafone

CONCLUSÃO:

- MOPTC TEVE A IDEIA, A INICIATIVA E CONDUZIU TODO O PROCESSO!

Não há nenhuma dúvida quanto ao facto de que foi o Ministério que teve a ideia, foi o Governo que teve a ideia e a iniciativa e que conduziu todo este processo.

No entanto, o problema é que mais tarde é que assinaram os contratos. Há todo um processo que se desenvolve sem assinatura de contratos de aquisição de computadores e há entregas sem contratos.

E.ESCOLAS / E.ESCOLINHAS



“Mário Franco era o pivot, quem operacionalizava as questões no e.escola”

Zeinal Bava, TMN

“Autonomamente nenhum operador iria entrar neste projecto (e-escolas)”
“Existiram entregas (de computadores) sem dúvida antes de o acordo estar completamente firmado.”



António Coimbra, Vodafone

CONCLUSÃO:

- AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E ENTREGAS SEM CONTRATOS!

O Secretário de Estado não sabia disto?! Andava a entregar computadores pelo País fora, sabendo que não existiam contratos?! Se sabia e o fez, é grave. Se não sabia, ainda é mais grave, como é evidente, porque deu cobertura a um processo que é completamente ilegal. O Tribunal de Contas se pronunciará, naturalmente, quanto a isso.

Passo à definição das características dos computadores.

DEFINIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS
COMPUTADORES

- CARACTERÍSTICAS FORAM ENVIADAS AOS OPERADORES PELA FCM
- SUPOSTAMENTE HAVIA UMA TASK FORCE DO M.E. A DEFINIR O PROGRAMA...
-MAS ESTE TASKFORCE NUNCA EXISTIU...

AFINAL QUEM FOI O ALFAIATE?
A FCM NÃO TEVE TEMPO

 **FCM**
CRIADA 11 SET (5ª FEIRA)

→
CARACTERÍSTICAS
ENTREGUES A 15 SET
(2ª FEIRA)

- SÓ PODE TER SIDO O GOVERNO!

**Dia 23 de Setembro eram entregues os primeiros 3.000 computadores
Magalhães pelo Primeiro-Ministro e onze outros governantes.**

Soubemos pelas audições que as características foram enviadas aos operadores pela Fundação. Supostamente até havia uma *task force*, mas agora o Ministério da Educação vem dizer que nunca existiu *task force* nenhuma. Acabámos por descobrir que só pode ter sido o Governo, de facto, a tratar disto. A Fundação foi criada a 11 de Setembro e não teve tempo de preparar as características que foram enviadas aos operadores no dia 15 de Setembro, segunda-feira. E ninguém teve tempo de preparar, com estes prazos, a entrega dos primeiros 3000 computadores pelo Primeiro-Ministro e 11 outros governantes no dia 23 de Setembro. É evidente que tudo isto se desenrolou antecipadamente.

Pergunto, Sr. Secretário de Estado: qual a sua participação quer na preparação da cerimónia do Pavilhão Atlântico quer em todo este processo?

Não vale a pena insistir em dizer que havia muitos computadores que poderiam ser utilizados para a venda. Não é verdade. Ficou claro aqui que só havia um que satisfizesse estas condições.

DEFINIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS COMPUTADORES

Síntese das Audições



“havia outros computadores com as mesmas características técnicas (que o Magalhães). Que satisfizessem todas as condições do caderno de encargos não encontrámos mais nenhum.” ... “E isso provavelmente responde à questão que me levantou de porque é que todos os operadores terão escolhido aquele”

Ângelo Paupério, Sonae



“O Governo definiu requisitos técnicos e preço máximo, e nós executámos isso perante o Estado”

Zeinal Bava, TMN

“Recebemos as especificações a 15 de Setembro” [4 dias depois da criação da FCM]
Com aquelas especificações só havia 2 entidades capazes de fornecer para entrega imediata, havia outras possibilidades mas não para entrega imediata, com entrega imediata só havia 2 entidades que eram a Youtsu e a Inforlândia” (mas só compraram à Youtsu).



António Coimbra, Vodafone



“Intel não participou na definição das características para o computador Magalhães” ... “Protocolo entre a Intel e o Governo não teve execução”

Brian Gonzalez, Intel

Isto foi dito por todos os operadores e até por aquele que disse que consultou duas empresas — a Inforlândia e a Youtsu —, que, posteriormente, já escreveu uma carta à Comissão, referindo que apenas foram comprados computadores a uma única entidade, a um consórcio, no qual está englobado a JP Sá Couto. Soubemos também que o tal protocolo entre Intel e o Governo, que teve tanta pompa e circunstância, pelos visto, acabou por não ter execução.

O Sr. **Presidente**: — Tenha atenção ao tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Terminarei rapidamente, Sr. Presidente.

Em todo este processo, a JP Sá Couto, que em Dezembro de 2007 foi apresentar a ideia ao Governo, teve, de facto, informação privilegiada, que

lhe permitiu depois preparar-se para ser a única a poder fornecer computadores.

GRUPO PARLAMENTAR
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA 

Síntese das Audições

SOBRE O MAGALHÃES

“As task force reuniam quando era necessário, discutíamos e, obviamente, a entidade executora tirava as suas conclusões e executava. Não há actas.”


Carlos Zorrinho, Coordenador do Plano Tecnológico

JP Sá Couto - em Dezembro de 2007 foram apresentar a ideia ao Governo


“As viagens de preparação, à China, foram em Janeiro/Fevereiro de 2008”
“Estávamos preparados para fazer a primeira entrega...”
Jorge Couto, JP Sá Couto

CONCLUSÃO:

SÓ A “JP Sá Couto” PODIA TER FORNECIDO COMPUTADORES.

Não estamos a discutir o mérito do computador, o mérito do *Magalhães*, não é esse o objectivo da Comissão de Inquérito. O objectivo é a forma como foi utilizado dinheiro público, porque para esta operação foi utilizado, inequivocamente, dinheiro público.

A ORIGEM DO DINHEIRO

Em cash dos operadores (contas até Setembro 2009)

	€ 13,2 Milhões
	€ 19,3 Milhões
	€ 147,5 Milhões
TOTAL =	€ 180 Milhões de euros

Outras fontes:





	€ 36 Milhões
	€ 220 Milhões

TOTAL DE DINHEIRO PÚBLICO APLICADO SEM CONCURSO :
€ 436 MILHÕES

Os operadores deram em *cash*, fizemos as contas de acordo com as audições, 180 milhões de euros à Fundação, a ANACOM contribuiu com 36 milhões de euros e a acção social escolar com 180 milhões de euros, mas, segundo disse aqui o Presidente da Fundação, iria chegar aos 220 milhões de euros. Ou seja, estamos a falar de 436 milhões de euros utilizados sem concurso, em *cash*. Os 180 milhões de euros dos operadores não foi dinheiro que eles aplicaram na aquisição de computadores. Não! Foi dinheiro que eles entregaram à Fundação por cada computador que fosse, de facto, entregue aos beneficiários, para além de outros montantes que foram entregues além das contrapartidas.

EXTRA-CONTRAPARTIDAS



Em cash, para além das contrapartidas

	€ 0,6 Milhões
	€ 0,1 Milhões
	€ 61,7 Milhões
	€ 1 Milhão
Microsoft	€ 2,3 Milhões
TOTAL =	€ 65,7 Milhões

No final das contrapartidas, também soubemos que, ainda estarão disponíveis 88 milhões de euros. Disseram aqui a TMN e a Optimus.

SALDOS AINDA EXISTENTES DAS CONTRAPARTIDAS

Por executar:

	€ 74 Milhões	Total: € 88 Milhões
	€ 14 Milhões	



“Há aqui uma mudança fundamental: agora, já não estou a gastar dinheiro dos operadores, já estou só a gastar dinheiro do Estado”

“Na verdade, ficou aquém; se houvesse mais **dinheiro**, mais se poderia gastar. Agora, vai fazer-se a continuação desse programa e, para aí, já não há contrapartidas. Portanto, se eu tivesse mais dinheiro e contrapartidas, mais se poderia fazer com esse dinheiro, mas já se esgotou.”

Mário Lino

Valor base do novo concurso: **€ 50 Milhões.**
Afiml ainda há contrapartidas que cobririam este valor.

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO! PESO DE CONSCIÊNCIA?

Ou seja, ao contrário do que disse o ex-Ministro Mário Lino, a justificar a mudança de estratégia, afinal, se há 88 milhões de euros disponíveis, se o valor base do concurso que lançaram foi 50 milhões, é evidente que a mudança de procedimento só tem uma razão: peso de consciência, seguramente.

Passo às contrapartidas.



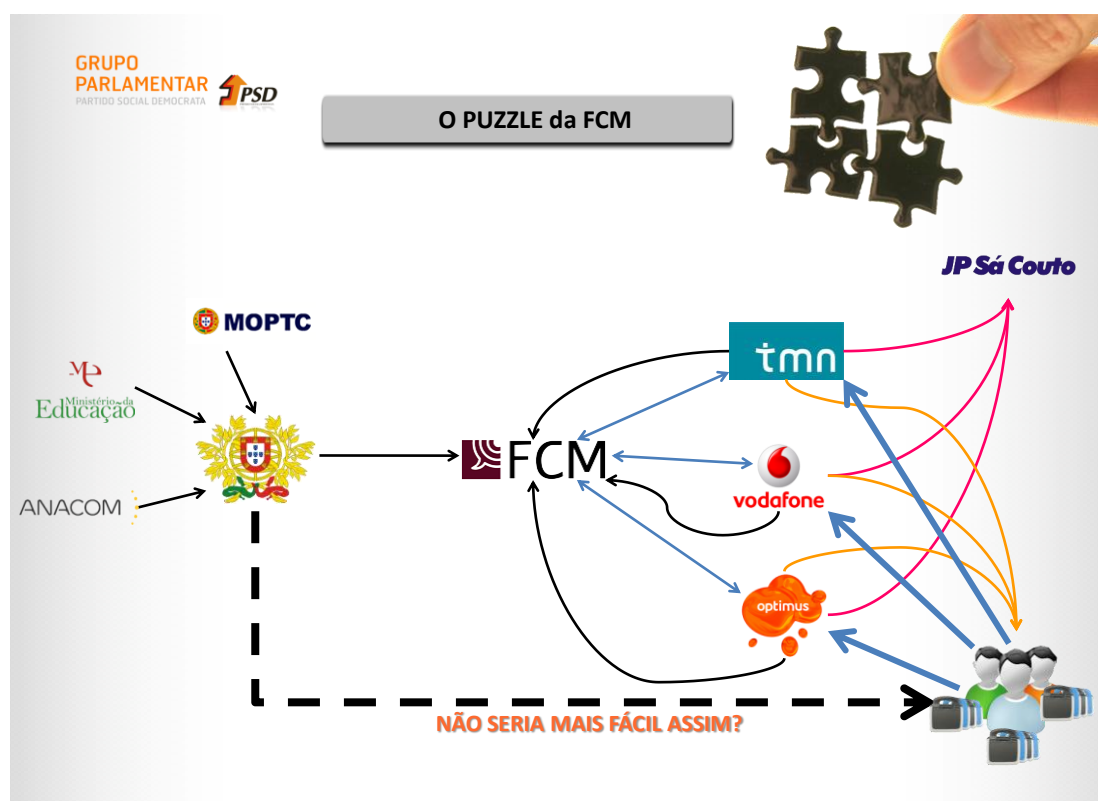
O Comité de Validação das Contrapartidas só foi criado a 30 de Outubro de 2006. A primeira validação foi a 28 de Maio de 2007.

Como é que o Sr. Secretário de Estado pode aqui vir acusar outros relativamente à actuação do Comité de Validação, quando ele só foi criado em Outubro de 2006, no governo de que fazia parte, e teve a primeira validação apenas em Maio de 2007? Também vamos distribuir as actas ao

Srs. Jornalistas para poderem verificar que, dos 541 milhões de euros, só há registo de validações no valor de 368 milhões.

Ou seja, o que aconteceu foi que o Governo e a Fundação fizeram um negócio com os operadores. O objectivo era «sacar» os 389 milhões para todo este processo, para alocar às iniciativas. Relativamente aos 541 milhões de euros, houve alguma displicência em todo o processo, porque o importante era obter os 389 milhões para o Programa e.escola.

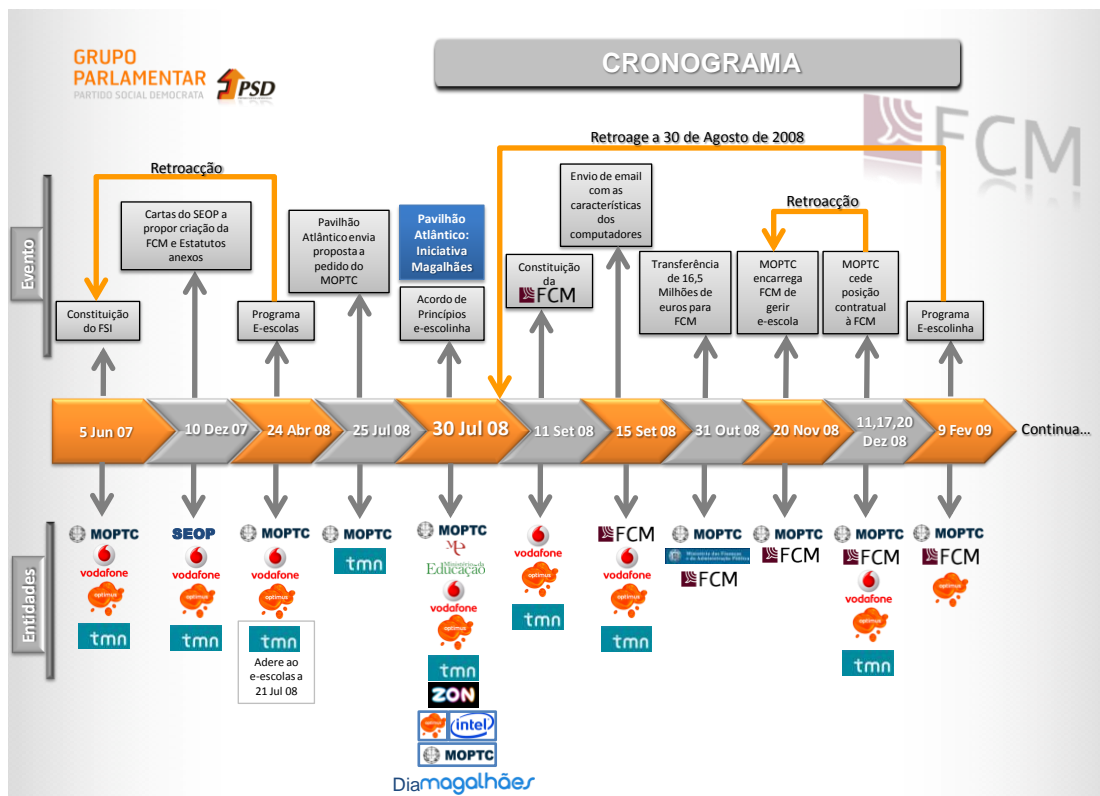
Por isso, montaram um *puzzle*.



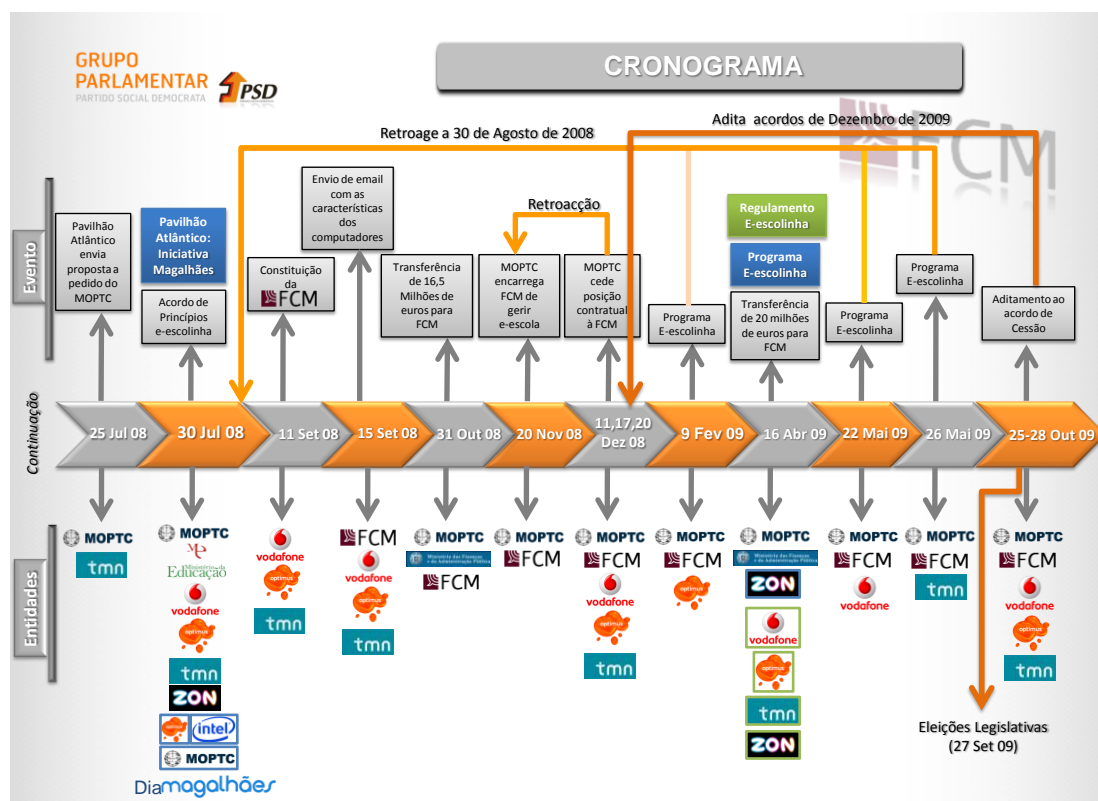
Os operadores entregam em *cash* por cada computador fornecido e a Fundação, depois, paga esses computadores com o mesmo dinheiro. Ou seja, é um *puzzle* que aqui foi montado que envolve a Fundação, os operadores, a JP Sá Couto quando isto podia ter sido feito directamente. As entidades governamentais, fosse o Ministério das Obras, Públicas, o

Ministério da Educação, ou a ANACOM, podiam ter feito isto directamente com os beneficiários de uma forma muito mais transparente.

O cronograma que disponibilizamos é claro em toda esta sucessão de datas e da forma como retroagem os contratos. Os contratos foram sendo feitos a *posteriori*, e retroagem todos, curiosamente, a datas anteriores à Fundação, ficando claro o atabalhoamento como todo este processo foi desenvolvido.



No final de tudo isto, subemos que houve um convite para o dia 30, enviado pelo Ministério das Obras Públicas, onde aparece a silhueta de um computador (gostávamos de perceber as diferenças... não há diferenças, há semelhanças), há um computador na fotografia dos «irmãos Magalhães». O computador é evidentemente o mesmo, não há dúvida sobre o que aqui se passou. Ou seja, quem, de facto, olha para as fotografias e considera que é o mesmo acertou na solução desta questão.



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Campos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, usarei da palavra e tentarei utilizar o melhor que puder no tempo que tenho disponível.

Sr. Presidente, se estamos perante uma comissão de inquérito em que, de acordo com as palavras do Sr. Deputado, há um juiz ou alguém que inquire uma testemunha, a verdade é que não sei que perguntas é que me foram feitas nesta inquirição de testemunha. Ou seja, o Sr. Deputado, ao contrário do que disse, limitou-se a fazer...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Fiz três perguntas, que o Sr. Presidente registou.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não o interrompi, pelo que gostaria que tivesse a mesma condescendência que tive para com o Sr. Deputado. O Sr. Presidente gerirá da forma mais adequada, mas, desse ponto de vista, deixe-me ter, pelo menos, o mesmo relacionamento, a mesma consideração que tive para consigo.

Relativamente às longas questões que aqui foram debatidas, fica claro, por esta intervenção, qual é o objectivo e a razão por que fui solicitado a estar aqui presente, hoje, no penúltimo dia de audições desta Comissão.

Verifiquei, antes de aqui chegar, que havia uma acusação por parte do PSD, que foi de alguma forma velada neste contexto, de que eu seria o «alfaiate» de uma determinada situação. O que aqui encontro é um «fato feito», não é uma questão de «alfaiate». Quanto ao «alfaiate», não tenho problema algum, porque, deste ponto de vista, se quer dizer que um alfaiate é alguém que executa, é alguém que constrói, é alguém que realiza, pois, nós fizemos, executámos, construámos e realizámos um programa, um projecto para responder às necessidades do País, para responder à necessidade de 1 300 000 portugueses e para responder às necessidades da economia portuguesa.

Sobre isto podemos falar, por exemplo, do que aconteceu com o saldo da balança tecnológica, que até 2007 era negativo e que agora é positivo, consequências exactamente deste e de outros projectos que foram executados. Portanto, deste ponto de vista, se querem dizer que «alfaiate» é alguém que executa, que concretiza, que constrói, que realiza, pois, fomos «alfaiates» e, posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que até fomos bons «alfaiates», porque os resultados que temos são excelentes. Porém, não compro o «fato» à medida que o Sr. Deputado quer fazer, com uma manta de retalhos. Esse é que não compro.

Até porque fica evidente a manipulação que o Sr. Deputado e o seu partido quiseram e querem fazer desta Comissão. Sr. Deputado, não vim aqui discutir as decisões da Comissão, mas tenho o direito de registar as opções da Comissão.

Não discuti as opções da Comissão, apenas registei uma opção e estou a transmitir esse registo, para que quem ouça o possa saber. Esta Comissão, de acordo com a sua apresentação, considera o personagem Paulo Campos e o Ministério das Obras Públicas como a peça fundamental nesta matéria. Pois, é curioso que, para quem quer saber a verdade, queira apenas ouvir, com diz, a peça fundamental deste processo, no último dia de inquirições, depois de ter ouvido um conjunto longo de pessoas. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que o senhor tentou construir aqui um «fato à medida» para mo impor, mas eu não compro o seu «fato». Prefiro ser o «alfaiate» e construir, porque sei o que faço nesses, e não sei aquilo que o Sr. Deputado e o seu partido têm feito, porque, aliás, nesta matéria, não existe registo de rigorosamente nada.

Aliás, o Sr. Deputado, deste ponto de vista, tem responsabilidades, era responsável do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que tinha a tutela deste *dossier*.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isso é mentira, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado e Sr. Deputado Jorge Costa, é evidente que é muito difícil regular este tipo de diálogo. Fica registada a afirmação do Sr. Secretário de Estado, fica registada a objecção do Sr. Deputado.

Para que a Comissão funcione nos termos em que é suposto funcionar, peço ao Sr. Secretário de Estado que responda às três questões

que foram colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Costa. Uma tem a ver com o que se passou nas reuniões de 22 e 25 ou 25 e 27 de Julho (já não me recordo bem) e a outra tem a ver com o funcionamento da Fundação (desta recordo-me). Falta-me uma (como não aponte, já não me lembro).

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Tem a ver com a participação do Sr. Secretário de Estado na parte final do processo da escolha da definição das características do e.escolinha.

O Sr. **Presidente**: — Peço que nos concentremos nas questões que são objecto desta Comissão de Inquérito e aos Srs. Deputados que não interrompam o Sr. Secretário de Estado, quando está a prestar o seu depoimento e que fossemos o mais objectivos possível em relação às questões colocadas nesta Comissão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, reponderei às suas perguntas, mas não poderei deixar passar em claro — porque estou aqui para transmitir a verdade do que se passou — um conjunto de afirmações que fez nos minutos que utilizou quanto a esta matéria. Portanto, Sr. Deputado, deste ponto de vista, as coisas terão de ser clarificadas e se o Ministério tinha ou não responsabilidades e se o senhor, como responsável do Ministério, tinha ou não responsabilidades, isso é muito claro, basta ver as competências do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Portanto, esta é uma matéria de comunicações e, como o senhor sabe, esta era uma competência do anterior Ministério e do anterior governo, de que o senhor parte e onde tinha responsabilidades.

Deste ponto de vista, quero referir, porque não é indiferente para esta audição, que essas responsabilidades, no passado, não foram executadas.

O Sr. Deputado pergunta-me o que é que eu fiz relativamente ao funcionamento da Fundação. Explicar-lhe-ei o que fiz, explicar-lhe-ei tudo, mas o que registo (e não vou perguntar, porque não tenho a possibilidade de o fazer na inquirição) é que o senhor e os representantes dos diferentes Ministérios, que tinham responsabilidades sobre esta matéria, durante anos e anos, apesar de terem tentado, por algumas formas, saber alguma informação de como estavam a ser executadas contrapartidas, renunciaram a saber mais quando os operadores não cumpriram essas obrigações.

Quando chegámos, em 2005, não havia qualquer registo de informação que tivesse sido prestada pelos operadores aos Srs. Governantes anteriores, nos quais o senhor se incluía.

Aquilo que estava a referir é que nesta...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É muito fácil comprovar.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas gostaria de explicar ao Sr. Secretário de Estado o seguinte: já disse que vamos distribuir cópia das actas do Grupo de Trabalho UMTS, que começou em Dezembro de 2000. Tem 22 reuniões, portanto é fácil de verificar que é mentira o que está a dizer.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, será muito difícil mantermos o diálogo desta forma.

O senhor disse, há pouco, que eu faltava à verdade descaradamente. Tive consideração por isso e não o interrompi, mesmo considerando que era uma infâmia aquilo que o senhor estava a fazer. Se o Sr. Deputado

entender interromper, se o Sr. Presidente o autorizar, estará no uso dessa possibilidade, mas, desta forma, muito dificilmente esclareceremos o que quer que seja neste contexto.

Deste ponto de vista, é muito claro que as responsabilidades existentes são dos anteriores governos, são dos responsáveis dos governos em que à data eram responsáveis pelos órgãos que tinham. Portanto, o que estou a dizer, relativamente aos anteriores governos, compreende todos os anteriores governos, como é óbvio, nos quais existem dois onde o senhor tinha responsabilidades. Isto está claro! Não estou a dizer que a responsabilidades eram unicamente de V. Ex.^a. Estou a dizer que o senhor tinha responsabilidades e não as executou — é isto que estou a dizer. O senhor e os outros representantes do Ministério tinham responsabilidades e não as executaram — que isto fique claro —, enquanto nós executámos e obtivemos resultados neste programa.

Relativamente às características definidas para o Programa e.escolinha, à data do anúncio da iniciativa e.escolinha existiam, pelo menos, no mercado português, nove modelos, que, com as devidas adaptações, respondiam às características técnicas definidas.

Existiam ainda outros modelos no mercado internacional, que podemos reconhecer, pelo menos, mais sete modelos, não disponíveis no mercado português, mas facilmente colocados neste mercado para responder às características.

Portanto, rejeito, em absoluto, a afirmação do Sr. Deputado de que as características apontavam... Vou demonstrar o porquê.

Relativamente a essa matéria, até para não deixar dúvidas, deixo aqui três computadores: um *Toshiba*, um *Dell*, um *Asus*, que respondem exactamente às características definidas existentes no mercado.

Neste momento, o Sr. Dr. Paulo Campos exhibe quatro modelos de computadores que correspondem às características exigidas pelo Programa e.escolinha.

Estes modelos, para que não haja dúvidas, respondiam às características definidas pelo Governo relativamente a esta matéria ou, melhor, pelo Governo com os operadores, relativamente ao Programa e.escolinha.

Além destes, como lhe disse, existiam mais nove modelos no mercado português, e posso citá-los: *HP Mini-Note, MSI Wind, Acer Aspire One, Tsunami Moover T10, Belinea S-Book 1, ASUS Eee PC 901, Vye Mini-V S18P, Toshiba NB100* e o *Magalhães*. Estes nove respondiam, na altura, aos requisitos.

Farei distribuir aos Srs. Deputados e aos Srs. Jornalistas as características, porque vale a pena verificarmos quais são as tão faladas características que só assentam no *Magalhães*. Será que, nas características, aquilo que provavelmente diferencia estes dois computadores não é o tamanho do ecrã? Ou, provavelmente, não é o disco duro do computador? O que diferencia estes dois computadores é que este tem uma pega e é azul e este não tem e não é azul; este tem os cantos arredondados e este tem os cantos mais direitos. Isto, provavelmente, é o que os diferencia, porque as características técnicas, aquelas que estão definidas, são: a velocidade de processador tem de ser igual ou maior a 1,6 Ghz (qualquer destes computadores tem esta velocidade), uma memória RAM de 1 GB (os dois computadores têm esta memória), a capacidade do disco tem de ser igual ou maior a 30 GB (os dois computadores têm mais ou, pelo menos, 30 GB), uma placa gráfica OnBoard XVGA (ambos os computadores têm esta placa gráfica), um sistema áudio, colunas e microfone incorporados (ambos têm sistemas áudio, colunas e microfone incorporados), um sistema de

comunicação acessível às redes do Wi-Fi (ambos têm esse sistema de comunicação), placa de rede OnBoard de 10/100 Mb com PXE (ambos têm essa placa de rede), um *modem* Dialup de 56 Kb OnBoard (ambos têm um *modem* incorporado), um monitor igual ou maior do que 8,9" (ambos têm um monitor igual ou maior a 8,9"), um teclado em português e resistente a líquidos (ambos têm esse teclado), resistência a embates e a quedas (ambos são resistentes a embates e a quedas), uma câmara de 0,3 mm (ambos têm uma câmara incorporada), um sistema de portas que permita ligar um conjunto de acessórios (ambos têm esse conjunto de portas que permite ligar o conjunto de acessórios que foram definidos nessas características), uma bateria de quatro células (ambos têm uma bateria de quatro células), e uma garantia de dois anos. Estas são as características definidas em conjunto entre o Ministério e os diferentes intervenientes por parte do Governo nesta matéria e os operadores.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Falta o prazo! Falta a característica prazo!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, isto são as características técnicas. Já iremos às características de fornecimento, Sr. Deputado.

Mais: quero salientar que estas características (e irei distribuir um quadro que compara as características do e.escola com o e.escolinha) são semelhantes. Ou seja, nada difere do programa e.escola para o e.escolinha relativamente às características técnicas, porque, por exemplo, a velocidade do processador no e.escola, como é óbvio, é um pouco maior, é 1,8 e não 1,6 Mhz, a memória RAM é a mesma, a capacidade do disco é no e.escola um pouco superior, 80 GB, enquanto que no e.escolinha é de 30 GB, a placa gráfica é a mesma, o sistema de áudio e colunas é o mesmo, o Wi-Fi é o mesmo, a placa de rede OnBoard é a mesma, o *modem* é o mesmo, o

monitor no e.escola é de 14", enquanto que no e.escolinha é de 8,9", o teclado é o mesmo, o computador no e.escola tem leitor e gravador de CD e de DVD, enquanto que no do e.escolinha não tem, achámos que não era necessário até pela dimensão, e o computador no e.escola tem um factor diferenciador, que é um saco de transporte, enquanto no do e.escolinha não existe essa necessidade, por uma questão de contenção de custos, para podermos ter um computador efectivamente o mais barato possível.

Estas são as características técnicas, mas, além disto, impusemos um conjunto de outras restrições, que existiam também no Programa e.escola, sendo a primeira os prazos de fornecimento. E isto, porventura, não terá sido alheio a que na iniciativa e.escola, nos primeiros seis meses, só duas marcas tenham fornecido computadores. Apesar de, ao longo de todo o programa, ter existido um conjunto de marcas muito alargado (penso que foram nove, mas não tenho aqui os números) que forneceram computadores, a verdade é que, nos primeiros seis meses, apenas duas marcas (a *Toshiba* e a *Fujitsu*) forneceram esses equipamentos. Porquê? Obviamente, o Governo considerou como absolutamente fundamental os prazos de entrega, porque queria que estes computadores fossem entregues o mais rapidamente possível a quem precisava deles e a quem estava a solicitar o seu fornecimento. Portanto, deste ponto de vista, queríamos prazos de entrega o mais rápido possíveis.

No entanto, após a fase inicial desses seis meses, a oferta foi-se alargando com outros operadores que puderam responder nos prazos de entrega que estavam fixados. Os prazos de entrega são os mesmos que existem no e.escolinha, e, portanto, não há nada que os diferencie.

Relativamente ao preço, o Sr. Deputado apresentou um *slide*, mas escamoteou aquilo que os operadores verdadeiramente disseram...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Escamoteou?!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Escamoteou, Sr. Deputado. E, portanto, também irei entregar as declarações que foram feitas pelos operadores, embora não seja necessário, porque já constam das actas.

Dou-lhes conta, por exemplo, das declarações do Rodrigo Costa relativamente a esta matéria, isto porque estou a entrar na questão do preço.

O que verdadeiramente aconteceu, e que ainda acontece, por exemplo, no concurso que foi lançado pelo Ministério da Educação, como sabem, foi que houve vários operadores a anunciarem que iriam concorrer e que, depois, desistiram, porque não tinham preço para aquele concurso, ou seja, porque o produto que tinham tinha um preço superior.

Enfim, ainda gostaria de ver nas conclusões da Comissão sermos acusados de, efectivamente, termos imposto um preço tão baixo, tão baixo, poupando, no caso, como o Sr. Deputado diz que isto foi pago pelo Estado, ao Estado muitos milhões de euros. Ainda gostaria de ver esta conclusão da Comissão por o preço ser tão baixo. Cá estarei para, respeitosamente, ver essa conclusão.

Mas, na verdade, nas características técnicas não há qualquer factor distintivo. Não há nas características técnicas a pega, a cor azul ou os cantos arredondados, que são aquilo que distinguem este computador dos outros. Não há isso!

Relativamente ao preço, provavelmente, sim. O preço deste computador, ou deste, ou deste é cerca de 400 €. O preço com que colocámos...

O Sr. **Presidente**: — Era de 400 € à data do início do programa.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Exactamente!

O Sr. **Presidente**: — É para precisar para ficar no registo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, era de 400 € à data do início do programa.

O preço que colocámos como preço máximo foi de 213 €, com *software*. O valor de 400 € não inclui ainda o *software*. Ora, isto é que, provavelmente, foi diferenciador, tal como foi diferenciador no Programa e.escola.

Srs. Deputados, quando lançámos o Programa e.escola... Este é o folheto de promoção, que também deixarei ao Sr. Presidente, de uma das cadeias comerciais, que não vou agora referir, por uma questão de marca, em 2007, quando lançámos o Programa e.escola. Na promoção dessa cadeia comercial, exactamente para o lançamento do ano escolar, o computador mais barato era de 699 €. Nessa altura, impusemos como limite de preço 540 €, já com o IVA, ou seja, significativamente abaixo dos valores que existiam no mercado. A mesma coisa aconteceu quando lançámos o Programa e.escolinha. Ou seja, impusemos, por um conjunto de características de rigor e de exigência, valores inferiores àqueles que existiam no mercado, e, portanto, fixámos 213 € como valor máximo.

Também não fixámos despropositadamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque o próprio contrato previa uma cláusula para o caso de, relativamente às características definidas, os operadores as quiserem alterar, ao longo do processo, isso poder ser feito. Ou seja, fomos sensíveis a uma fasquia que colocámos, que era muito baixa em referência aos valores que existiam no mercado. Por essa fasquia ser tão baixa colocámos essa ressalva. Quer dizer, se não fosse possível ir ao mercado obter computadores com *software* incluído por aquele preço, por um valor muito inferior àquele que existia no mercado, então, teríamos de rever essa característica.

Mas a verdade é que esta ambição foi conseguida, e foi conseguida quer para o e.escola quer para o e.escolinha. Mais: em consequência disso, conseguimos que o mercado — e todos os relatórios o evidenciam — não fosse indiferente às compras massivas de computadores que existiram neste âmbito, e houve uma queda acentuada dos preços.

Sr. Deputado, se compararmos os folhetos de então com os de agora, mais recentes, verificamos que os valores passaram de 699 € para 499 €. O que é que aconteceu? Os preços são muito mais baratos do que eram inicialmente. Porquê? Em consequência, obviamente, da pressão de preços que fixámos. Ao fixarmos preços muito mais baixos do que aqueles que existiam no mercado, influenciámos — e isto é uma conclusão óbvia — o valor da comercialização destes produtos. Com benefícios para quem? Com benefício para os consumidores, porque puderam dispor de computadores com um preço, muito, muito inferior.

Portanto, deste ponto de vista, quero dizer que isto foi o que os operadores disseram. Rodrigo Costa disse: «Este era um computador que tinha uma limitação de preço tão grande que, sinceramente, até me surpreendeu como se conseguia chegar a um preço tão baixo. Não havia, com certeza, muitas empresas no mercado com capacidade para apresentar este computador a este preço. Aliás, tanto quanto julgo saber, em consultas feitas ao mercado, várias empresas disseram que, de facto, não conseguiam chegar a este nível de preço. O preço era muito competitivo e muito limitativo da existência de fornecedores potenciais». Cá está, a tal característica técnica especial era o preço. Não era nenhuma das outras que os senhores fizeram constar que eram, era o preço! E, Srs. Deputados, quem tivesse melhores condições de preço é que forneceria.

A mesma coisa, aliás, disse o Presidente da Vodafone. O Presidente da Vodafone disse: «De acordo com as especificações dadas, fizemos uma pesquisa de mercado e ninguém estava em condições, naquele momento,

excepto a Acer e a Dell e os que tinham sido contactados, para fornecer o *Magalhães*». No caso, ele disse que a Acer e a Dell não tinham para entrega imediata, mas poderiam vir a ter dentro de alguns meses. Na verdade é que, naquela data, apenas uma das entidades estava em condições de fornecer, mas o *Magalhães* era o computador que cumpria as especificações e tinha um preço excepcional. Ou seja, referenciou que o preço é que era o factor distintivo.

O António Coimbra referenciou que o prazo também era, mas que, ao fim de alguns meses, os outros estariam disponíveis. Aliás, como no Programa e.escola. No Programa e.escola, como disse, houve marcas que tinham disponibilidade e outras que não tinham.

A mesma coisa disse o Eng.º Ângelo Paupério da Sonaecom: «Não havia outro que satisfizesse as características todas, incluindo o preço», focando o preço como sendo absolutamente fundamental.

Ó Srs. Deputados, o prazo que está fixado presumo que seja de 60 dias. Não tenho de memória o que está nos contratos, mas...

O Sr. Ramos Preto (PS): — É de 90 dias!

O Sr. Dr. Paulo Campos: — 90 dias.

Mas a questão que se coloca, relativamente a esta matéria, é muito simples, Srs. Deputados, porque os computadores não foram entregues no dia 20 de Setembro, como os Srs. Deputados querem fazer crer. Eu posso fazer chegar aos Srs. Deputados o cronograma das entregas, onde se verifica que foram entregues 3000 computadores em Setembro, 4000 em Novembro, 19 000 em Dezembro, 95 000 em Janeiro, 91 000 em Fevereiro, 55 000 em Março, 31 000 em Abril... Ou seja, o grosso das entregas foi feito em Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e nos meses seguintes. Portanto, perante uma consulta feita em Setembro para Janeiro, quatro meses depois,

ou para Fevereiro, cinco meses depois, não podem vir dizer que a questão do prazo foi limitativa, porque o prazo não foi a questão limitativa, a questão limitativa foi, obviamente, o preço.

Aliás, por uma questão de analogia, quero dizer-vos que, nesta altura, no anterior Programa e.escolinha, já tinham sido entregues cerca de 300 000 computadores. Ou seja, no anterior programa, no mês de Abril, havia 300 000 crianças que já tinham o Programa e.escolinha com este faseamento que vos acabei de referir.

Portanto, relativamente às definições, é absolutamente claro. Fica aqui demonstrado, Srs. Deputados, que existiam nove modelos, dos quais trouxe aqui pelo menos quatro, que respondiam a estas características. Fica também demonstrado que o prazo não era o problema, porque as entregas foram faseadas e, portanto, se outros fornecedores tinham para entregar alguns meses mais tarde, eles podiam tê-lo feito, porque as entregas foram substancialmente mais tarde, ao contrário do que têm vindo a dizer.

Quanto ao preço, essa foi uma vertente que fixámos, como ambição, e em relação ao qual tínhamos dúvidas de que fosse possível, efectivamente, atingir mas que, felizmente, foi possível atingir, sendo que, dessa forma, obviamente, trouxemos vantagens para os beneficiários e também o Estado, com pagamentos menores relativamente a esta matéria. Isto sobre a questão das definições.

Sobre a questão da Fundação, o Sr. Deputado fez uma referência dizendo que eu era o responsável pela criação da Fundação.

Sr. Deputado, eu, enquanto responsável pelo Ministério das Obras Públicas, tinha a ambição de concretizar este projecto. E, na concretização deste projecto, quando nomeámos a entidade gestora para o Fundo para a Sociedade de Informação, ficou claro para mim que teríamos de encontrar a personalidade jurídica para este Fundo que fosse adequada para que os operadores, adicionalmente aos 390 milhões de euros que se tinham

comprometido a executar em termos de contributos no Programa e escola, colocassem 25 milhões de euros para serem utilizados na própria gestão deste programa ou em outras situações que fossem entendidas pelas partes.

Deste ponto de vista, fez-se uma análise muito cuidada das opções disponíveis e verificou-se, por acordo entre todas as partes... E é assim que se trabalha, neste Governo, Sr. Deputado, este Governo trabalha em colaboração com os diferentes parceiros e os diferentes intervenientes e, em consequência desse diálogo, tiram-se conclusões.

Portanto, a minha conclusão, ao enviar os estatutos e ao enviar a proposta, resulta de todos os trabalhos feitos, com longas reuniões com os operadores relativamente àquela que era a melhor opção para concretizar o envio dos 25 milhões de euros. Por isso, a criação da Fundação tem esse objectivo.

Mas, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que a Fundação não é nada de novo! Porque, como o Sr. Deputado referiu, a Fundação ou as fundações foram propostas pelos próprios operadores nas suas propostas quando concorreram às licenças UMTS.

Portanto, se os senhores andam à procura do sítio onde, pela primeira vez, vêem inscrito o papel Fundação, não é na carta do Sr. Secretário de Estado, não é na carta do Sr. Ministro Carlos Tavares, nem sequer é na 24.^a acta, em que o Sr. Presidente da UMIC, Diogo Vasconcelos, sugere a criação da Fundação, nem é na 2.^a acta, onde a Sr.^a Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues também sugere a Fundação. Onde vem inscrito as fundações pela primeira vez é nas propostas dos operadores de telecomunicações que, quando submeteram a concurso, se propuseram a criar uma fundação.

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Excepto a TMN!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Excepto a TMN, Sr.^a Deputada. Tem razão! Mas que a TMN, entretanto, criou como sendo a melhor opção, como sendo o melhor veículo para executar essas próprias contrapartidas. Ou seja, a Sr.^a Deputada tem razão: houve um operador que, efectivamente, não propôs, mas que rapidamente verificou que essa seria a melhor prática.

Portanto, o que foi feito por este Governo foi aquilo que foi ambicionado pelos anteriores governos e que eles não conseguiram, porque nunca tinham conseguido, chegar a acordo com os operadores. Pois aquilo que conseguimos foi — exactamente através dessa prática de diálogo e dessa discussão com os diferentes operadores, com inúmeras reuniões — chegar a um consenso relativamente à fórmula de darmos personalidade jurídica a este Fundo e a fórmula que foi encontrada foi a da criação da Fundação. Está explicada a questão da Fundação.

No que diz respeito ao funcionamento da Fundação, o Sr. Deputado tem noção do trabalho que tem sido executado por esta Fundação? Não tem, Sr. Deputado! Sabe por que é que o Sr. Deputado não tem noção do trabalho? Porque o senhor e os senhores, quando estiveram no Governo, foram incapazes de executar o que quer que seja, nomeadamente neste contexto, portanto nem fazem ideia de qual é o trabalho necessário para executar um projecto com esta dimensão.

A entrega de 1 300 000 computadores é um processo bastante complicado, com inúmeros actos, inúmeros procedimentos necessários. Sr. Deputado, estimamos que sejam cerca de 20 milhões — repetir, 20 milhões — de procedimentos, de actos necessários para que este programa tivesse sido executado. Repito: 20 milhões!

Sabe em que é que estávamos preocupados e para onde canalizámos as nossas energias, Sr. Deputado? Em executar bem esses actos! Em entregar, a tempo e horas, esses computadores às crianças que, neste País,

precisavam! Às crianças que escreviam cartas, diariamente: «Quando é que o meu *Magalhães* chega?», «Quando é que o meu computador chega?».

Era essa a nossa preocupação, Sr. Deputado. Criar uma estrutura que desse resposta à necessidade de fazer esses 20 milhões de actos para, e conseguissem entregar, a tempo e horas, em boas condições, a 1 300 000 portugueses aquilo a que eles aspiravam, que eram os computadores para os quais se tinham inscrito.

Por isso, a nossa preocupação e as orientações que demos à Fundação e aos representantes do Estado nessa Fundação eram no sentido de que concentrassem as suas energias na entrega desses computadores. Que concentrassem as suas energias para que as necessidades do povo português fossem satisfeitas o mais rapidamente possível. Por conseguinte, essas foram as orientações.

É claro que em momento algum, Sr. Deputado, descurámos aquilo que os senhores descuraram! É que os senhores nunca validaram nada relativamente ao uso das contrapartidas. Os senhores nunca definiram metodologias para validar essas contrapartidas! Os senhores nunca definiram características de aquisição de equipamentos! Os senhores nunca definiram tectos máximos para que esses equipamentos pudessem ser adquiridos! Nem sequer propuseram concursos públicos, como agora vêm propor, como é óbvio!

Portanto, foram gastos centenas de milhões de euros em aquisição de equipamentos, naquela altura, sem essas regras definidas, sem essas matérias definidas, pelo que, obviamente, nós preocupámo-nos em definir essas regras, para que tudo isso corresse da melhor forma possível.

Além disso, criámos aquilo que foi reconhecido aqui pelo Professor Freitas do Amaral: uma Fundação que, deste ponto de vista, está «blindada», porque foi criada com diferentes órgãos de administração, Conselho Geral e o Conselho de Administração, para que existisse

capacidade de fiscalização nos próprios órgãos da Fundação. Criámos um conselho fiscal, nomeámos revisores oficiais de contas, contratámos empresas de auditoria, para fazerem as contas, respeitando as melhores técnicas disponíveis. E tudo isto foi concretizado, com relatórios que são hoje públicos.

O Sr. Deputado diz-me: «Com relatórios que foram atrasados». Olhe, foram as consequências do processo, que foram atribuladas. O Sr. Deputado refere que a aprovação foi muito tarde, mas a apresentação das contas foi feita em Julho, Sr. Deputado, perante uma Fundação que tinha sido criada poucos meses antes. Portanto, as contas foram apresentadas em Julho. Foram aprovadas mais tarde, porque houve necessidade de interacção com os diferentes fundadores e com os diferentes representantes dos fundadores no Conselho Geral.

Portanto, deste ponto de vista, ninguém pode negar que esse esforço de diálogo com todos os intervenientes é necessário, sendo absolutamente fundamental para que as coisas corram bem.

Aliás, este ano as contas serão apresentadas muito mais cedo, porque agora há uma estrutura. Aliás, até posso anunciar que o resultado das contas da Fundação...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Isso não é verdade, Sr. Deputado. As fundações não têm prazo...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Se uma empresa não cumpre os prazos fica sujeita a...

Entretanto, reassume a presidência o Sr. Vice-Presidente Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que deixem o depoente...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas isso não se aplica às fundações! As fundações não têm prazo, desse ponto de vista.

Para que o Sr. Deputado fique calmo, relativamente a esta matéria, devo dizer-lhe que as contas já foram apresentadas. Eu, pelo menos, já tenho um *draft* dessas contas e, em 2009, aponta para um resultado negativo, na Fundação, na ordem dos 163 000 €, quando, em 2008, tinha tido um resultado negativo de 551 000 €. Ou seja, o que quero dizer é que, em consequência disto, o capital de 25 milhões da Fundação, que foi subscrito pelos operadores, consumiu, em 2008, 550 000 € e, em 2009, 160 000 €. Veja lá, Sr. Deputado, o que foi o consumo da Fundação, o custo relativamente aos recursos que tinha! Repito, do seu património, de 25 milhões de euros, foram consumidos, em 2008, 550 000 € e, em 2009, 160 000 €.

Penso que respondi a todas as questões.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Falta a parte das entregas sem contratos. Se o Sr. Secretário de Estado sabia ou não que... Gostaríamos de saber qual era a sua conivência, relativamente às entregas sem contratos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, como lhe disse... Não tenho aqui nota...

Protestos do Deputado do PS Ramos Preto.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Srs. Deputados, deixem o Sr. Secretário de Estado responder.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É indiferente, estarei cá para responder a todas as questões. Aquelas que os Srs. Deputados quiserem.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço desculpa. É só para recordar que eu até disse ao Sr. Secretário de Estado que, se sabia, era grave e, se não sabia, também era grave, porque andava a fazer uma coisa que não sabia.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Deputado Jorge Costa está nas actas e o Sr. Secretário de Estado vai responder.

Sr. Secretário de Estado, tem a palavra para responder a esta última questão.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas ainda falta responder a uma outra questão, que é a de saber de onde vêm as verbas necessárias ao pagamento das dívidas aos operadores.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, essa questão é muito simples e não há qualquer ilegalidade. Desde o princípio que há acordo entre as partes, aliás, como todos os operadores aqui o evidenciaram. Ou seja, nada disto foi executado sem que existissem acordos entre as partes.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Acordos verbais!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não são acordos verbais, Sr. Deputado. São acordos relativamente àquilo que era fundamental acordar. E com papéis. E depois foi necessário tramitar esses papéis em procedimentos administrativos, em alguns casos de empresas que são...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não são processos administrativos do lado do Estado, são processos administrativos do lado das operadores, em que foi necessário ir aos seus órgãos próprios, aos seus auditores jurídicos para que tivessem um clausulado que pudesse ser adaptado. Por exemplo, havia multinacionais em que os contratos tiveram que ir a esses departamentos internacionais para serem analisados e, em função dessa interacção, foram, obviamente, acertados alguns pormenores de redacção, mas que não põem em causa o que foi acordado e o celebrado em datas adequadas.

De outra forma, Sr. Deputado, isso não seria aceitável. Ou acha que algum presidente de uma empresa multinacional iria aceitar uma retroactividade de um contrato a uma determinada data se nessa data esse contrato não estivesse em cima da mesa, nas suas consequências mais evidentes?! Obviamente que nenhum iria aceitar! Portanto, todos aceitaram exactamente como este facto demonstra.

Na prática, os contratos estavam acordados. Houve toda uma tramitação administrativa que foi necessária. Em alguns casos, essa tramitação...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas estava escrita essa tramitação?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Tem de perguntar aos operadores! Tem de perguntar aos operadores, porque, em grande parte, essa tramitação foi nos operadores.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Imagino que o Governo ou a Fundação remeteu uma minuta desse contrato nessas datas...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Existem minutas desses contratos!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O Sr. Secretário de Estado trouxe tantas fotocópias que eu pensei que talvez tivesse trazido cópias dessas cartas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Farei chegar ao Sr. Deputado as minutas que o senhor quiser!

Agora, o que está claro é que o que foi celebrado foi acordado nas datas em que reportam e não noutras situações, Sr. Deputado, como, aliás, todos os operadores aqui o transmitiram. Nenhum operador aqui veio dizer que naquela data a que reportam os contratos não existia aquela informação disponível para cada um dos operadores. Portanto, a sua afirmação de que é ilegal é absolutamente falsa, porque não é assim. Os contratos são absolutamente legais, porque foram acordados naquelas datas e tiveram uma tramitação administrativa que levou a que a sua assinatura fosse mais tarde, mas reportando àquelas datas em que houve o acordo.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Falta uma resposta sobre o dinheiro que é devido pela Fundação aos operadores, nesta fase, sobre como a Fundação irá cumprir com esse dinheiro.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Essa é uma questão que também me parece interessante que possa e deva ser abordada neste âmbito, Sr. Deputado, porque, aliás, verificou-se, ao longo destas audições, nomeadamente por parte do Sr. Deputado, que havia algum interesse de protecção relativamente a alguns dos envolvidos neste contexto. E, Sr. Deputado, a única coisa que cumprimos, honrando, aliás, o compromisso assumido quando tomámos posse, foi executar zelosamente os actos que nos propusemos e gerir com rigor os recursos disponíveis.

Sr. Deputado, para mim, não é suficiente que um operador me diga que devo *X* ou *Y*, além de o operador dizer que devo *X* ou *Y*, tem de o demonstrar, e tem de o demonstrar com factos que me permitam a «auditabilidade» desses factos. E o que é verdade é que, no último encontro de contas, feito em Setembro de 2009 — foi o último que foi feito, não foi possível fazer outro, porque essa informação ainda não foi totalmente concretizada —, todas as verbas foram liquidadas, ou seja, não há 1 € em falta, relativamente a esse encontro de contas que foi validado pelas partes. Tudo o resto que possa ser dito, neste momento, para mim, é extemporâneo, porque não tenho informação validada que me permita dizer isso.

Ora, é óbvio, Sr. Deputado, que, como, nesta semana, entregámos 3000 computadores e, na semana passada, entregámos 4000 — ainda há pouco lho disse —, em consequência desta entrega de computadores, existem verbas que terão de ser liquidadas, e terão de ser liquidadas pelas áreas responsáveis nesta matéria.

Por isso, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que se, no âmbito dos computadores que agora foram entregues, existirem crianças que beneficiam da acção social escolar, então, a acção social escolar terá de fazer o pagamento, como o faz com a aquisição de um livro escolar, em que comparticipa com a diferença entre o valor de mercado e o valor que o

beneficiário paga. Portanto, se tiverem de existir verbas adicionais, elas terão de ser feitas de acordo com os mesmos factores. E, agora, aquilo que posso dizer...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Secretário de Estado, desculpe, em relação a essas entregas que fizeram, estamos a falar do e.escola ou do e.escolinha?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Estou a falar, essencialmente, do e.escola. Do e.escolinha, neste momento, não há...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O e.escolinha terminou em Julho, não é verdade?! Está a aguardar-se...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não é verdade. O Programa e.escolinha está em curso.

Srs. Deputados, esta é outra matéria sobre a qual, enfim, ao fim deste tempo, provavelmente, ainda não existe informação ou, pelo menos, os Srs. Deputados não evidenciam esse conhecimento.

O Programa e.escolinha contempla uma faceta de entrega de computadores, mas contempla também uma faceta de comunicações.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estamos a falar das entregas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, mas o Programa e.escolinha, para mim, não é entregas de computadores.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — É o que está no contrato, Sr. Secretário de Estado. Os contratos assinados com os operadores é que dizem que

terminam em Julho de 2009 e só por isso é que referi esse aspecto. Era só para verificar se as entregas a que se estava a referir eram do e.escola ou do e.escolinha.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, as entregas que foram feitas são, essencialmente, do e.escola; o Programa e.escolinha está em curso e há um ano, até ao fim da última entrega, para que os beneficiários desse programa se possam inscrever em comunicações e, em consequência disso, possa existir benefício também para o Estado, com a aquisição dessas comunicações, por parte dos beneficiários do Programa e.escolinha.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Ramos Preto.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, é a sua segunda intervenção nesta Comissão, ao fim de quase duas horas de audição do Sr. Secretário de Estado, a instâncias do Sr. Deputado Jorge Costa.

Sr. Secretário de Estado, V. Ex.^a foi aqui instado pelo Sr. Deputado Jorge Costa, dizendo-lhe que V. Ex.^a tinha vindo aqui fazer uma conferência de imprensa.

Ora, quando vi o Sr. Deputado Jorge Costa apresentar aqui o *PowerPoint* que, naturalmente, já distribuiu aos Srs. Jornalistas, não me pareceu que ele estivesse a fazer uma conferência de imprensa, estava, sim, numa acção de propaganda política. Foi o que o Sr. Deputado Jorge Costa quis vir aqui fazer: uma acção de propaganda política, querendo tirar uma conclusão, querendo que a verdade seja aquilo que ele quer que seja, e não aquilo que é. Seguindo aquela que é, agora, a orientação política do PSD, no que toca a essa grande obra de referência, que é a *Alice no País das Maravilhas*, o Deputado Jorge Costa veio aqui numa atitude que, logo, me

fez lembrar a exortação da rainha à corrida, no capítulo II, quando ela diz «Aqui, vês, é preciso correr o mais depressa possível para ficar no mesmo sítio». O Deputado Jorge Costa correu o mais depressa possível, deu a volta a todos os trabalhos da Comissão e ficou no mesmo sítio, fez três perguntinhas. Podia ter-nos dispensado dos 15 minutos de corrida e ter feito as três perguntas, que tínhamos antecipado os nossos trabalhos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Vamos lá a ver se é assim!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Secretário de Estado — embora não esteja aqui nessa qualidade, mas na de pessoa a ser ouvida —, somos confrontados aqui, por toda a documentação que nos chegou, com duas atitudes políticas: uma, que é a de nos relacionarmos com um problema por inacção, e outra, que é a de nos relacionarmos com o mesmo problema por acção. E, de todas as conclusões a que já chegámos aqui, nesta apreciação pública, durante esta série de sessões, resulta o confronto entre duas atitudes claras: quem teve inacção em relação às grandes questões e quem agiu, quem teve acção. E o que é dramático é que num País em que um Governo actua, é ele quem está aqui, numa Comissão de Inquérito; o Governo que não actua é aquele que não está sujeito a uma Comissão de Inquérito.

Estamos confrontados, desde o princípio, com matéria de facto que já está apurada, e que, dada a escassez de tempo de que disponho, não vou reproduzir, mas já está apurada, como V. Ex.^a aqui disse, e como o Sr. Eng.º António Coimbra, da Vodafone, também nos referiu, a circunstância de o Estado português ter feito uma redistribuição do espectro a três operadoras, quando caducou a licença da OniWay. E, durante quatro ou cinco anos, este Estado, que tinha um Governo, não agiu e permitiu que esses 25 milhões de euros se mantivessem na posse das operadoras e não

fossem afectos ao fim que resultava da circunstância de o Estado ter praticado um acto e, por efeito desse acto, lhes ter conferido uma licença.

Este é o primeiro facto: há uma inacção. Esse Governo não agiu, esses Governos deviam ser responsabilizados pela circunstância de não terem actuado, embora tenham manifestado a intenção de fazer uma fundação, como aqui nos foi dito — por essa carta que nos leu —, que se chamava «Fundação para a Sociedade da Informação», mas, aos costumes disseram nada. O despachozinho lá foi, o «concordo» lá ficou — como um verdadeiro amanuense —, mas, depois, fazer mais alguma coisa, isto, não! Fiquem lá, Sr.^{as} Operadoras, com 25 milhões de euros, não mexam no vosso dinheirinho, não o apliquem.

Foi preciso um outro Governo, o Governo a que o Sr. Secretário de Estado pertenceu, fazer com que as operadoras viessem a «jogo», ou seja, viessem instituir, constituir, por escritura pública, essa fundação.

Portanto, quando aqui o acusam, Sr. Secretário de Estado, de ser «o pai da Fundação», eu digo-lhe: com muito gosto! Era bom que tivesse sido outro, era bom que o senhor tivesse sido o continuador da obra dessa fundação, mas não! Foi necessário que o senhor viesse, efectivamente, fazer a fundação, porque os outros actuaram por inacção e não por acção.

Quanto a esta coisa de governar, também é preciso ter consciência dos problemas. Há aqui uma manifesta inoperacionalidade do Grupo de Trabalho UMTS, quer dizer, há, naturalmente, uma vontade concreta dos agentes do Estado em promover as diversas acções e fazer as operadoras cumprirem com as diversas obrigações, mas o que é facto é que houve inacção, não houve resultado.

Hoje, a sociedade portuguesa está confrontada com este problema das contrapartidas, embora, aqui, em meu entender, não se trate de contrapartidas como as de outras situações. Mas o Sr. Secretário de Estado foi o *pivot* de todo este processo, conseguiu alocar, rapidamente, numa

atitude contrária, numa atitude de acção, 396 milhões de euros de contrapartidas a este programa. Não vou referir-me aos méritos do programa, porque são comumente conhecidos e os portugueses que nos estão a ouvir, e que estão a beneficiar do programa, sabem-no, não é preciso que o diga, mas o Sr. Secretário de Estado conseguiu alocar 396 milhões, que é o preço de um submarino! Conseguiu alocar 396 milhões a esta iniciativa, os quais não estavam a ser aplicados.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É falso?!... Não, mas são dois, porque há 800 milhões, não é?! Eu não sou especialista nessa matéria da Marinha, como devem compreender, nem em submarinos, mas parece-me que é preciso ter isto em consideração.

Estamos aqui a falar de contrapartidas que, efectivamente, não eram monitorizadas nem aplicadas. E, portanto, por acção, Sr. Secretário de Estado, V. Ex.^a desenvolveu uma política a favor do povo português e do cumprimento, pelas operadoras, das suas obrigações.

Têm-se suscitado aqui questões — e, como sabe, há uma resolução da Assembleia da República que deu origem a esta Comissão, a qual conhece — que, às vezes, têm sido mistificadas, nomeadamente no que toca à escolha do equipamento informático e da modalidade de comunicação. Quem é que escolheu esse equipamento e as modalidades, porque isso tem a ver com a concorrência e com a liberdade dos operadores; quem é que fez as escolhas no mercado; quem estabeleceu as características técnicas, que V. Ex.^a muito bem desenvolveu, e também era preciso que alguém as esclarecesse, e se estas características técnicas eram dirigidas a uma marca ou não; e também se havia uma questão de monopólio.

Ora, em instâncias aos operadores, a empresas de *software* e de *hardware*, a produtores e a distribuidores, em meu entender, já ficou aqui muito claro, mas queria que mo confirmasse, que, efectivamente, havia um problema de preço, e um problema de distorção de preço, não pelo Governo mas pelas próprias multinacionais, que tinham um preço distorcido, que tinham um preço muito alto, que não queriam vir a «jogo» a um preço mais baixo, em virtude de considerarem que a sua marca, além do preço real, tinha também um valor intangível, que era o valor da marca. Por isso, não queriam descer o seu preço e, com isso, estavam a prejudicar todo o povo português e todo o povo europeu, em cujo mercado se encontram.

Nessa medida, era preciso que houvesse aqui, e houve, efectivamente, uma política que não sei se correctora do mercado mas que veio dizer, a quem estava no mercado, o seguinte: «Os senhores têm duas opções: ou querem ser *Apple* e *Mercedes Benz*, com a estrelinha, e dizem ‘Está bem! Isto, a mim, custa-me 400 €, mas não vendo por menos de 600 €, porque tenho um bem e uma margem a salvaguardar’, ou, então, vêm a jogo». E o que aconteceu — e, já agora, quero ouvir a sua opinião — é que me parece que essas operadoras e essas marcas não quiseram vir a jogo.

Portanto, acho que isso foi relevante, relevantíssimo para...

Quanto às questões dos contratos, Sr. Secretário de Estado, os contratos estão completamente estabilizados pela Comissão. Nós temos, neste momento, todos os contratos e algumas das perguntas que aqui lhe foram feitas só o foram não porque o Deputado Jorge Costa não conheça os contratos — ele conhece os contratos! —, mas porque quer realçar a tal verdade, que não é a verdade material, é a sua verdade, dele, Deputado Jorge Costa.

Agora, no que toca aos contratos, quero esclarecê-lo, Sr. Secretário de Estado, de que tivemos aqui...

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, só quero que me dê a tolerância que deu ao Deputado Jorge Costa, que usou 14 minutos e 20 segundos. Mas tudo bem, Sr. Presidente, concluirei.

Sr. Secretário de Estado, no que toca aos contratos, só quero referir o seguinte: todos os operadores que aqui estiveram disseram que as suas equipas de projecto, quer ao nível dos auditores, quer ao nível dos técnicos, dos juristas e dos economistas, participaram nos trabalhos em estreita relação com o Governo, tendo em vista a formulação dos contratos de Abril de 2009. E, obviamente, tinha de ser assim! Nós não vemos multinacionais, como a Vodafone, a TMN ou a Sonaecom, a assinarem contratos como se fossem empresas de vão de escada, com todo o respeito pelas empresas de vão de escada. Obviamente, estávamos aqui a mexer com muitos milhões de euros e era necessário. Não passa pela cabeça de ninguém que elas não estabilizassem. Agora, estabilizaram os contratos fazendo-os retroagir a 30 de Agosto, porque era o que estava no memorando de Junho (referia-se 30 Agosto). Portanto, eles retroagem para efeitos dos pagamentos pelas entregas que tinham sido feitas entretanto. E num princípio de boa fé contratual, que nos termos do direito português é um princípio sagrado quando se fazem contratos. Os contratos são para serem cumpridos, mas no quadro do princípio da boa fé que as operadoras sempre reconheceram existir da parte do Estado. E tanto é assim que confiaram no Estado até à celebração dos contratos e participaram na definição desse mesmos contratos.

Acho que essa matéria está devidamente esclarecida, assim como posteriormente há um outro aditamento aos contratos, como sabe, quando o Estado confere o mandato de gestão à Fundação para efeitos de

estabilização das suas responsabilidades. Portanto, o que aconteceu até à assinatura dos contratos — parece-me, como membro desta Comissão — era um risco, um risco das operadoras, mas era um risco atenuado pela circunstância de acreditarem na outra contraparte, que era o Estado e que sabiam que assumiria as suas responsabilidades.

Portanto, há duas ou três questões — e é aquilo que retenho dos trabalhos que decorreram até agora — sobre as quais gostaria de ouvir a sua opinião nesta intervenção.

O Sr. **Presidente** (Pedro Filipe Soares): — Registo que foram colocadas duas perguntas.

O Sr. Secretário de Estado tem a palavra, para responder.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente e Sr. Deputado, passarei a responder às questões colocadas.

No que respeita ao *pricing*, já há pouco o tínhamos visto com algum detalhe.

A nossa ambição foi assumida, e quando definimos as características em conjunto com os operadores foi claramente assumida pelas partes. Aliás, não foi apenas assumida nessa altura mas também agora, novamente, porque, por exemplo, relativamente aos contratos e à aquisição de equipamentos para o Programa e.escola, já solicitámos aos operadores autorização para baixarmos o limite que na altura se revelava adequado, pois era muito inferior aos preços dos computadores existentes no mercado, mas agora, face à tal queda que se verificou nesses preços, já se revela como o preço para um computador que, provavelmente, está acima das exigências necessárias para este tipo de Programa.

O que aconteceu foi que em consequência da concorrência existente e desta pressão para baixo, os operadores de telecomunicações foram

disponibilizando para os beneficiários do Programa e.escola computadores cada vez mais robustos. Ou seja, passaram a oferecer máquinas que provavelmente ultrapassam aquilo que é necessário num Programa deste tipo. Este tipo de Programa não é para oferecer máquinas com características técnicas de última geração, é para oferecer máquinas adequadas às necessidades e, obviamente, de um preço que seja razoável.

Portanto, é bom que este tipo de programas seja feito sempre com preços de referência abaixo dos que existem no mercado. Desde o início, foi essa a ambição quer na iniciativa e.escola, quer na iniciativa e.escolinha. Em ambas as situações, como há pouco referi, colocámos como limite máximo de preço uma fasquia baixa relativamente aos *standards* existentes. Portanto, desse ponto de vista, afrontámos os interesses instalados relativamente à definição de preços de computadores.

E a sua conclusão, Sr. Deputado, acho que pode ser feita. Isto é, naquele momento e com aquelas características, com aquele preço, existiam vários computadores disponíveis. Por exemplo, para o Programa e.escolinha, como há pouco referenciei, existiam nove modelos disponíveis com aquelas características, mas a grande maioria... Aliás, quero dizer-lhe que nenhum deles — incluindo o *Magalhães*, que era vendido a 285 € nas lojas — respondia ao preço que impusemos.

Atenção que o preço que impusemos de 213 € compreende não apenas a máquina mas também o *software*, e neste caso concreto dois tipos de sistemas operativos — o sistema operativo em *open source* e o sistema operativo da Microsoft —, além de um conjunto variado de outros programas e *softwares* disponibilizados. Ou seja, só em *software*, a preços de mercado, o valor de 213 € não pagaria os custos do *software* que estava instalado na máquina.

Portanto, obviamente, fizemos um Programa que permitisse dotar os portugueses — e neste caso os alunos das nossas escolas — com os melhores computadores possíveis ao mais baixo preço possível.

Desse ponto de vista, teria que haver adaptações das características técnicas em alguns modelos e, em algumas situações, adaptações do *pricing* definido. Foi o que fizeram os empresários que apresentaram propostas aos operadores: baixaram significativamente o preço que tinham de venda a retalho — recordo que o preço de venda a retalho, sem este *software*, era de 285 € e venderam...

Enfim, ouvi um dos produtores referir, aqui, que a componente de venda da máquina era de aproximadamente 180 €, portanto aquilo que compara com os 285 € são os 180 € que ele foi cobrar neste processo. Portanto, ele esteve disponível para cobrar neste Programa um valor substancialmente inferior àquele que cobrava no mercado.

Por que razão os outros produtores de *hardware* não quiseram seguir os mesmos critérios, isso terá que ser perguntado aos operadores. Mas obviamente que também eles, dado que tinham máquinas disponíveis, poderiam ter baixado os preços e apresentado ofertas. Se não quiseram baixar os preços, foi porque entenderam que a oferta não era razoável ou que não tinha interesse para eles para não desvirtuar, digamos, o funcionamento do mercado e os *pricings* que tinham definido para os seus produtos.

Mas isso são questões de concorrências. Uma coisa é dizer que foram definidas as características, porque o único computador que se encaixava era o *Magalhães*; outra coisa é dizer que foi definido um preço e nenhum produtor de *hardware*, sem serem os produtores do *Magalhães*, quis sacrificar as suas margens baixando o preço para que fosse o seu computador a ser fornecido.

Nessa matéria ficou claro, pelas audições dos operadores, que eles tinham liberdade de consulta e fizeram essa consulta a outros produtores; que alguns desses produtores disseram que não tinham computadores agora, mas que passado uns meses teriam — portanto, poderiam ter sido esses promotores a fornecer, porque o Programa começou a fazer as entregas passado uns meses; e que houve outros que evidenciaram que não tinham preço para aquela procura, portanto, não tendo preço, não apresentaram propostas.

Contudo, retirar-se daí a ilação de que este era um Programa feito à medida é absolutamente falso e desvirtua, inclusive, as declarações dos próprios operadores nesta sede.

Penso que a segunda questão tinha a ver com os contratos. Enfim, também já a tinha evidenciado de alguma forma, mas o Sr. Deputado dá-me a possibilidade de a esmiuçar um pouco mais.

Esse processo, como devem calcular, foi muito exigente. Aliás, já houve aqui alguém que disse que no diálogo com os operadores às vezes sentimos — enfim, porque os operadores trazem as suas estruturas, os seus gabinetes, nomeadamente jurídicos, bem pagos para poderem estar naqueles lugares — algumas dificuldades em termos os recursos adequados para podermos fazer face a essa matéria. Mas a verdade é que fizemos e, durante longos meses, foram-se realizando as conversas necessárias para que pudéssemos chegar a soluções.

Quero frisar que, nos casos dos Programas e.escola e e.escolinha, tudo aquilo que foi anunciado e concretizado teve prévia negociação, prévia definição e prévia concertação e consensualização das matérias com os diferentes operadores. Nem outra coisa poderia ser.

Em algumas situações, em tempo limite... Enfim, ainda ninguém me fez perguntas — mas provavelmente alguém fará — sobre a famosa cerimónia de 30 de Julho. Por exemplo, só nas primeiras horas dessa

manhã — essa cerimónia foi durante uma manhã — é que obtivemos, por exemplo, o último acordo de um operador.

Ou seja, quando me fui deitar — como devem calcular, deitei-me tarde, porque estávamos em trabalho contínuo —, ainda não tinha, por exemplo, o *ok* de todos os operadores, porque havia um conjunto de situações que ainda não tinham sido aceites por um dos operadores. De manhã, voltei a fazer esses contactos e foi possível obter esse acordo. E foi possível nessa data, por isso nunca tínhamos anunciado que naquela data iríamos celebrar um protocolo com os operadores, porque estava em constantes negociações para que pudessem existir.

Confirmo sim — e, há pouco, presumo que essa resposta ficou por dar ao Sr. Deputado Jorge Costa — que houve reuniões com vários operadores antes dessas sessões, como é óbvio. Houve variadíssimas reuniões. Nesse caso concreto, acho que até houve mais do que duas. Provavelmente, houve duas reuniões onde estiveram presentes administrações, mas houve *n* reuniões onde estiveram presentes os assessores jurídicos dessas administrações.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Quero só solicitar um esclarecimento.

Aliás, seria estranho que um programa destes tivesse sido feito sem existirem dezenas de reuniões com os operadores,...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Com certeza!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — ... quando estão causa tantos milhões de euros. Só criancinhas ou meninos do couro é que acreditariam que não houve dezenas de reuniões.

Mas quero fazer-lhe um pedido de esclarecimento, pois falou de uma matéria relevante: é que houve aqui quase uma insinuação de que existiu

um *dictate* do Governo em relação aos Estatutos da Fundação, noutras reuniões. Até foi dito que o Sr. Secretário de Estado é que enviou o projecto de Estatutos às operadoras e depois as operadoras, em Março do ano seguinte, responderam-lhe através de uma carta conjunta.

Eles próprios fizeram propostas de alteração ao projecto, eles próprios elaboraram sobre o projecto ou aceitaram isso como *dictate*? Coloco esta estão só para ver se isto é uma coisa sinalagmática ou se é uma imposição.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, Sr. Deputado, confirmo que fizeram várias propostas de alteração e todas as decisões foram discutidas.

Aliás, penso que até já aqui foi dito que depois, no processo da própria Fundação, em algumas matérias os operadores entenderam ter uma outra opinião e se trabalhou para que tivéssemos uma opinião convergente. E, quando não foi possível termos uma opinião convergente, ficou exarado em acta que as opiniões não eram convergentes.

Confirmo que sim, relativamente a todos os contratos, a todos os regulamentos para este Programa onde intervieram os operadores. Ou seja, todos os documentos onde houve necessidade de existir a assinatura de alguém que representasse os operadores de telecomunicações foram previamente discutidos! Nem poderia deixar de ser assim, como é óbvio. Ninguém assina documentos sem previamente os ter discutido; ter proposto alterações; ter recebido contrapropostas; ter voltado a fazer contrapropostas sobre as contrapostas, até chegar a versões finais. E este é um processo interactivo que obviamente leva tempo.

Contudo, esse processo não tem a ver com a tomada de decisão. A tomada de decisão é feita com base em premissas, as quais estavam definidas quando a decisão foi tomada.

Depois, relativamente a alguns pormenores dessa decisão, há os escritórios e os departamentos jurídicos das diferentes áreas: uns entendem que deve ser escrito de uma determinada forma, outros consideram que deve ser escrito de outra forma. Há, portanto, uma interacção para afinar a matéria.

Além de existir essa interacção, há, como disse, todo o procedimento, administrativo necessário de consulta nas diferentes instâncias para que esse processo possa ser concluído.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Por isso é que os contratos são diferentes?!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Por isso é que os contratos são diferentes, como é óbvio.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Os contratos com cada operadora são diferentes. Aliás, um representante de uma operadora disse aqui o seguinte: «só mais tarde é que descobri que o meu contrato era diferente».

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Exactamente, Sr. Deputado. Essa também foi uma estratégia definida por parte...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Ah, não quero saber! Esse é um problema de cada um, o de resolver a sua vida.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, mas essa também foi uma estratégia que foi definida, por parte do Governo, e que foi assumida por nós.

Tínhamos duas opções, relativamente a esta negociação: ou negociávamos em conjunto ou negociávamos separadamente. Entendemos que era mais útil para o Estado fazê-lo separadamente, porque não tínhamos grandes benefícios em fazer essa negociação em conjunto.

Portanto, em consequência disso — em consequência das propostas e das contrapropostas feitas pelos operadores e pelas nossas —, foi com base num texto, que é comum, que saiu um resultado que tem algumas diferenças em algumas matérias que resultam dessa aplicação. Também é preciso notar que, relativamente... E, neste contexto, isto é aceitável, porque as contrapartidas também eram diferenciadas, de partida, e os propósitos das contrapartidas também eram diferenciados.

Portanto, faz sentido que os próprios contratos sejam diferenciados e que estejam adaptados às propostas originais e às obrigações que os operadores tinham assumido, em sede de contributos para o desenvolvimento da sociedade de informação.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Miguel Macedo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Secretário de Estado e a vasta equipa que o acompanha e por dizer que, durante 48 minutos e 45 segundos, nos deu aqui uma oração *Urbi et Orbi*, incluindo, até, um momento dramático que não repito (e em que lamento a utilização do episódio da Madeira), mas que me leva a fazer-lhe uma pergunta um pouco mais séria: tem recebido cartas dos jovens a dizer que ainda não chegou o *Magalhães* este ano?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não percebi.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tem recebido cartas de vários estudantes a queixarem-se de que ainda não receberam o *Magalhães* este ano?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Já recebi algumas, sim!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A pergunta é se já recebeu; depois, quando eu terminar, o Sr. Secretário de Estado responderá, se entender, e eu tirarei as conclusões das não respostas.

Quero dar-lhe os parabéns! Está, de facto, em grande forma. Vai daqui, até, convencido de que resolveu o problema; eu fiquei preocupado com o investimento sem retorno que demonstrou aqui, nesta Comissão.

Todos esses computadores são seus? São do Ministério ou são da Fundação?

É por mera curiosidade!

Protestos dos Deputados do PS Ramos Preto e Luís Gonelha.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estou bem disposto! O Sr. Secretário de Estado põe-me assim!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Foi da oração!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Foi da oração...

Sr. Secretário de Estado, eu gostava de dividir as minhas perguntas, para além desta introdução inicial, para desanuviar... A primeira é saber qual a origem do dinheiro.

A esta Comissão importa saber se o dinheiro, ou os compromissos, ou as obrigações (utilize o termo que lhe der mais jeito) que as operadoras se comprometeram a dar ao Estado é ou não dinheiro público. Aliás, o entendimento que a União Europeia também faz, e nós também fizemos aqui, que o Professor Freitas do Amaral, praticamente... — quando eu digo «nós», para que fique na acta, quero dizer «CDS Partido Popular», para que não se sintam... Já há aí muitas outras pessoas a copiar as nossas ideias, não tenho essa tentação!

Risos.

Quero dizer-vos que, de facto, para nós e para muita gente, este é dinheiro devido ao Estado. Aliás, a intervenção de V. Ex.^a foi por aí, porque a forma tão aguerrida, com que quis acusar o anterior governo, por não ter aproveitado estas verbas, dizendo que foi um desperdício de dinheiros públicos, chamou-lhe exactamente «dinheiros públicos»! O aproveitamento que, depois, fez também é na mesma lógica: é dinheiro devido ao Estado! E eu gostava de saber se confirma isto ou não. Até, porque, se eu for às contas das operadoras — muitas delas, empresas cotadas em bolsa (não trouxe o documento mas é fácil, basta ir à *net*) —, todas elas têm, nas suas contas, compromissos com o Estado; data-limite: 2015. Posso dar-lhe cópia, ainda hoje, das contas da PT, da Vodafone, está lá, claramente: compromissos do Estado no âmbito das licenças UMTS.

As empresas contabilizaram esses compromissos e quantificaram-nos, como sendo dinheiro que deviam ao Estado, e, portanto, isso devia dar,

de facto, essa noção. Gostava, pois, que me explicasse qual é o entendimento que faz.

Passo para a Fundação. Os contratos dizem que o Estado quer controlar a Fundação e o Estado, por isso mesmo, nomeia a maioria dos dirigentes; deu-lhe instalações ou funciona, ainda, provisoriamente (este «provisoriamente» bastante longo), em instalações do Ministério das Obras Públicas e, até, no domínio dos contratos, actua subsidiariamente, ou seja, falha a Fundação, paga o Estado — é o que dizem os contratos. Posso ler a cláusula: «(...) o Estado assume subsidiariamente (...)», como já aqui foi dito e lido, posso fazer chegar à mesa, para também distribuir aos jornalistas, se assim o entender, cópia desta cláusula do contrato, onde isto está expresso.

Antes que me responda, como respondeu ao Sr. Deputado Jorge Costa: «o senhor não sabe o trabalho que dá uma fundação», devo dizer que eu não sei, mas também não preciso de ser galinha para saber se um ovo está podre, Sr. Secretário de Estado. Às vezes, há coisas que se consegue descobrir. De facto, não sei isso, mas eu gostava de falar da Fundação e da promiscuidade, para além deste controlo que o Sr. Secretário de Estado faz, entre o seu Gabinete e a própria Fundação, esta é uma outra questão que também nos interessa aqui ver explicada.

Limitei-me a ler as actas, que têm nomes, locais e datas, só não têm horas, mas as actas também não trazem horas... E verifico, por exemplo, que Ana Sofia Corte Real pede a renúncia do mandato de administradora da Fundação no dia 18 de Novembro de 2008, na primeira reunião. Se pudesse, eu gostaria que me explicasse as razões, porque não estão na acta, desta renúncia.

No dia seguinte, toma posse Cláudia Assis de Almeida, a substituta da Ana Sofia Corte Real. Pergunto: no dia seguinte, qual era a urgência ou a razão da celeridade desta substituição? Conhece — com certeza que

conhece, as minhas perguntas têm alguma boa vontade — que a Cláudia Assis de Almeida desempenhou funções de assessora no seu gabinete? Gostava que me dissesse se sim ou não.

Na acta do dia 19 de Novembro de 2008, pode ler-se também que foi deliberado proceder-se ao reembolso das despesas incorridas pelos colaboradores da Fundação para as Comunicações Móveis, no exercício das suas funções, no âmbito do Fundo para a Sociedade de Informação, e por conta e no interesse da Fundação para as Comunicações Móveis. Desde o início do Fundo para a Sociedade de Informação garante o processo de constituição da Fundação para as Comunicações Móveis até à data, e bem assim autorizar que, futuramente, seja efectuado o pagamento de despesas correntes por caixa, conforme a informação prestada pela vogal Cláudia Alexandra Pereira Assis de Almeida. Pergunto: teve conhecimento destas despesas e da forma encontrada pela, então, vogal, Cláudia Alexandra Pereira Assis de Almeida, para fazer face a estas despesas correntes?

No dia 30 de Dezembro é contratado o Sr. Pedro Pedrosa Correia, ex-Presidente da Fundação do IPJ, para técnico informático, com vencimento de 5000 €; depois, no mesmo dia, o Director-Geral, Carla Prica Moreira, com o vencimento de 5000 €, mais um subsídio de alimentação, etc.; e, no mesmo dia, Cláudia Assis de Almeida sai e é contratada como coordenadora para a Fundação para as Comunicações Móveis, também 5000 €. Aliás, esta acta é interessantíssima, porque tem aqui todos os valores. Ainda neste mesmo dia estreia-se, como administrador, o Daniel Adrião e o Rui Pereira, sendo que o Rui Pereira sai, poucos meses depois, no dia 1 de Julho de 2009. Este Rui Pereira é um destacado militante socialista, já não é, hoje, administrador da Fundação, mas o Daniel Adrião é. Também gostava de saber se é possível, se a lei permite que os seus assessores acumulem funções, as do Gabinete e também as da Fundação.

Pergunto quem são estes dois senhores e se sabia quais eram os vencimentos da Fundação.

Há pouco foi-lhe feita uma pergunta, que eu gostava de repetir. Com todas estas nomeações, com esta sua ligação, tão directa, à Fundação, com esta capacidade de trabalho, estranha-se, de facto, como é que a Fundação — mesmo não conhecendo eu o trabalho que dá — não tenha planos, não tenha contas aprovadas e estejamos perante, e vou citar o que disse o Presidente da Vodafone quando lhe perguntei qual era a avaliação que fazia do funcionamento da Fundação, «muito aquém daquilo que são os critérios mínimos de uma boa gestão ou que nós utilizamos numa empresa privada». Isto foi repetido por todos os outros. Aliás, é a prova de ainda estarmos hoje sem um plano e sem as contas aprovadas e com relatórios atrasados... Agora, tanta gente!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — As de 2008 foram feitas tardiamente. O plano e orçamento para 2010 ainda nem sequer está feito!

Portanto, tanta gente, com estes ordenados e com uma ligação tão estreita, tem de haver uma explicação. Por que é que, de facto, é assim tão difícil gerir isto, com o mínimo respeito, por aquilo que é a transparência e aquilo que é, no fundo, a boa gestão da coisa pública? Há aqui, claramente, uma «via verde», com um *chip* de identificação entre o seu Gabinete e a Fundação.

Na acta do dia 13 de Março de 2009, um ponto único que diz que é a assunção da posição do Gabinete do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações no contrato de aquisição de serviços — comunicações para a campanha publicitária ao Programa e.escola e

aprovação da minuta do acordo de cessão de posição contratual, fala, até, de ajuste directo.

Peço-lhe que me esclareça sobre o que é este procedimento.

Vou fazer aqui uma analogia. Fui à *net*, ao *site* do Plano Tecnológico, que, no fundo, serve de «chapéu» a isto tudo, e verifico que até para comprar pipocas há concurso público. Não há nada que o Plano Tecnológico tenha feito, que não haja concurso público. Chegamos à Fundação, e o Mário Franco diz, consta na acta da sua audição, que é um organismo público para efeitos contratação, ou seja, aquilo faz com que a Fundação seja obrigada à contratação pública. Estou a citá-lo!

Portanto, é estranho é que para tudo o que a Fundação compre, ceda, etc., não haja concurso público. Portanto, há aqui uma dissonância de comportamentos.

No dia 10 de Janeiro, é paga uma factura à Autoridade Nacional de Comunicações de 279 000 milhões de euros, por serviços prestados ao Fundo para a Sociedade de Informação. Esta factura, e tenho aqui o número — posso dá-lo —, é o 1124, emitida a 31 de Dezembro, é paga ao abrigo do despacho do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, a 31 de Julho de 2008, no qual autoriza a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), nos termos da sua competência específica, a proceder ao pagamentos de todas as despesas respeitantes à realização de projectos a desenvolver no âmbito do Fundo para a Sociedade de Informação, até à sua constituição, do respectivo reembolso. Ou seja, esta Autoridade substituiu-se ao Fundo para a Sociedade de Informação, foi pagando despesas, e, por isso, é que, quando perguntámos qual era o movimento do Fundo, não houve nenhum, não tinha, sequer, figura jurídica, mas estava aqui uma instituição que o substituíra! Estou a citar as actas.

Pergunto: se estas despesas são legais, mesmo que haja, depois, um reembolso, não tendo o Fundo possibilidades de gerir o que quer que seja, apesar de ter um gestor de conta, é possível o Fundo fazer-se substituir pela Autoridade Nacional de Comunicações? Como é que explica isto?

O Sr. **Presidente**: — Atenção ao tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Para não defraudar as expectativas do Sr. Secretário de Estado sobre o dia 30, vou passar, brevemente, ao *Magalhães*.

O computador foi apresentado em Julho de 2008, não sei se... no «dia de São Magalhães». Deixo outras perguntas para a segunda volta, mas, agora, pergunto: em que quadro foi feita esta apresentação? Foi feita com os operadores? Foi uma apresentação formal? Já me disse que houve reuniões.

Tenho aqui uma dúvida para a qual peço uma tolerância de tempo, a exemplo da que foi dada aos outros Deputados.

Não sei se já tem a resposta ao requerimento que o CDS fez ao Sr. Secretário de Estado, agora Carlos Zorrinho —, para saber quem eram os elementos que pertenciam à *task force*. Foi dito aqui que as características do *Magalhães* eram muito específicas, foi dito pela ex-Ministra da Educação, porque, no seu entender, tratava-se de um público-alvo diferente, e, portanto, não poderiam ser iguais às do e.escolinha, o que, pelos vistos, não é corroborado pelo Sr. Secretário de Estado, visto que elas são parecidas.

A Sr.^a ex-Ministra da Educação disse que as características do e.escolinha tinham de ser forçosamente diferentes, porque queriam dar aos pais mais liberdade de opção de escolha, e, portanto, tinham de ser características próprias para as crianças, razão porque também havia, fruto

dessa especificidade, as características da resistência aos líquidos e aos choques, exactamente por serem importantes.

Ora, ainda não conseguimos saber quem são os membros dessa *task force*. Gostava que hoje me conseguisse dizer quem esteve nessa *task force* que designou e estipulou essas especificações técnicas e que, depois, foram enviadas aos operadores a seguir à constituição da Fundação, se não me falha a memória, dia 15 de Setembro.

Como é que comenta o facto de o *Magalhães* ter sido apresentado no dia 23 de Setembro, ou 22 de Setembro, e de apenas decorridos sete dias da sua apresentação no Pavilhão Atlântico terem sido distribuídos 3000 *Magalhães*. No Pavilhão Atlântico estava um computador *Magalhães*, estava num pedestal...! Funcionava?!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Não, foi em Julho.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sete dias após a entrega das especificações. Da apresentação são para aí 15...

O Sr. **Presidente**: — Foi no dia 15 de Setembro...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — De Julho até Setembro...!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É um mês.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É só fazer as contas!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não, não é!

O Sr. **Presidente**: — Não, isso é matéria de facto, foi apresentada à Comissão...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É matéria de facto, está nas actas e, por isso, eu não registei aqui para poupar tempo.

O Sr. **Presidente**: — É de 15 de Setembro a 23 de Setembro.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — De qualquer das maneiras, há um prazo muito curto e as operadoras disseram que precisavam de algum tempo para o fazer. Houve operadoras que disseram: «fizemos consulta ao mercado e ninguém conseguia fazer o computador», desembocava tudo no *Magalhães*.

O certo é que, no dia 30 de Julho, antes das especificações, estava um computador *Magalhães* na apresentação, ninguém confirmou se ele funcionava ou não...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — No Pavilhão Atlântico, na apresentação do *Magalhães*, nas tais 500 000 razões para contarmos com a sua presença.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Exacto, já havia um computador, já funcionava...

O PS diz: «bom, a entrega dos 3000 computadores não era relativa ao *Magalhães*, não tinham as características ainda definidas». Isto foi aqui dito.

Por exemplo, eu tenho uma factura da ZON, datada de 26 de Fevereiro, onde se lê: «Aquisição de 501 *Magalhães* para as duas primeiras entregas *ad-hoc* na realização de 23 de Setembro». A própria ZON adquiriu computadores, portanto, já havia computadores disponíveis, feitos. E também há aqui 411 *Magalhães* — mas esta é uma pergunta para ser feita a outra entidade — para a entrada da ZON no negócio.

Portanto, era importante saber quem delineou, como é que o procedimento foi feito, como é que foi possível que no dia 30 de Julho muitos dos operadores, excepto a JP Sá Couto, dissessem «só tivemos conhecimento do computador *Magalhães* nesse dia». A JP Sá Couto não disse; «excepto a JP Sá Couto», todos os outros dissessem que só tiveram conhecimento nesse dia.

Na segunda-feira seguinte, alguns tiveram a nota das especificações, foram ao mercado... Apenas a Youtsu disse: «nós podemos fazer isso». Mas, de facto, num curto espaço de tempo havia *Magalhães* disponíveis, o que nos leva a crer que não era possível haver *Magalhães* no dia 30 sem estarem definidas as especificações, a não ser que alguém já tivesse tido acesso às especificações. Por isso, é importante saber quem esteve... É estranho que não consigamos encontrar... O Ministério da Educação diz «nós não fomos, nós apenas tivemos a ver com os conteúdos», apesar do ex-Ministro Mário Lino ter dito que foi o Ministério da Educação que fez as especificações. É uma contradição. Não encontramos até hoje nenhum responsável dos três Ministérios, segundo o Sr. Carlos Zorrinho, Ministério

das Obras Públicas, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho. Não encontramos nenhum responsável.

Pergunto: quem esteve lá? Quem definiu as especificações? Como é que elas chegaram à mão das operadoras?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vou começar pela última questão, que está mais fresca, e depois passo às outras.

Sr. Deputado, essa sessão foi para apresentar o computador *Magalhães*. Qual é o espanto? Foram convocadas pessoas para a apresentação de um computador, na altura feito pela empresa (a empresa até refere como sendo o primeiro computador feito em Portugal), qual é o espanto que, nessa sessão, ter sido apresentado o computador? A sessão foi convocada para esse efeito, para a apresentação desse computador!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Dá-me licença?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, agora deixe-me responder.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É só para dizer que não tenho qualquer espanto quanto a isso.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ah, bom!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O meu espanto é, por exemplo, a Intel estar nesse dia e ter, no memorando assinado, a obrigação de

encontrar um parceiro nacional para produzir para o mercado nacional e internacional este computador, e já lá estava a JP Sá Couto. Isto é, por exemplo, um espanto, mas eu nem lhe fiz esta pergunta, porque na segunda volta ainda temos mais questões sobre a matéria.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Certo. Daremos todas as...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O espanto é ser o Sr. Secretário de Estado a convidar toda a gente, segundo o que temos aqui, até disse de que lado é que ficavam as flores, as luzes, de que cores seriam, e, depois, a factura foi entregue à Youtsu. Isto é um espanto!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, aqui, na Comissão, faz-se a festa... Lança-se os foguetes, apanham-se as canas e faz-se a festa! O senhor faz a pergunta, quer dar a resposta e as conclusões a seguir.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Só quero esclarecer as coisas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, a sessão de dia 30 é convocada por uma empresa que vai apresentar um produto, no qual o Governo português se associou, como se associou em muitas outras sessões de muitas outras empresas portuguesas de lançamento de produtos portugueses. Esta é a primeira situação.

As especificações do *Magalhães* foram a JP Sá Couto quem definiu. Não temos nada a ver, nem sabíamos... Quando a JP Sá Couto nos vem mostrar um produto, não sabíamos das especificações desse produto. Portanto, não existe qualquer situação como a de: «Ah, mas o Governo definiu as especificações!» Não! O *Magalhães* nasce antes do Programa e.escolinha ter saído para a rua. Há pouco até lhe disse: «Olhe, até foi nessa

mesma manhã que obtivemos a última aprovação e foi possível lançar um programa, que andávamos a discutir com os operadores há algum tempo, para a ampliação do Programa original, o e.escola, para um público com idade menor, entre os 6 e os 10 anos, entre o primeiro...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Só para precisar, disse que as especificações foram feitas pela JP Sá Couto?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como disse?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — As especificações foram feitas pela JP Sá Couto?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, as especificações do computador... Quer dizer, o senhor não tente desvirtuar as minhas palavras!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Apenas perguntei, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — As especificações do computador que a JP Sá Couto apresentou, como é óbvio, só a JP Sá Couto é que pode responder. Eu sei lá por que é que a JP Sá Couto apresenta a cor azul e não a cor amarela! Sei lá por que é que apresenta... Ela apresenta com aquelas características! Não faço a mínima ideia por que razão é que ele apresenta com aqueles características. Tem de perguntar à JP Sá Couto, não a mim!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — São as mesmas cores do computador *Magalhães*!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não! O computador *Magalhães* já evoluiu. Já há uma segunda versão. Já há o *Magalhães 2*, que tem características técnicas completamente diferentes, como o senhor sabe.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A JP Sá Couto disse isso...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado está a tentar misturar duas coisas: as características do *Magalhães* com as características do Programa e.escolinha. São duas coisas completamente diferentes, Sr. Deputado. E o senhor não tente misturar aquilo que não é misturável. O computador *Magalhães* é da JP Sá Couto. As características técnicas, a opção por aquilo que é o computador, é da JP Sá Couto, que pôs lá aquilo que entendeu que deveria pôr. As características técnicas mínimas que nós exigimos no Programa e.escolinha nada têm a ver com o *Magalhães*, têm a ver com o *Magalhães* e, como eu disse, com, pelo menos, nove outros produtos que existiam naquela data. Repito: com nove outros produtos que existiam naquele momento!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Definidas por quem?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não vale a pena! Isto foi uma das situações que os Srs. Deputados andaram aqui, durante estas sessões, a questionar. Perguntavam: «então, mas o *Magalhães* e as características?». São coisas completamente diferentes, não têm rigorosamente nada a ver uma com a outra. As especificações técnicas do computador *Magalhães* apresentado pela empresa JP Sá Couto são definidas, obviamente, pela empresa. Eu não sei como funciona a JP Sá Couto, não posso estar a falar por ela, mas acredito que as especificações

de um produto apresentado por uma empresa sejam definidas pela própria empresa. Mas isso terá de lhes ser perguntado.

Portanto, as especificações para o Programa e.escolinha foram definidas pelo Governo e pelos operadores, em conjunto, e pelas partes que assinam. Não existe outra situação que não esta. As especificações estão em anexo aos contratos, e, portanto, estão rubricadas pelas partes envolvidas. Estando assinadas por todas as partes envolvidas, tem de ter o acordo de todas as partes. Não existe outra situação! Aliás, o próprio contrato, Sr. Deputado, permite a alteração dessas especificações, com autorização dos operadores e da parte do Governo que assina esse contrato, ou seja, o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Educação.

Eu nem consigo entender o cerne da pergunta, porque se há responsáveis pela definição das características é quem assinou estes documentos; e quem os assinou foram o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Educação e os diferentes operadores. No caso do e.escolinha, foram quatro operadores: a ZON, a Sonaecom, a Vodafone e a Portugal Telecom.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, não existiu nenhuma *task force*, como diz o ex-Coordenador do Plano Tecnológico, um grupo de trabalho onde estavam incluídos os Ministérios das Obras Públicas, da Educação e do Trabalho.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não ponha nas minhas palavras aquilo que eu não disse! O que eu disse foi que as características foram definidas nestes contratos e nestes regulamentos por estas partes. Houve um trabalho prévio, como deve compreender, Sr. Deputado. Como é óbvio, houve um trabalho prévio.

No Programa e.escola, esse trabalho prévio envolveu o Ministério do Trabalho, o Ministério das Obras Públicas, o Ministério da Educação, o Plano Tecnológico e os operadores. Este trabalho não foi para definir as características, foi para articular...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Os operadores disseram que não tiveram nada a ver com isso. Portanto, não podiam estar os operadores.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, em Maio! Pelo menos um operador disse que recebeu por *e-mail* as características definidas por alguém. Só quero saber quem foi e quando. É assim uma coisa tão difícil?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Vocês não querem ouvir a resposta!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos ouvir as respostas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, esses grupos de trabalho funcionaram em articulação com os operadores. Nós tivemos interações com os operadores nesse contexto. Como o Sr. Deputado facilmente perceberá, há um conjunto de reuniões, há um conjunto de trabalhos preparatórios e, depois, tem de se enviar os resultados desses trabalhos preparatórios.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É óbvio!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — E, como é óbvio, cabe a quem? É o operador que faz a súmula daquilo que foram os trabalhos preparatórios? Não! Cabe ao Governo, e, no caso concreto, à pasta que estava encarregada desse processo, remeter para os diferentes intervenientes os documentos nas versões a que se tinha chegado nesses trabalhos.

Quando os Srs. Deputados dizem: «Ah! É o Gabinete do Sr. Secretário de Estado que envia a proposta para a Fundação de Estatutos...»! Claro! Foi o meu Gabinete na plena execução daquilo que eram as minhas responsabilidades,...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É evidente!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — ... mas após toda uma sessão de trabalho com os diferentes operadores para chegarmos àquele desiderato. A mesma coisa se refere aos contratos e a tudo o que tem a ver com as matérias associadas aos contratos. Ou seja, existiu um conjunto de trabalhos preparatórios, de interacção entre (nem fui eu próprio, como deve calcular!) as minhas equipas de trabalho e as equipas dos operadores, para se chegar a uma proposta que, depois, foi remetida formalmente, como o Sr. Deputado aí diz.

A minha resposta à questão-chave da pergunta colocada é: as características técnicas do *Magalhães* nada têm a ver com as características técnicas do Programa e escolinha. São situações completamente diferentes...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — São coincidentes! Como nada têm a ver?!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não são coincidentes, Sr. Deputado! Não são coincidentes!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — São iguais!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, Sr. Deputado. É falso! É falso o que o Sr. Deputado está a dizer! De tal maneira não são coincidentes que o Sr. Deputado até diz que, nas características, houve uma evolução, por exemplo, relativamente a uma matéria que foi mais complexa, o *software*. O Ministério da Educação teve de fazer uma avaliação de todo o *software* disponível e esse *software* veio, efectivamente, mais tarde. O *Magalhães* que foi apresentado não tinha esse *software*. O *Magalhães* que era comercializado não tinha esse *software*. Teve de haver uma adaptação. Portanto, é falso aquilo que o Sr. Deputado diz, que estas características lá estejam. Teve de existir uma adaptação, como aqui foi dito pelos diferentes operadores e pelos próprios produtores. Os primeiros computadores que saíram não tinham esse *software*. Teve de existir uma adaptação, que existiria para qualquer marca, como deve compreender.

Portanto, misturar as duas coisas... Elas não são misturáveis!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Aquilo que importa são as condições à partida!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — As condições à partida são condições abertas, Sr. Deputado! Volto a referir, porque parece que ficou alguma dúvida nesta matéria e eu não quero que fique nenhuma dúvida.

As características técnicas...

Neste momento, o Sr. Dr. Paulo Campos exhibe uma folha de papel onde se pode ler características técnicas.

O Sr. **Presidente**: — Já foi distribuída, Sr. Secretário de Estado!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Vamos voltar a olhar para elas que é para se perceber onde é que aqui está *Magalhães*! A primeira característica técnica que estava definida tem a ver...

Neste momento, regista-se um burburinho na sala.

Ou estamos a discutir seriamente ou não estamos! Há quem não queira e tenha tido esta postura... Sr. Deputado, se me deixar terminar! Há quem não queira!

Voltemos às características, Sr. Deputado!

As características são as que aqui estão definidas exactamente no clausulado, e, se quiser, também lho forneço, mas os senhores têm-no à frente e sabem, há longas semanas, quais são as características definidas. Sabem! Sabe que, relativamente à «velocidade de processador 1.6», há *n* computadores com esta velocidade de processador. «Memória RAM de 1 Gb», há vários computadores no mercado com esta memória. «Capacidade disco maior ou igual a 30», há vários computadores. É verdade ou não, Sr. Deputado?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Certo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Muito bem! «Placa gráfica, sistema de áudio, colunas e microfone, sistema de comunicação Wi-Fi, placa de rede, ecrã de 8,9 polegadas, teclado português à prova de derrame de líquidos,

resistência a quedas», há vários computadores que fazem tudo isto. Certo, Sr. Deputado?

Então, diga-me lá qual destas características é diferenciadora e que faz com que o único computador disponível seja o *Magalhães*? Não existe! Não existe! A única que, provavelmente, pode ter — e já aqui foi explicado — algumas restrições...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não são três.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Então, diga lá, Sr. Deputado. Diga lá quais são as restrições.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Vou referir-me ao que disseram as operadoras. As três características que tornavam esse computador único, são: o preço...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estou a fazer uma interpelação. Estou no uso da palavra, não interrompi os Srs. Deputados. Portanto, peço-lhes que me deixem concluir.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu tenho consentido, julgo que a bem dos trabalhos da Comissão, que quem está a interpelar o depoente possa fazer pequenos acertos, digamos assim, para termos um completo esclarecimento. Agora, de facto, não podemos é estar a fazer intervenções cruzadas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou atalhar a minha intervenção.

Aquilo a que as operadoras se referiram foi o preço, a resistência aos líquidos e aos choques, mas nem foi isto que eu perguntei, o senhor está a fugir à minha pergunta.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Nós não somos interlocutores das operadoras!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O que eu perguntei foi quem, nomes e datas, esteve na *task force* e se existiu ou não, como foi dito por um responsável do Governo. A isto o Sr. Secretário de Estado respondeu zero. Está a falar-me das especificações... Até poderemos discutir a cor da capa dos computadores da ZON, que, pelos vistos, até era de cor diferente...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, não seja...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu só perguntei isto, Sr. Secretário de Estado. Existia ou não essa *task force*, onde existia e quem fazia parte dela.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado introduziu o tema e eu

respondi-lhe exactamente...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Responda às perguntas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado perguntou quem constava... Eu disse-lhe que quem definiu as características foi quem assinou estes documentos, não há outra solução. Ainda ontem me diziam que não é por alguém propor algo que as partes assumem esse algo! Quando as partes assinam algo é porque estão a aceitar aquilo que está em cima da mesa, e aquilo que estava em cima da mesa era um conjunto de características que foi assinado pelo Ministério da Educação, pelo Ministério das Obras Públicas e pelos diferentes operadores.

Portanto, os responsáveis pela definição das características não podem ser outros que não estes. No entanto, houve trabalhos preparatórios e, por parte do Estado, aquando da definição das características para o e.escola, estiveram presentes técnicos do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério das Obras Públicas e, aquando da definição das características para o e.escolinha, estiveram presentes técnicos do Ministério da Educação e do Ministério das Obras Públicas, que são os dois Ministérios que assinam estas actas.

Portanto, sobre esta pergunta a resposta está mais do que dada, só se o Sr. Deputado... Aliás, a resposta já tinha sido dada há pouco.

Agora, estávamos aqui a referir a questão das características. O Sr. Deputado estava a colocar um conjunto de questões misturando, nomeadamente, as características do *Magalhães* com as características do Programa e.escolinha, tentando fazer uma algo, que tem feito...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — É uma especialidade!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É uma especialidade, digamos assim, e que tem saído na comunicação social.

Repare, artigo do Deputado Pacheco Pereira: *Magalhães custa 960 milhões*. Este é o título de um artigo de uma página inteira num jornal de grande comunicação. Repito: *Magalhães custa 960 milhões!* Quer dizer, se 213 € foi quanto custou cada *Magalhães*, se foram entregues 400 000, isto dá, e a matemática não falha, oitenta e poucos milhões de euros.

Ora, oitenta e poucos milhões de euros são transferidos, de acordo com a lógica em que os Srs. Deputados têm vindo a colocar e a misturar tudo,....

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Secretário de Estado, a minha dúvida surge de uma informação dada por um membro do Governo e fica ainda maior quando a ex-Ministra da Educação, respondendo a esta Comissão, por uma carta que não tenho comigo mas que consta dos nossos documentos, à questão de saber se esteve ou não no grupo, na *task force*, que estudou antes as condições e que definiu as características do e.escolinha e do *Magalhães*, disse «não tivemos nada a ver com isso»!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É o que diz a carta!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não é verdade! Isso é uma falsidade! Não pode estar a mentir! Posso ler a carta?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Disse que apenas tiveram a ver com os conteúdos. Portanto, nós temos de saber...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Não é verdade! Posso ler a carta?

O Sr. **Presidente**: — Agora, não!

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, leia a carta, se não se importa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, faça favor de...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, permita que o Sr. Deputado Ramos Preto leia a carta. Não pode chamar-me mentiroso e agora não ler a carta!

Leia a carta, se não se importa!

O Sr. **Presidente**: — Dou licença, se o Sr. Secretário de Estado não se importar de ser novamente interrompido... Por mim, estou aqui até as 16 horas...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É um *fait divers* que os Srs. Deputados resolverão.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Temos é de chamar aqui o Sr. Secretário de Estado outra vez, pelos vistos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, eu não tenho a ver com essa matéria, eu tenho a ver com aquilo que está suportado factualmente.

As características técnicas, Sr. Deputado, estão fixadas nesta página,...

Neste momento, o orador exhibe uma folha de papel.

... que tem um conjunto de assinaturas. Está a ver, estão aqui assinaturas de representantes do Ministério da Educação, do Ministério das Obras Públicas e dos operadores. Portanto, factualmente é a isto que me estou a referir.

Relativamente a estas definições, elas estão assinadas, rubricadas e não há qualquer dúvida sobre os responsáveis por elas...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Seis meses depois!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Seis meses depois?!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Seis meses depois das entregas!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Relativamente aos trabalhos preparatórios, também já deixei claro quem é que esteve, e, portanto, não há qualquer dúvida.

Aquilo que eu quero esclarecer, e é isto que até agora o Sr. Deputado não me tem deixado fazer, é que as características do computador *Magalhães* não são definidas por esta *task force*.

Nós definimos um conjunto de características que não se aplicam, na filosofia que os Srs. Deputados têm referido, apenas ao *Magalhães*, aplicam-se ao *Magalhães* e a outras dezenas de computadores existentes no mercado, pelo menos a nove, identificados por nós naquela altura, e já citei os nomes, e a mais sete que são do nosso conhecimento, para já não falar nas derivações dos vários *Classmate* existentes no mundo que os senhores, insistentemente, referiram.

Também foi dito aqui pelo Sr. Presidente da ZON que é muito simples este problema das características, e se houvesse algum problema resolvia-se em 15 dias com uma visita à China ou a Taiwan, comprando um conjunto de componentes necessários para o computador e far-se-iam essas adaptações.

Quanto à insinuação, que tem vindo a ser feita, repetidamente, de que as especificações foram desenhadas para o *Magalhães*, é absolutamente falsa, e já o demonstrei aqui inequivocamente. Por isso, é que eu há pouco quis ir às características. Aliás, demonstrei-o e o Sr. Deputado esteve de acordo, porque, quando citei todas as características, o Sr. Deputado concordou e foi dizendo...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Concordei com isso e também concordo com as assinaturas que estão no papel que nos trouxe, só que há uma diferença, isso é de Março de 2009 e nós estamos a falar em Julho de 2008.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, já lhe disse — e volto a repetir...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, posso interromper?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não pode; agora, respondo eu...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Peço desculpa.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Tenho de dar resposta às suas perguntas e ainda não terminei.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Responda a todas!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Respondo a todas.

Sr. Deputado, já lhe disse, e já repeti isto a outros colegas seus, que todas estas matérias foram acordadas previamente. Aliás, o Sr. Deputado sabe disto, porque ainda há pouco o referiu, errando nas datas por várias vezes, tentando dizer uma semana depois, uma semana depois... Portanto, como o Sr. Deputado sabe disto, ao fazer esta afirmação só pode ser de má fé. O Sr. Deputado sabe que as características técnicas estavam definidas e que, em Setembro, até do ponto de vista formal, elas estavam definidas. O Sr. Deputado sabe disto! Ainda há pouco o referiu.

Portanto, se as características técnicas estavam definidas, o Sr. Deputado não pode vir dizer...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Secretário de Estado, vamos ver uma coisa: as características chegaram via *e-mail*, é a única prova que eu tenho da Vodafone, que nos disse que as havia recebido via *e-mail* no 15 de Setembro, se não me falha a memória. Posso estar a enganar-me na data, mas penso que foi no dia 15 de Setembro.

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — É de 15 de Setembro!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pergunto: quem é que definiu essas características?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, já lhe disse. Os operadores...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E essas não são as assinaturas que constam do papel que V. Ex.^a apresentou, porque esse papel é de Março de 2009.

O que quero saber é quem, nomes em concreto. A minha dúvida é porque alguém disse aqui, nesta Comissão, que existiu uma *task force* que definiu todas aquelas características. É difícil responder a esta pergunta?! Basta dizer: foi o António, o Manuel, o Joaquim no dia *x*, na reunião tal. Não temos as actas dessas reuniões!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, já lhe respondi.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, não me acuse de má fé quando estou a fazer-lhe perguntas.

Posso ter-me enganado numa data, mas isso ainda não dá para me acusar de má fé... O Sr. Secretário de Estado já se enganou em várias coisas e eu ainda não o acusei de má fé!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, digo que está a usar de má fé quando diz que as características só apareceram em Março. Não! Eu já expliquei aqui que estas características foram definidas em finais de Agosto princípios de Setembro pelos mesmos que assinam, nem outra coisa

poderia ser, Sr. Deputado, como lhe referi.

Ninguém assina uma coisa, reportando a uma determinada data, se nessa data não existisse o conhecimento dessa matéria. Já há pouco lhe disse isto!

Nem há nenhum administrador que o possa fazer, porque não tem essas condições! Não pode assumir esses compromissos, nem eu, enquanto representante, não posso assumir compromissos reportados a uma data se nessa data esses compromissos não tivessem sido evidenciados.

Portanto, as características técnicas estavam firmes naquela data e o Sr. Deputado sabe isto. E nessa data, volto a insistir, foram os mesmos, os que assinaram foram os que naquela data estavam, porque, obviamente, ninguém assinou *a posteriori* sem saber...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pronto, já sei! Foram os mesmos!

O Sr. **Presidente**: — Essa questão está respondida.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Está respondida.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, só para precisar, visto o Sr. Secretário de Estado ter dito que não era verdade o que eu estava a afirmar — se for necessário eu dou cópia —, vou ler a cláusula XIV do contrato assinado com a Sonaecom que diz: «O Ministério das Obras Públicas manter-se-á ainda subsidiariamente responsável perante a Sonaecom pelo cumprimento pontual de todas as obrigações que venham a ser assumidas pela Fundação para as Comunicações Móveis no presente contrato».

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Qual é o contrato?

O Sr. **Presidente**: — É com a Sonaecom.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — De que data é?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O contrato é de 30 de Julho de 2008.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É o aditamento ou o contrato?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É o contrato.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Vai ter de me dar...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Vou dar-lhe cópia...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É só para eu localizar.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Disse que não conhecia a cláusula...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu não disse que não conhecia a cláusula...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ela consta em vários contratos, mas vou dar-lhe cópia deste.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, também já vou referir

essa matéria.

Eu não disse que não conhecia a cláusula, eu disse de quem era a responsabilidade e a responsabilidade é do Estado. Portanto, não é subsidiariamente, como deve compreender. A responsabilidade é do Estado, porque a Fundação não é do Estado, e, portanto, não pode assumir essa responsabilidade em nome do Estado, perante os operadores, como é óbvio.

Sr. Deputado, estávamos anda na questão do computador. Questões sobre as características técnicas do *Magalhães*, tem de perguntar à JP Sá Couto. As características técnicas do e.escolinha são muito diferenciadas das do computador *Magalhães*. Mas onde o *Magalhães* cabe, nos requisitos mínimos, cabe o *Magalhães* e outros nove modelos existentes no mercado português e mais sete, pelo menos, que, com ligeiras adaptações, existiam no mercado internacional e que poderiam ser adaptados para Portugal.

Relativamente à ANACOM e aos pagamentos pela ANACOM das despesas da entidade gestora do Fundo, este é um dos principais argumentos para constituirmos a Fundação.

Como o senhor verifica, a entidade gestora do Fundo não tinha personalidade jurídica e não tinha condições para executar despesas, mas, entretanto, havia um programa que estava em curso, que estava a ser executado, e era fundamental que fosse acompanhado por representantes do Estado, para que a execução do projecto fosse adequada, e, obviamente, tivemos de... Como disse, para que estes computadores fossem entregues, foi necessário fazer cerca de 20 milhões de actos processuais. Para que estes quase 1 300 000 computadores fossem entregues às crianças do nosso País, foi necessário gente para o poder fazer.

Na altura, não existia nenhuma entidade com personalidade jurídica para assumir estas despesas e o Estado também não entendeu que este custo devesse ser assumido por recursos do Estado. O Estado entendia que este

custo poderia ser assumido pelos próprios operadores com a dotação que tinha ficado estabelecida, por despacho do Sr. Ministro da Economia, em 2003, para serem utilizados nestes recursos. Portanto, andávamos, nessa altura, a conversar com os operadores sobre como ir buscar esses 24 milhões que seriam para pagar o funcionamento desta estrutura.

Ora, não tendo chegado a acordo tão cedo quanto era desejável por nós para encontrarmos a entidade com personalidade jurídica para que esse dinheiro viesse para uma entidade que pudesse pagar essas despesas, o que utilizámos foram recursos que existiam na ANACOM, com um custo para a ANACOM e dos quais deveríamos ressarcir a ANACOM, sendo que alguns dos recursos foram feitos no exterior e outros recursos eram recursos próprios da ANACOM.

Assim, aquilo que ficou logo estabelecido desde início foi que a ANACOM procederia aos pagamentos a entidades terceiras e ficaria credora daquilo que seriam os seus próprios recursos perante uma entidade que viesse a ser constituída, e esta é a prova da necessidade de constituição da Fundação. A Fundação é constituída também para suprir esta dificuldade, para que pudesse existir uma entidade com personalidade jurídica que pudesse pagar estes custos, e, logo que a entidade foi constituída, a Fundação pagou estes custos à ANACOM, nomeadamente aos funcionários da ANACOM envolvidos no funcionamento do sistema e que estiveram a verificar se as coisas estavam a correr bem e estiveram a resolver...

Sr. Deputado, foram centenas, e, em determinados momentos, foram milhares, as situações que nos chegavam diariamente, como, por exemplo a do menino de uma freguesia do norte que queria o computador e que este não chegava, ou a de um computador que chegou e que não estava nas melhores condições, etc. E isto é uma operação logística muito difícil de montar, de acautelar e, sobretudo, de salvaguardar os interesses destas

peessoas, porque estas pessoas tinham de ter entidades que conseguissem salvaguardar os seus interesses e os seus direitos. Portanto, tínhamos de ter pessoas que pudessem assegurar esta matéria, que pudessem fiscalizar e resolver os problemas que estavam a ser criados. Por isso, é que foi feito, desde um determinado momento, um conjunto de despesas associadas ao funcionamento do programa, mais tarde estas despesas vieram, obviamente, a ser pagas pela Fundação com os recursos que, entretanto, a Fundação foi dotada, ou seja com as verbas dos operadores.

Daqui se conclui que a monitorização, a verificação e a utilização de recursos para toda esta matéria foram pagos, deste ponto de vista, pelos operadores, através das dotações que fizeram para a Fundação. Por isso é que, nas contas da Fundação, são apresentados, em 2008, um custo de 550 000 €, que abate aos 25 milhões de euros que tinha de património e, em 2009, um custo de cerca de 150 000 € ou 160 000 €, como há pouco referi, que também abate ao seu património.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, desculpe-me interrompê-lo...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Há ainda outras questões...

O Sr. **Presidente**: — Eu sei, mas ainda relativamente a esta questão, e só para benefício da Comissão e da questão que foi colocada, o Sr. Deputado Hélder Amaral, nesta matéria, perguntou, em concreto, se esse procedimento, através da ANACOM, ao abrigo de um despacho do Secretário de Estado, era um procedimento legal.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, nessa matéria, não tenho qualquer dúvida: era um procedimento

legal e foi-me aconselhado pelos serviços que procedesse dessa forma. Como deve calcular, no funcionamento de um gabinete, há decisões que são tomadas pelos responsáveis mediante uma verificação por parte do gabinete da legalidade. Desse ponto de vista, o que me foi transmitido pelo gabinete foi que este era o procedimento adequado e, em função disso, exarei um despacho para que se agisse em conformidade. Portanto, foi de acordo com esse reconhecimento da legalidade que agi.

Agora, o Sr. Deputado também colocou um conjunto de situações relativamente aos procedimentos feitos pela Fundação. Todos os procedimentos feitos pela Fundação são-no com base no Código dos Contratos Públicos. E aquele procedimento a que o Sr. Deputado se estava a referir, que foi iniciado no meu gabinete, também foi feito com base no Código dos Contratos Públicos. Ou seja, porque era importante para nós (e penso que essa iniciativa até acabou por não se concretizar), lançámos um concurso, que foi um concurso limitado, portanto, com um procedimento previsto no Código dos Contratos Públicos, de consulta a um conjunto de empresas, para que fosse preparada uma campanha de informação relativamente ao programa. Entretanto, foi constituída a Fundação e o meu despacho foi no sentido de passar o processo para a Fundação — e, depois, a Fundação deu-lhe o seguimento que entendeu.

Relativamente a todas as contratações feitas pela Fundação — a todas as contratações feitas pela Fundação! — os procedimentos foram feitos de acordo com o Código dos Contratos Públicos, sem excepção.

Portanto, não tenho conhecimento — e, como devem calcular, das informações que me chegaram, não andei a verificar todas as actas — de que tenha existido qualquer procedimento na Fundação que não tenha sido feito ao abrigo do Código dos Contratos Públicos. Por isso, nem sequer conheço a questão que me está a colocar.

Uma outra questão tem a ver com o facto de várias pessoas do meu gabinete estarem na Fundação. Sr. Deputado, aqui, tinha uma responsabilidade, que era a da boa execução deste programa. Por isso, quis assegurar, em todos os momentos, que a entidade que estava a monitorizar e a verificar se os operadores estavam a cumprir zelosamente aquilo que tinham acordado connosco fosse constituída por pessoas da minha confiança e da confiança do Ministério das Obras Públicas. Portanto, desse ponto de vista, não lhe escondo que foram colocadas na Fundação as pessoas que nós achávamos que eram as mais adequadas para cumprir as funções a que tinham sido destinadas.

Sr. Deputado, verifico que, até este momento, essas funções têm sido cumpridas de acordo com essas orientações. De facto, ainda hoje estivemos aqui a falar e a discutir sobre determinadas situações que os operadores reclamam que a Fundação ainda não reconheceu, exactamente porque essas pessoas são muito rigorosas e estão a cumprir de acordo com as orientações que lhes foram transmitidas, o que se traduz no cumprimento escrupuloso das matérias que são validadas para serem pagas aos operadores. Portanto, desse ponto de vista, era muito importante (e por isso fizemos questão) que na Fundação existissem pessoas indicadas pelo Estado e que essas pessoas acabassem por ter o controlo do ponto de vista funcional, quando fosse necessário. Enfim, também verifiquei que o Presidente do Conselho Geral disse aqui numa audição nunca ter usado desse poder, isto é, o poder de voto de desempate, e que, até agora, todas as situações tinham sido aprovadas sem a necessidade de o fazer. Mas nós fizemos questão de, nos estatutos, negociar isso com os operadores. É que, Sr. Deputado, essa era uma função muito importante para nós.

Relativamente à questão de saber se não tinha planos, se não tinha contas aprovadas...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Secretário de Estado, considera, portanto, que a acumulação de cargos...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não há qualquer acumulação de cargos, Sr. Deputado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Houve, durante um determinado tempo!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não há qualquer acumulação de cargos ilegal!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, se alguém exerce funções privadas e públicas, ao arrepio daquilo que a lei...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não há qualquer acumulação de cargos ilegal. Os cargos a que se refere são ocupados por colaboradores ou assessores, pelo que não cumprem esses requisitos que o senhor referencia. Quem tem carácter de exclusividade, tanto quanto me informaram, são os adjuntos e os Srs. Chefes de Gabinete. Ora, as pessoas em causa não exerciam qualquer dessas funções. Portanto, essa situação, para mim, de acordo com a informação que me foi prestada pelo meu gabinete, está no estrito cumprimento da legalidade existente. E, mais,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O resto está na intenção do Governo de controlar e de controlar a Fundação.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — E, mais, além de respeitar o cumprimento da legalidade, também tive o cuidado de não haver

acumulação de vencimentos. Portanto, as pessoas que ocuparam esses cargos, se ocupassem mais do que um cargo, só recebiam de um lado. Por isso, não me preocupei apenas com o cumprimento da legalidade mas também com o rigor na gestão dos dinheiros.

Finalmente,...

O Sr. **Presidente**: — Só falta responder a uma questão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — À questão de saber se é ou não dinheiro público, mas também a uma outra, a de saber se nos contratos se age subsidiariamente. Sr. Deputado, a responsabilidade principal é do Estado — e nem poderia ser de outra forma. Nenhum operador contrata com o Estado uma responsabilidade em que o Estado... E agora podemos dizer, como sempre dissemos, o seguinte: quando lançámos este programa, tínhamos a ambição de atingir cerca de 500 000 computadores e atingimos 1 200 000 — e, neste momento, estamos a chegar a 1 300 000. Ou seja, ultrapassámos largamente a ambição inicial. Quando traçámos esta ambição inicial, também existia uma acção social escolar que tinha uma limitação do número de pessoas envolvidas. Ao longo deste processo, como os senhores sabem, houve uma ampliação da acção social escolar, ou seja, aumentou-se muito o número de beneficiários abrangidos pela acção social escolar. Ora, como tínhamos um pressuposto que era para 500 000 computadores, em que a percentagem de pessoas a beneficiar da acção social escolar era menor do que aquela que acabou por se verificar em função do alargamento, na altura, pensávamos que os dinheiros envolvidos pelo Estado eram muito inferiores àqueles que acabaram por acontecer. E sempre dissemos que eram residuais — e porquê? Porque existindo cerca de 390 milhões de euros de contributos dos operadores para cerca de 500 000 beneficiários, a parte que sobraria para o Estado seria muito reduzida.

O que aconteceu foi que, em consequência do êxito do programa e de termos tido, em vez de 500 000 beneficiários, 1 200 000, e em consequência de a percentagem de beneficiários da acção social escolar ser muito superior àquela que era inicialmente, os valores do Estado aumentaram consideravelmente, não ultrapassando, no entanto, por exemplo, os valores que os operadores colocaram. Os operadores colocaram 390 milhões de euros, mais, pelo menos, 25 milhões de euros e mais alguns do e.escolinha directamente, a que não são deduzidas as contrapartidas, enquanto que o Estado, até este momento, colocou um pouco mais de 200 milhões de euros.

O Sr. Ramos Preto (PS): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. Paulo Campos: — Sim, sobretudo da acção social escolar.

E os beneficiários também colocaram mais de 200 milhões de euros neste projecto.

Portanto, apesar de a responsabilidade inicialmente contratada do Estado ser menor do que aquela que veio a ser (mas estamos a falar, neste momento, de, pelo menos, 200 milhões de euros), não pode passar para uma Fundação cujos fundadores são os próprios operadores privados — esse documento não passaria em nenhum departamento jurídico dos operadores. Portanto, como deve compreender, a responsabilidade é do Estado. A Fundação só paga aos operadores após receber do Estado. Portanto, não há aqui uma subsidiariedade. A responsabilidade é do Estado. Se, porventura, a Fundação não pagar aos operadores aquilo que o Estado remeta para a Fundação, eles vêm directamente ao Estado, porque a responsabilidade primária é do Estado.

Quanto a saber se é, ou não, dinheiro público, Sr. Deputado, não tenho qualquer dúvida sobre essa matéria. Em primeiro lugar, estes contributos nas propostas nem sequer estão formalizados como contributos monetários; são contributos em projectos a desenvolver e muitos deles, como disse, em desconto em espécie. O que é que isto quer dizer? Em desconto em planos tarifários que foram apresentados nessas propostas.

Assim sendo, desse ponto de vista, não tenho qualquer dúvida de que não estamos aqui a falar — e todas as avaliações jurídicas que fizemos na fase em que estivemos a discutir com os operadores foram coincidentes — sobre dinheiros públicos. Aliás, de outra forma, não se compreenderia.

Sr. Deputado, lembro-me bem dos malabarismos que foram feitos, em sede de Orçamento, em 2004, em 2003,...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Em 2009, em 2010!

O Sr. Dr. Paulo Campos: — ... para ir buscar receitas extraordinárias em tudo quanto existia. Ora, se os senhores, que foram tão criativos em ir buscar receitas adicionais para diminuir os défices artificialmente nesses anos, pensassem que havia ali (e, na altura, era 1300 milhões de euros e não 900 milhões de euros) 1300 milhões de euros — e nem o ex-Ministro Carlos Tavares tinha tido a coragem de ter baixado de 1300 milhões de euros para 900 milhões de euros, porque o ministro das Finanças da altura não tinha deixado — para incluir no Orçamento como receitas, o défice desse ano estava resolvido, Sr. Deputado! Com 1300 milhões de euros, o défice estava resolvido.

Portanto, Sr. Deputado, o senhor sabe, eu sei que isto não é dinheiro público. E o senhor só está a suscitar esta questão agora por razões políticas, nada tendo a ver com a aferição da verdade. Os senhores, durante esses anos, nunca o consideraram como dinheiro público...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Deputado, se ler uma parte da audição que fizemos ao Sr. Prof. Freitas do Amaral, verificará que ele chama a esta Fundação de *sui generis* e uma *mailbox foundation*. E é só ouvir o que diz a União Europeia para considerar que nem tem de ser em dinheiro, pode ser apenas em compromissos de serviços ou de outra prestação qualquer. Desde que decorra de um concurso público — e a licença UMTS decorreu de um concurso público. Ora, esses compromissos decorrem disso. Portanto, bastava isso para considerarmos que este era dinheiro público, como compromisso devido ao Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, todas as entidades que consultámos relativamente a essa situação, não evidenciaram isso. Portanto, não considerámos que era dinheiro público, nem poderíamos fazê-lo, como é óbvio, dentro desse espírito — nem os operadores o consideraram. E nunca os operadores estiveram disponíveis para entregar esses montantes ao Estado, nunca.

Mais, o que fizemos foi muito além daquilo que os senhores tinham conseguido, porque os senhores nem tinham informação daquilo que existia. Portanto, se fosse dinheiro público e se existisse o cuidado de ter essa interpretação que os senhores hoje têm, necessariamente tinham feito procedimentos completamente diferentes daqueles que fizeram. Não há, em nenhuma acta das relações feitas durante 2003, 2004 e os primeiros meses de 2005, qualquer informação dos anteriores governos a considerar esta matéria como dinheiro público.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Há, pelo menos, um despacho do Sr. Ministro das Finanças, o Despacho n.º 18 188/2007, que diz que, com as contribuições financeiras entregues ao Fundo para a Sociedade da

Informação, os três operadores exoneram-se de uma obrigação pecuniária contraída em relação ao Governo, como, aliás, tal foi reconhecido pelo Ministro das Finanças.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Exactamente! Estamos a falar dos 25 milhões de euros, que era a única que pecuniariamente estava definida, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E, depois, diz-se que tudo o resto leva a qualificar tais contribuições como fundos públicos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Claro, os 24 milhões de euros! Na nossa opinião, isso sim — esses 24 milhões de euros —, é uma exigência pecuniária. E, por isso, fizemos a exigência de que esse dinheiro fosse entregue. Aliás, com muita resistência por parte dos operadores. De facto, durante meses — e se os senhores forem ver as datas em que foram entregues, verificarão que há datas que ultrapassam até os prazos que tinham sido estipulados — houve resistência dos operadores a entregar esses montantes, pois achavam que nem esses montantes deviam entregar. É verdade, Sr. Deputado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas também é verdade que, por exemplo, a PT nos disse aqui que se estendia o prazo para além de 2015 (já não me lembro bem da data, mas sei que era para além de 2015) —, e isto está nas contas. Portanto, há aqui a predisposição dos operadores em cumprirem na íntegra com os compromissos assumidos com Estado, que estão quantificados.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas qual é que era PT?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não tenho aqui e não quero falhar, pelo que não sei qual era o da PT, mas consta das contas.

Aliás, fiz esta pergunta, porque as contas iam até 2015 e ele, assumiu aqui, na Comissão, que iam para lá de 2015. Portanto, há aqui uma vontade inequívoca de cumprir.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Vou...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas todos recebemos agora mesmo uma carta, não é aquela a que me referi, do Gabinete da Sr.^a Ministra...

O Sr. **Presidente**: — Fui eu que recebi uma carta do Ministério da Educação e mandei distribuí-la pelos Srs. Deputados.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, fica claro que, de facto, como eu dizia, a Sr.^a Ministra da Educação desconhece a existência da tal *task force*, a nomeação de quem quer que seja para essa *task force*, referida aqui por Carlos Zorrinho.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não vamos discutir esse documento, que chegou agora à mesa e que, como habitualmente, mandei

distribuir de imediato pelos Srs. Deputados. Não vamos fazer a discussão desse documento agora.

Para formular as perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, é de notar que, quase três horas depois do início da reunião, chegou a vez de o Bloco de Esquerda fazer as suas perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tenho estado atento aos tempos. Sem contar com a intervenção inicial do Sr. Secretário de Estado, entre perguntas e respostas, estamos a consumir, em média, 52 minutos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, não estava a questionar a liderança dos trabalhos por parte da mesa mas, sim, alguns esclarecimentos que são redundantes e repetidos *ad aeternum* com a esperança de que esta repetição os transforme em verdades absolutas. Isto é que me parece errado e é o que tem lesado a condução dos trabalhos.

Começo por dizer que é curiosa esta «cambalhota» na posição do PS, relativamente à necessidade e à validade, que agora atribuem à avaliação das contrapartidas, desde o seu início, e referiram o facto, que atiram ao PSD, de terem desaparecido cerca de 370 milhões de iniciativas de um Governo para o outro.

Gostava de referir que foi a iniciativa do PS, com a conivência do PSD, que impediu que esta Comissão, a requerimento do Bloco de Esquerda, no fundo, aprofundasse o conhecimento que tem sobre a execução dessas contrapartidas e a validação das mesmas.

Como disse o Sr. Secretário de Estado, e o BE também assim considera, estas são informações essenciais para percebermos o que foi

feito no âmbito destes concursos, como é que foram validadas as informações, e ainda mais pertinente o achamos, depois do que foi dito pelo Sr. Secretário de Estado, de que muitas delas foram feitas na aquisição de telemóveis, citando o Sr. Secretário de Estado, «sem uma real contrapartida para o País». Isto ainda mais reforça a posição que o Bloco de Esquerda tomou no âmbito dos trabalhos desta Comissão, de que um dos pontos, que referia a necessidade de avaliação das contrapartidas, fosse efectivamente objecto de análise por parte da Comissão. Por isso, este foi um dos pontos importantes que hoje vimos.

Passo agora à formulação das perguntas em concreto, porque há ainda muito por esclarecer, e gostava que as respostas fossem concisas, pois as perguntas também o serão.

Já percebemos a linha de força — aliás, os 48 minutos iniciais não trouxeram nada de novo ao que já foi dito na Comissão, nem a nível da documentação que já foi distribuída — e realço aqui um ponto essencial: o Bloco de Esquerda, antes da execução dos trabalhos da Comissão, já tinha pedido os relatórios do Grupo de Trabalho UMTS ao Ministério e os mesmos ainda não nos tinham sido facultados. Teve de ser esta Comissão a insistir para que esses relatórios fossem enviados ao Parlamento. Por isso, vir agora distribuir os relatórios, como se fosse uma novidade e uma abertura por parte do Governo, é, no fundo, esconder este passado, que não foi de clareza em todo este processo.

Passo directamente às questões.

Tivemos aqui, por parte da Inforlândia, a indicação de que, em Novembro de 2007, esta empresa foi sondada para produzir um computador para crianças e esta sondagem foi feita pelo Dr. Mário Franco, na altura membro do Gabinete do Ministério das Obras públicas. Pergunto: foi por indicação do Sr. Secretário de Estado que o Dr. Mário Franco fez esta sondagem junto da Inforlândia? Se foi, sinal de que estará dentro do

processo, pergunto: a JP Sá Couto ou outras empresas também foram contactadas neste processo? Esta indicação, que tivemos por parte da Inforlândia, é anterior à própria ideia de concretização do *Magalhães*, que, segundo nos foi dito pela JP Sá Couto, apenas surgiu um mês depois, em Dezembro de 2007.

Gostaria de perceber também se esteve ou não envolvido na avaliação do próprio protótipo que a Inforlândia chegou a construir para esse tal projecto. Gostaria de saber se lhe foi apresentado, ou não, porque disseram-nos que foi apresentado a membros do Ministério das Obras Públicas, do qual também faria parte o Dr. Mário Franco. Esteve ou não envolvido nessa avaliação do protótipo ou isto passou-lhe à margem?

É importante percebermos isto, porque, afinal, descobrimos que foi em 30 de Julho de 2008 que o e.escolinha foi criado, mas houve empresas contactadas mais de oito meses antes, acerca da possibilidade de criação de um programa para crianças do 1.º ciclo, com 500 000 computadores, e esta informação, por si só, dá-lhes um avanço na preparação para a resposta a esse programa.

Quero perceber em que momento é começou a falar com a JP Sá Couto do Programa e.escolinha, se foi, ou não, no mesmo momento em que começou a falar com a JP Sá Couto sobre o *Magalhães*, se foi anterior ou posteriormente. Quando é que isto aconteceu?

Volto agora as perguntas para dia 30 de Julho e para as reuniões que antecederam este evento. Curiosamente, ou não, em resposta a um requerimento do Bloco de Esquerda nesta Comissão, ficámos a saber que foi o próprio Ministério das Obras Públicas que fez a indicação de reserva da sala do Pavilhão Atlântico para a apresentação do *Magalhães*. Não foi para a apresentação da iniciativa Magalhães, não foi para a apresentação do memorando de entendimento com a Intel, o *e-mail* do Ministério das Obras Públicas para o Pavilhão Atlântico é no sentido de reservar a sala para a

apresentação do *Magalhães*. Isto foi feito no dia 25 de Julho, no mesmo dia em que existe uma segunda reunião com os operadores para o Programa e.escolinha, onde o Programa e.escolinha estava a ser anunciado às operadoras, discutidos os pormenores e alinhavado para posterior assinatura no dia 30 de Julho de 2008.

Gostaria de perceber como é que nos diz que não há nenhum tipo de coincidência entre a apresentação do *Magalhães* e a constituição do Programa e.escolinha quando disse, e confirmou-o com o aceno de cabeça, que o dia 30 de Julho foi o dia previsto para a apresentação do *Magalhães*.

Mas não foi só isto que aconteceu, porque na mesma iniciativa, em que o *Magalhães* foi apresentado enquanto computador para crianças do 1.º ciclo, foi formalizado um programa com os operadores para distribuição de computadores pelo 1.º ciclo. E as coincidências não ficam por aqui! É que do próprio convite que é enviado pelo Ministério das Obras Públicas aos operadores consta uma frase que diz «há 500 000 razões para estar presente nesta iniciativa», que são os 500 000 alunos do 1.º ciclo.

Não é só esta coincidência, porque nos próprios símbolos, o símbolo que lá está, registado pela JP Sá Couto, é o do *Magalhães*. Por isso, o que percebemos deste convite é que há 500 000 *Magalhães* que merecem a presença dos operadores nesta iniciativa. É isto que eu gostava de perceber.

Disse-nos o Sr. Secretário de Estado que o *Magalhães* que era comercializado não tinha o *software* indicado pelas características. É verdade, tal como aquele que foi distribuído no dia 23 de Setembro de 2008 também não cumpria com as características, mas não deixou de ser distribuído e não deixou de ser o *Magalhães* a ser distribuído nessa data.

Mais: o Primeiro-Ministro, na escola a que se deslocou juntamente com o Sr. Secretário de Estado e o Ministro das Obras Públicas, referiu, e vou citar as palavras dele, que estão gravadas nos diversos *sites* dos canais informativos, que «as crianças podem adquirir um *Magalhães* por 0 €, 20 €

ou 50 €, mediante o escalão da acção social em que estão». Ele não disse que poderiam aceder ao Programa e escolinha por 0 €, 20 € ou 50 €, disse que poderiam comprar o computador *Magalhães* por 0 €, 20 € ou 50 €, mediante o escalão da acção social! Isto em 23 de Setembro de 2008, antes de qualquer decisão por parte das operadoras de que era o *Magalhães* que iria ser comprado.

Presumo que o Sr. Primeiro-Ministro não teve esta iniciativa individualmente, porque na visita que ele fez estavam presentes o Sr. Secretário de Estado e o Sr. Ministro das Obras Públicas. Por isso, eu gostava de perceber como é que temos o Sr. Secretário de Estado e o Sr. Ministro a dizerem uma coisa e, depois, na realidade concreta, na acção concreta de distribuição de computadores, é o próprio Primeiro-Ministro quem diz que vai ser distribuído o computador *Magalhães*, e di-lo antes da decisão das operadoras. Que conhecimento é que ele tinha?

O Sr. Secretário de Estado, anteriormente, tinha ou não conhecimento de alguma informação, de que as operadoras, tendo sido feito este anúncio uma semana depois de terem recebido as características por parte dos Ministério das Obras Públicas e da Educação, já tinham concluído que seria só o *Magalhães* que iria ser distribuído às crianças do 1.º ciclo?

Por fim, no minuto e meio que me resta, disse-nos que o dinheiro não era dinheiro público mas de contributos contrapartidas. A diferença, aqui, não está na forma como o dinheiro chega, a diferença aqui — e o Professor. Freitas do Amaral disse-o — é que, a partir do momento em que ele entra para a Fundação, é dinheiro público, porque a Fundação é gerida pelo Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não há dinheiro a entrar na Fundação!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ouvirei com todo o gosto as explicações que tiver para dar, mas gostava que me deixasse concluir as perguntas.

O dinheiro que entrou na Fundação para o Programa e.escolinha, na sua grande maioria, foi dinheiro do Governo, porque os operadores já disseram à Comissão que as activações que tiveram foram muito reduzidas. Disseram mais: disseram que deram alguns contributos iniciais à Fundação — voltamos novamente a dinheiro público, porque se são contributos iniciais à Fundação...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — À Fundação?!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — São contributos iniciais para o Programa e.escolinha que foi dado à Fundação, são de 11 milhões de euros, mais coisa, menos coisa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — São 11,5 milhões!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Obrigado pela precisão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Peço desculpa, são 11,5 milhões de quê?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foi o contributo que os operadores deram à Fundação para o Programa e.escolinha. É este o valor que está nos contratos e assinados por si.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Para o e.escolinha, sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Só estou a falar do e.escolinha. Todas as minhas perguntas foram relativas ao e.escolinha.

Percebemos que a partir do momento em que este dinheiro entra na Fundação, segundo opinião do Prof. Freitas do Amaral, é dinheiro público. Sendo que as activações foram reduzidíssimas, não chegaram sequer a 1 milhão de euros, os restantes 80 milhões de euros que entraram na Fundação, ou a parte que faltava para os 80 milhões, foi dinheiro público que foi dado aos operadores para compra do *Magalhães*. O *Magalhães*, dito pelos operadores, era o único computador que cumpria com as características, ao contrário do que nos disse, porque as características não são só as que estão nesse papel, há também as características do preço e do tempo, e estas características, segundo os operadores, só o *Magalhães* é que as cumpria.

Por isso, o Sr. Secretário de Estado pode trazer uma lista de 50 ou até de 1000 computadores, porque, no fundo, aqueles que foram «às compras», os operadores mandatados pelo Estado, só encontraram um computador que cabia nas características indicadas pelo Governo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A minha última pergunta: o que é que mudou na opinião do Governo para agora fazer um concurso público, quando anteriormente não o fez?

Já percebemos que as palavras do ex-Ministro Mário Lino não são correctas, porque ele diz-nos que a opção pela criação de uma fundação e a razão de o e.escolinha ter sido feito desta forma, através das operadoras, foi por haver contrapartidas a dar. Percebemos que nem todos os operadores

tinham contrapartidas. A Vodafone e a ZON não fizeram qualquer pagamento ao abrigo de contrapartidas para o concurso (a Vodafone já tinha resolvido todas as suas contrapartidas no início do e.escolinha e a ZON não tinha qualquer contrapartida a dar no âmbito do concurso) e a TMN e a Optimus continuam a ter, ainda agora, contrapartidas a dar, como nos foi indicado pelos seus presidentes nesta Comissão.

Por isso, a situação que anteriormente existia é a que existe agora, é a mesma. Por que é que o Governo mudou? No passado, não quis fazer concurso público, tendo a compra dos *Magalhães* sido feita através das operadoras, e agora, quando existe uma Comissão de Inquérito para avaliar o procedimento do Governo, já decide fazer um concurso público e retirar esse espaço às operadoras.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, deixem-me registar a mudança de posição do Bloco de Esquerda.

Há bem poucos meses, no programa que o BE apresentou na campanha eleitoral, e penso que é do seu conhecimento,...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Também participei na sua elaboração, sim.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — ... relativamente ao capítulo «Direito à informação e ao conhecimento», implicando a universalização do direito às tecnologias de informação na escola, a posição do BE era «o acesso ao *Magalhães* e às novas tecnologias, que deverá ser efectivamente universal,

foi um passo positivo», considerando, portanto, o programa Magalhães como um passo positivo. Estamos absolutamente de acordo, só quero registar a mudança...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Secretário de Estado, agradeço a resposta política às perguntas que lhe fiz, mas perguntei sobre factos e era com factos relativos às perguntas que gostava que respondesse.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, responderei da forma que achar mais adequada.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não é o Bloco de Esquerda que está neste momento a ser avaliado. É a acção do Governo. Em nome do Bloco de Esquerda, poderei responder ao que quiser, mas parece-me, neste momento, que isso uma fuga às perguntas que lhe fiz e não uma resposta. Gostava que respondesse às perguntas e não fugisse delas.

Já vimos isso a manhã toda. Até agora, tivemos mais de hora e meia de propaganda política. Responda às perguntas, aos factos, é isso que queremos nesta Comissão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — A sua percepção do que é a democracia é muito curiosa: o senhor tem o direito de usar da palavra mas, quando alguém o pode criticar, essa pessoa não tem o direito de poder usar da palavra. Estou a usar da minha palavra como direito de resposta e entendo que isso é fundamental para a resposta que vou dar a todas as suas questões, sem excepção. Se, no final da minha resposta, existir alguma pergunta que eu não tenha respondido, por favor repita que não terei qualquer problema em responder, porque, relativamente a este dossier, não há nenhuma questão que não tenha resposta.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Fico a aguardar, então, as respostas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Todas estas perguntas têm resposta.

No entanto, a primeira coisa que quis registar, até para salvaguardar a posição do Bloco de Esquerda, é que o Bloco de Esquerda no programa eleitoral que apresentou aos portugueses considera o Programa e.escola e, sobretudo, o *Magalhães* como um aspecto muito positivo. E, desse ponto de vista, estou de acordo com o Bloco de Esquerda. Tenho de registar, porém, a mudança de posição entre aquilo que foi apresentado aos portugueses e a avaliação que hoje fazem. A avaliação que hoje fazem, de acordo com o que ouvi, é que já não é um programa positivo.

Se o Sr. Deputado tiver alguma para dizer, dirá. Tem muita oportunidade para o fazer.

Relativamente às suas questões, vou tentar seguir a lista pela ordem que as colocou.

Quanto à sondagem da Inforlândia, Sr. Deputado, não tenho conhecimento de todos os contactos feitos pelos diferentes elementos do meu gabinete relativamente a esta matéria, mas tenho conhecimento do seguinte: nós andámos a falar com toda a indústria. Aliás, Portugal, de repente, foi colocado no mapa desta indústria. No contexto a nível mundial, Portugal não existia, mas de repente foi colocado nesta indústria.

Eu próprio celebri protocolos com muitos representantes da indústria quanto a esta matéria. Recebi o Presidente da Intel, o Vice-Presidente da Intel, o Presidente da Microsoft, o Vice-Presidente da Fujitsu, o Vice-Presidente da Toshiba, o Presidente da Inforlândia, o Presidente da JP Sá Couto, o Vice-Presidente da Cisco e com a grande maioria deles, com excepção da JP Sá Couto e da Inforlândia, celebri protocolos.

Como disse na primeira intervenção, este programa tinha como objectivo aumentar a taxa de penetração, dar maior qualificação aos portugueses através da possibilidade de acesso à Sociedade da Informação, mas também fortalecer a economia portuguesa. Ou seja, nós gostaríamos que, com o programa, se conseguissem fortalecer as competências da indústria portuguesa nesta área e, desse ponto de vista, fizemos protocolos com a Intel para que essas competências pudessem ser passadas para Portugal, para que as diferentes empresas assim o aproveitassem. E isso foi feito e, de alguma forma, os resultados estão à vista, tendo até, neste momento, como há pouco vos referi, a Intel já contratado outras empresas. A Critical Software, neste momento, é *partner* da Intel e está a colocar os seus produtos na rede mundial da Intel, em virtude daquilo que foi desenvolvido neste programa.

Fizemos também protocolos para angariar competências por parte da Fujitsu — situação que não se concretizou, não se implementou, tal como outras da Intel que aqui já foram referidas. Houve alguns protocolos que eram conjuntos de intenções para fortalecer a economia portuguesa e que não tiveram, depois, resultados práticos desse ponto de vista. Com a Fujitsu também o fizemos. Com a Toshiba não chegámos a celebrar protocolos, mas fizemos contactos no sentido de angariar competências para Portugal e para que a Toshiba sediasse em Portugal centros de competências. A Toshiba decidiu depois, face aos recursos que tinha, alocar noutra actividade e não na criação desse centro de competências. Fizemos isso também com a Cisco. Tudo isto no âmbito deste programa.

Portanto, aquilo que lhe posso dizer é que tivemos muitos contactos com praticamente toda a indústria e ao mais alto nível desta indústria para conseguir sensibilizar a indústria a apostar em Portugal e, apostando em Portugal, investindo em Portugal, sediando competências em Portugal, com

isso, criar mais emprego. Esse era um dos objectivos que estive presente em tudo o que fizemos.

Relativamente aos contactos com a Inforlândia, não estive presente e, portanto, não os sei em pormenor, mas obviamente que se inserem dentro deste princípio, ou seja, reforçar essas competências, reforçar a aposta na indústria portuguesa.

Sobre a avaliação de protótipo, também não sei dizer. Eu não vi protótipo nenhum e, portanto, não sei se foi feita alguma avaliação desse ponto de vista. Não tenho conhecimento dessa matéria. Não estou a dizer que alguém no meu gabinete não o tenha feito. Estou a dizer que não tenho esse conhecimento e que estou a ouvir isso pela primeira vez. Por acaso, estive fora na semana passada e não ouvi a audição do representante da Inforlândia, pelo que nem tive o cuidado de colocar essa questão, porque estou a ouvi-la pela primeira vez. No entanto, se o Sr. Deputado tiver interesse, não hesitarei em colocar essa questão internamente e saber qual a resposta para lha poder fornecer, se isso é relevante nessa matéria.

O momento em que falei com a JP Sá Couto foi quando eles me apresentaram este projecto: o Magalhães. O projecto Magalhães foi-me apresentado pela JP Sá Couto e, nessa altura, falei com eles e falei...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Quando é que foi isso?

O Sr. Dr. Paulo Campos: — Não lhe consigo precisar em que data é que eles me apresentaram o projecto em si.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — E nos contactos anteriores que teve com todas as outras empresas, quando é que começou a falar de um programa para o 1.º ciclo?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Nunca falámos de um programa para o 1.º ciclo. Portanto, relativamente a essa matéria, não sei a que é que a Inforlândia se refere.

Um programa para o 1.º ciclo, mesmo depois... E isso tem a ver com uma pergunta que o Sr. Deputado também colocou há pouco, que é a apresentação do *Magalhães*. A cerimónia tinha como objectivo a apresentação do *Magalhães*. Repare: nós não podíamos sequer pensar em fazer o lançamento da iniciativa e.escolinha, porque era uma iniciativa que estava em curso e nós não sabíamos quando é que iríamos obter os diferentes acordos necessários para que ela pudesse ser apresentada. Como lhe disse há pouco, até por acaso a última resposta positiva veio nessa manhã e, então, foi possível celebrar esse protocolo, mas aproveitando uma cerimónia que estava naquele momento a decorrer e tendo feito a aprovação nessa mesma manhã por parte de um operador, em que me deu o seu acordo.

Portanto, a cerimónia não foi feita para celebrar o protocolo. A cerimónia foi feita para a apresentação do computador *Magalhães* por parte da JP Sá Couto. Nós aproveitámos essa cerimónia para fazer a celebração de um conjunto de outros protocolos, obviamente com autorização da JP Sá Couto que viu que tinha interesse para si, para a sua projecção, e para projecção da cerimónia que tinha apresentado.

Portanto, desse ponto de vista, é muito claro: a JP Sá Couto apresentou a ideia de que ia colocar um programa. Sei hoje qual era a estratégia que estava subjacente, porque eles referiram aqui, na Comissão. Referiram que, percebendo a eminência que o Governo tinha e as diferentes situações que o Governo estava a fazer de evolução relativamente ao Programa e.escola, necessariamente, o Governo, mais dia menos dia, apresentaria uma iniciativa para o público mais novo. E essa evolução, para quem é empresário, traduz-se na possibilidade de ter uma expectativa.

Tendo em conta que o Estado lançou um programa para o 10.º ano, alargou-o para o 11.º ano e para o 12.º ano e, depois, começou a alargar para o 9.º, para o 8.º e para o 7.º anos e para o 6.º e para o 5.º anos, era normal que pudesse alargar até ao 1.º ano de escolaridade.

Portanto, desse ponto de vista, a empresa veio apresentar um produto e disse (foi também dito nesta Comissão): «provavelmente, isto corresponderá a um conjunto de expectativas que os senhores têm ou que querem vir a fazer e, portanto, nós queremos marcar o terreno e queremos fazer uma cerimónia com toda a projecção possível relativamente a um computador português nesta matéria» — a qual obviamente para nós tinha interesse.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E é o Ministério da Obras Públicas que aluga a sala para a apresentação de um computador para crianças?! Diz-nos que isso não tem nada a ver com o Programa e.escolinha?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, aquilo que eu lhe estava a dizer é que, nessa apresentação que a JP Sá Couto fez, referiu ainda um conjunto de contactos adicionais que estavam a fazer com um conjunto de economias para tentar colocar este produto. E, desse ponto de vista, não lhe escondo que a nossa ambição, em todas as áreas, é apoiar a internacionalização e as exportações das empresas portuguesas. Portanto, um dos factores que nos convenceu de imediato a nos associarmos a este propósito foi as potencialidades existentes naquele produto em termos de internacionalização, em termos de exportação. E isso era um factor absolutamente crucial e fundamental em toda a estratégia desenvolvida pelo Governo.

Portanto, não é um pormenor nesta questão, porque estamos a falar de criação de emprego, de exportação e de uma coisa que ambicionávamos, que era termos uma balança tecnológica positiva, ou seja, exportar mais nesta área do que importar. Assim, desse ponto de vista, este era um projecto bandeira, que coloca Portugal num nível em que nunca tinha estado. Aliás, na Europa, neste momento, não há nenhuma empresa com as competências da JP Sá Couto. Neste momento, em toda a Europa a JP Sá Couto é o único ODM (*original design manufacturer*) existente, porque todos os outros são puros assembladores.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Deixe-me dar-lhe uma desilusão, mas a JP Sá Couto diz que ainda não é ODM.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Está em fase final do processo. Enfim, acho que a fábrica se tem vindo a atrasar, tem tido atrasos em encomendas. Mas é aquele que, se não está concretizado, se aponta para esse efeito. E, nesse contexto, para nós, foi absolutamente essencial — e foi apadrinhado pelo Sr. Primeiro-Ministro — dentro da política geral de apoiar todas as empresas portuguesas que se queiram internacionalizar. Portanto, demos toda a atenção, todo o cuidado e todo o «carinho» a este projecto. Vou repetir: demos todo o «carinho» a este projecto, porque era um projecto de ruptura, era um projecto que permitia que a nossa indústria se posicionasse num nível completamente diferente e de tal forma que os resultados estão à vista. Como lhe disse há pouco, no concurso feito pelo Ministério da Educação, das cinco propostas entregues, quatro são de empresas portuguesas. Nunca isto seria pensável há alguns anos atrás. Isto só acontece, por todos os envolvimento que foram feitos com as consequências positivas obtidas neste processo.

Em algum momento, Sr. Deputado, poderia esperar que uma empresa portuguesa estivesse a exportar computadores para os mercados internacionais, como a JP Sá Couto tem feito para variadíssimos países com expressão e, do ponto de vista europeu, mais avançados nessa matéria? Portanto, aquilo que hoje temos resulta de um trabalho da empresa, que nos empenhámos em apoiar, como apoiámos todas as outras!

Não lhe escondo que a apresentação do *Magalhães* foi feita com todos os cuidados pelo nosso lado para que resultasse positivamente. E não lhe escondo que, desse ponto de vista, tentámos associar a apresentação do *Magalhães* com a vinda do Sr. Presidente da Intel exactamente para dar essa visibilidade, para nos colocarmos no roteiro internacional. Basta ver os *takes* que saíram na imprensa internacional na altura por força da circunstância de estar cá o Presidente da Intel connosco nesse lançamento. Isso permitiu dar uma visibilidade em todo o mundo a um produto português, que estava a nascer e que tinha condições para ser exportado.

Sr. Deputado, sabe que uma coisa que nos enche de orgulho são estes resultados obtidos. Como há pouco lhe disse, cerca de 40% dos computadores que foram entregues neste projecto são portugueses, de duas empresas: da JP Sá Couto e da Inforlândia. A Inforlândia forneceu 153 000 computadores com a marca INSYS. Ou seja, as duas marcas mais fortes portuguesas robusteceram muito com este programa e isso enche-nos de satisfação e de orgulho. Por isso é que muitas vezes não compreendemos algumas das polémicas que têm vindo a ser criadas. Se algumas das coisas que foram ditas aqui nesta Comissão por alguns dos Srs. Deputados fossem ditas em Espanha, aqueles Deputados nunca mais teriam sucesso, do ponto de vista político, nesse país. Em muitos países, há coisas que não se tolera, como o apontar para o pé, tentando destruir as competências que estão a nascer e que existem nas empresas daqueles países.

Aqui, isto não é assim; somos um país mais aberto, desse ponto de vista, e entendemos que até devemos privilegiar outras situações. Não é por acaso, Sr. Deputado, que as questões são sobre o *Magalhães*.

Sr. Deputado, não estou a referir-me a si, em concreto, mas o senhor colocou-se questões à volta desta matéria. Neste programa, foram entregues 1 265 000 computadores (vou entregar isto ao Sr. Presidente e espero que seja distribuído por todos), penso que no final do ano. Destes, foram entregues: 102 000 *Acer*, que é de Taiwan; 42 000 *ASUS*, que é dos Estados Unidos; 490 *COMPAQ*, dos Estados Unidos; 16 600 *Dell*, dos Estados Unidos; 82 000 *Fujitsu*, do Japão; 30 000 *HP*, dos Estados Unidos; 153 808 *INSYS*, Inforlândia, Portugal; 412 696 *Magalhães*, de Portugal; e ainda 325 000 computadores *Toshiba*, do Japão. Isto dá, como lhe disse, cerca de 40% de computadores entregues de marcas nacionais e de 60% de marcas internacionais. Curiosamente, nesta questão dos dinheiros públicos, dos concursos, nenhum Deputado colocou a pergunta: «Por que é que se comprou à *Toshiba* 325 000 computadores sem concurso público?!». Não, a pergunta é: por que é que se comprou a uma empresa portuguesa, a *JP Sá Couto*, 400 000 computadores? A pergunta é esta! Até se podia compreender que houvesse algumas dúvidas dos Srs. Deputados sobre se se trata de dinheiros públicos, ou não, e quanto à exigência de um conjunto de procedimentos. Mas os Srs. Deputados não estiveram interessados nisso, porque nunca fizeram as perguntas relativamente... Houve concurso para fornecer de *Toshiba*? Não houve! Não houve concurso público. É exactamente o mesmo procedimento, igual, igualzinho. Mas os Srs. Deputados não perguntam sobre isso. Os Srs. Deputados perguntam sobre o *Magalhães*.

Por isso é que eu digo que isto é uma polémica tipicamente à portuguesa e que não existiria em outros países, porque nos outros países o carinho que se tem pelas marcas nacionais é muito superior àquele que hoje

temos em Portugal. E isto, Sr. Deputado, é algo de que me orgulho de sentir. Sinto um enorme carinho pelas marcas portuguesas e tenho um enorme carinho pelo *Magalhães* e pelas INSYS e pelo esforço que eles fizeram, neste contexto, para serem marcas competitivas nesta matéria.

Esse ataque cerrado a uma empresa portuguesa, que emprega portugueses, que aumentou consideravelmente o número de emprego. Este programa aumentou em cerca de 400 postos de trabalho nestas empresas, foram criados 400 postos de trabalho para produzir estes...

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Foram criados em Portugal?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, criados em Portugal. Esta é uma empresa portuguesa, com trabalhadores portugueses, que exporta tecnologia portuguesa, que já desenhou evoluções do seu produto, baseadas unicamente em *design* português, é uma evolução que deve ser aplaudida, e eu estranho os ataques desta forma a esta empresa. Mas também estranho as outras coisas que há pouco disse. Durante anos, nada foi feito e nada foi responsabilizado, ninguém foi responsabilizado e agora quem faz é que é o «artista» que deve ser atingido.

Esta polémica e esta comissão de inquérito são tipicamente à portuguesa. Ou seja, nunca se responsabilizam as pessoas que não fazem, que não executam, responsabilizam-se os que têm a coragem e a capacidade de executar e persegue-se mais facilmente os que estão próximos de nós, as nossas empresas, do que as empresas internacionais.

Se fosse noutro país, por exemplo em Espanha, garanto-lhe que seria ao contrário. Se uma empresa portuguesa quisesse ir vender para lá computadores, havia 20 000 entraves; no caso de ser uma empresa espanhola, resolveriam isso com muita facilidade.

Voltando às questões colocadas pelo Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Só sobre o Programa e.escolinha, não sobre o Programa e.escola.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Tivemos muito empenho nesta apresentação, porque temos vontade de apoiar estas empresas portuguesas. Portanto, disponibilizei os préstimos do meu Gabinete para apoiar em tudo o que fosse necessário. Fizemos isto nesta sessão como fizemos com outras e não estranho nada que tivéssemos sido nós a fazer os contactos com o Pavilhão Atlântico no sentido de abrir as portas para que existisse essa disponibilidade do Pavilhão Atlântico, que existiu.

Ao que sei, não fizemos nenhum contacto para que o preço fosse diferenciado. O preço foi aquele que o Pavilhão Atlântico decidiu cobrar sobre essa matéria, e foi cobrado a quem de direito, porque imediatamente informámos que essa cerimónia, informámos naquela data, não *a posteriori*, seria da responsabilidade de quem iria apresentar um produto comercial, que era a JP Sá Couto ou o consórcio que estava associado à JP Sá Couto, a Youtsu.

Portanto, deste ponto de vista, nada mais se passou. O que se passou foi esta vontade e este carinho de dar a uma marca portuguesa quando se queria internacionalizar e apresentar ao mundo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Finalmente, aconteceu no e.escolinha, porque, tal como ouvimos, no e.escola, ao contrário do que me estava a dizer, os consórcios portugueses tiveram de ir bater à porta do Ministério e entraram, *a posteriori*, nos consórcios internacionais. Segundo o que nos dizem, esse amor pelas empresas portuguesas foi crescendo ao longo do tempo, não aconteceu desde o início do e.escola.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sabe, na vida, temos de caminhar passo a passo e, naquele momento, as competências das empresas portuguesas não conseguiram dar resposta às necessidades.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não foram contactadas, Sr. Secretário de Estado. Não se trata de dar resposta, não foram contactadas, foi dito por elas aqui, nesta Comissão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não lhe posso dar essa resposta, porque não contactei nenhuma empresa para comprar computadores, quem as contactou foram os operadores, como o Sr. Deputado sabe.

Não fiz qualquer contacto com fornecedores para comprar computadores. Fiz contactos para que as competências das empresas portuguesas fossem maiores. Há pouco esqueci de lhe dizer que celebrei protocolos com a Alcatel-Lucent, com a Cisco, estando cá com os vice-presidentes,...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Como é que, tendo assinado os protocolos com a Intel, justifica que, depois de ter vindo cá o Presidente da Intel, no dia 30 de Julho, facto que teve o resultado na comunicação social internacional que referiu, depois, esse protocolo não tivesse servido para nada?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não tenho essa conclusão e, provavelmente, ninguém de bom senso tirará essa conclusão.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Está, então, a desmentir o Presidente da Intel?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Se o Sr. Deputado me deixar falar, ouvirá a explicação.

Não tenho essa conclusão. Obviamente que a assinatura daquele protocolo foi importante, porque foi o reconhecimento da Intel de que em Portugal poderia haver condições para desenvolver produtos que apostassem no mercado internacional. O que nós e a Intel dissemos foi que o protocolo não teve seguimento no que estava previsto no protocolo, que era executar um conjunto de tarefas. Estas tarefas não foram executadas...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não teve, porque já estavam executadas?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, por amor de Deus, não me volte a interromper, se não, nunca consigo dar resposta às perguntas que coloco.

O Sr. Deputado terá oportunidade de fazer as perguntas todas, mas não me interrompa...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas já estavam executadas essas obrigações?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, peço-lhe por favor que, agora, não me interrompa.

Portanto, aquilo que estava em cima da mesa e que nos permitiu avançar foi exactamente esse protocolo. Esse protocolo permitiu que fossem desenvolvidos um conjunto de contactos, que, na altura, estavam em cima da mesa, que puderam resultar em fortalecimento das competências nacionais.

Deste ponto de vista, penso que o protocolo surtiu os efeitos desejáveis, porque a verdade é que, hoje, temos um fornecedor, que é a JP Sá Couto ou a Youtsu, que fornece nos mercados internacionais produtos que a Intel reconhece como sendo adequados. A verdade é que temos um contrato entre a Intel e Critical Software e a Intel colocou na sua rede mundial a disponibilização dos produtos da Critical Software para esta matéria.

Logo, os resultados daquele protocolo estão aí.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — As suas declarações do dia foram no passado...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Aquilo que dissemos foi que havia um conjunto de passos que estavam previstos no protocolo entre o Ministério e a Intel que não tiveram qualquer sequência.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — As suas declarações no próprio dia 30 de Julho foram feitas no pretérito perfeito, no passado, e passo a citá-las (aliás, também são passíveis de serem vistas nos canais televisivos): «o objectivo do memorando é produzir em Portugal um computador e formar um consórcio que tem as competências necessárias e, por isso, angariaram-se competências também no exterior para produzir, em Portugal, um computador».

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Claro!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Por isso, percebemos que, na altura, a JP Sá Couto (e ela própria já nos disse) tinha contactos com a ECS, uma empresa de Taiwan,...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Com um protocolo assinado naquela data.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... para fornecer a matéria-prima para o computador *Magalhães*.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Para o *Magalhães*, exactamente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Pergunto: o memorando não teve seguimento, porque já tinha sido executado e personalizado na JP Sá Couto?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, o memorando não era para a JP Sá Couto. O memorando, se verificar...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O memorando visava distribuir 500 000 computadores em Portugal, com tecnologia da Intel. Quem estava preparado para o fazer e quem o fez efectivamente foi a JP Sá Couto.

O Sr. **Ramos Preto** (PSD): — Onde é que isso está?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não vale a pena... Os Srs. Deputados têm o memorando.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Para esclarecer o Sr. Deputado eu leio só...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado está a inquirir-me ou está em diálogo com o Sr. Deputado Ramos Preto?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Leia a indicação do que está no *site* do Plano Tecnológico, que foi a entidade que esteve à frente de todo o processo de ligação à JP Sá Couto, onde se diz: «Foi a assinatura do memorando de entendimento entre o Governo e a Intel, no âmbito do Plano Tecnológico para a produção, em Portugal, do portátil *Magalhães*».

Agora, está a dizer-nos que o memorando nada tinha a ver com o *Magalhães*. O Governo, através do Plano Tecnológico, diz-nos que é para a produção em Portugal do portátil *Magalhães*.

O Sr. **Presidente**: — Já entendemos.

Faça favor de prosseguir, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, o que faz parte do contrato (e passo a ler as cláusulas dos objectivos) é: «alargar a disponibilidade e a utilização da tecnologia na educação em Portugal e noutros países, através da iniciativa constituída por duas partes, designada como iniciativa *Magalhães*». Não há outro objectivo se não o de produzir o computador *Magalhães*. Estava assumido! A iniciativa *Magalhães* está aqui: «assumir que em Portugal se iria...»...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Saúdo-o por esse esclarecimento, que nunca nos tinha sido dado nesta Comissão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. deputado, mas isto está mais do que claro, está escrito *ipsis verbis*, com todas as letras: «alargar a disponibilidade e a utilização da tecnologia na educação em Portugal e

noutros países, através da iniciativa constituída por duas partes, designada como iniciativa Magalhães.» Ou seja, Portugal tinha a ambição de produzir um computador que se iria chamar *Magalhães* e que foi apresentado logo naquele dia, que ainda não estava a ser produzido, mas cujo protótipo foi apresentado naquele dia.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Nessa altura, era marca registada da JP Sá Couto!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Claro! Mas o Estado é que vai produzir computadores?! O Estado português celebrou um protocolo, como celebrou com a Auto-Europa e como celebrou com outras dezenas empresas internacionais, para que, em Portugal, existissem competências para produzir um conjunto de situações. Mas não é o Estado que vai produzir.

Celebrámos um protocolo com a Intel para que, em Portugal fosse possível construir o *Magalhães*, porque sem a Intel autorizar a JP Sá Couto, provavelmente isso não seria possível. Sr. Deputado, o protocolo que celebrámos com a Intel tinha esse objectivo, aliás, tinha mais objectivos: criar centros de competência em Portugal, que será um modelo e fonte de informações para o desenvolvimento e expansão de outros projectos tecnológicos que venham a ser realizados no futuro; estimular o desenvolvimento de empresas empreendedoras portuguesas que envolvam tecnologias, que possam incluir vendas e serviços locais, fabricação local, consultadoria tecnológica, formação e outras que prosperem, através do fornecimento de produtos e serviços tecnológicos a outros países (aqui entra claramente a situação da Critical Software); e alargar à formação de professores para utilizar e gerir a tecnologia, com vista a melhorar a aprendizagem.

Este é o protocolo, é o objectivo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, no final das respostas, gostaria de fazer uma declaração para constar da acta.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Portanto, deste ponto de vista, penso que não há dúvida, e está muito claro. Há um protocolo, há um projecto apresentado pela JP Sá Couto, há um conjunto de contactos, até anteriores, porque este protocolo é um segundo protocolo. Houve um primeiro protocolo com a Intel, celebrado bastantes meses antes, como o Sr. Deputado bem sabe, e portanto os contactos não nasceram aqui. Este protocolo é assinado ou teve a presença do Presidente da Intel e o anterior tinha sido na presença do Vice-Presidente. Portanto, há uma sequência de contactos que visava fortalecer e robustecer a economia portuguesa através da passagem de competências da Intel para Portugal. Este era o objectivo.

Simultaneamente, éramos conhecedores de que existia um protótipo de um produto *Magalhães* — por isso é que está aqui iniciativa Magalhães —, que utilizaria tecnologia Intel e que teria condições para ser exportável para todo o mundo. Portanto, apadrinhámos e, como já disse aqui várias vezes, acarinhámos essa iniciativa, como acarinhámos todas as outras que nos foram apresentadas que tinham essas características, de inovação e viradas para o mercado exportador.

Portanto, deste ponto de vista, associámo-nos com toda a energia que tínhamos a este projecto, para que ele fosse o melhor sucedido possível nos mercados internacionais.

Relativamente à questão das contribuições iniciais que referiu, ó Sr. Deputado, não há pagamentos à Fundação dessas contribuições. O Sr. Deputado já fez várias vezes as perguntas e sabe bem. O único dinheiro que entrou na Fundação — já repetimos isto pela enésima vez — e estão nas

contas.... O dinheiro que foi colocado na Fundação é cerca de 24,9 milhões, portanto os 25 milhões de que falava...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas, então, esse dinheiro entrou como? Entrou aonde?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, é impossível seguir um raciocínio com o Sr. Deputado sucessivamente a entrecortá-lo e a levar para outros caminhos. Não são assim as regras desta Comissão. Há alguma facilidade e eu permito, do meu ponto de vista, que haja interrupções, mas, quando é sistemático e tem outros objectivos, deixa de ser produtor. Espero que o Sr. Deputado não me interrompa outra vez nesta matéria.

O único dinheiro que entrou para a Fundação foram os tais 24,9 milhões de euros. Todas as outras contribuições são assumidas pelos operadores nos processos que têm, umas por via dos compromissos assumidos em sede dos concursos do UMTS e outras pior via de compromissos assumidos em sede de contratos com o Estado e protocolos na iniciativa e.escolinha.

Portanto, aqui, o que houve foi que os operadores ficaram, em alguns casos, até com a possibilidade de deduzir nas contrapartidas, e, por isso, verdadeiramente, não é dinheiro adicional, noutras é dinheiro adicional, mas funciona com o mesmo esquema de contrapartidas, por isso é que entrou um novo, que nem sequer tinha... Portanto, funciona o mesmo esquema, ou seja, é um contributo que ele faz para o desenvolvimento da sociedade de informação e que se compromete, deste ponto de vista, em cada situação, a pagar aquilo que são os custos do programa, que são os custos do programa geridos...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Para precisar: não é desse dinheiro, dos custos do programa por cada computador, que estamos a falar. Às contribuições iniciais de cada operador para o programa...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas essas contribuições funcionam no mesmo esquema! Essas contribuições iniciais foram pagas ou, melhor, fomos evidenciado que tinham sido pagas pelos pagamentos que fizeram aos seus fornecedores. Portanto, este dinheiro nunca foi pago à Fundação, nem teria de ser, porque este dinheiro não era para ser gerido pela Fundação em qualquer outro projecto. Não! Isso eram contribuições...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foi feito o pagamento directamente aos fornecedores de equipamentos desses valores?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ou seja, o que está definido...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É só isto que eu quero saber.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O que está definido é que os operadores tinham uma responsabilidade neste programa, que, no mínimo, tinha aquele montante, e esta responsabilidade seria adicional pelo valor variável em função das contribuições arrecadadas por cada comunicação ou por cada serviço contratado com o beneficiário do Programa e escolinha, e o Estado teria uma responsabilidade, que era uma responsabilidade adicional, face ao diferencial entre estes dois montantes e o custo que isto tivesse para os operadores. É neste contexto que tudo isto é feito.

Não há qualquer pagamento dos operadores à Fundação, o que existiu foi um pagamento dos operadores aos fornecedores, que era da

responsabilidade dos operadores até àqueles montantes e, a partir desses montantes, seria da responsabilidade do Estado.

Passo às características tempo e preço. O Sr. Deputado vem dizer: «Muito bem, quanto às características, está claro...». Isto é um grande avanço, Sr. Deputado. Está claro que as características técnicas, afinal, não foram desenhadas, ao contrário das declarações que os Srs. Deputados fizeram à saída desta Comissão, que foram reportadas pelos Srs. Jornalistas várias vezes... Afinal, está claro para todos que as especificações, de acordo com aquilo que o Sr. Deputado está a dizer, não foram feitas à medida...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Está a deturpar o que eu disse, obviamente!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Afinal, já não existe «alfaiate»!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Está a deturpar o que eu disse!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Portanto, já não existem situações feitas à medida!

Vozes do PSD: — Existe, existe!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Existe, e é dos bons! O «alfaiate» existe!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Está evidenciado pelo Sr. Deputado.

Mas o Sr. Deputado acha que, mesmo assim, há duas características que foram feitas à medida.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Secretário de Estado está a personalizar em mim as suas afirmações. Agradeço a gentileza pelo protagonismo que me dá, mas não fui eu que as disse. Elas foram ditas nesta Comissão pelos operadores, e foram eles que, no terreno, segundo as suas próprias declarações, procuraram o computador.

Já que começou a falar de «fatos» e de «corte e costura», deixe-me dizer-lhe que a iniciativa Magalhães, que correspondia ao computador *Magalhães*, no próprio *site* do Plano Tecnológico, no dia 30 de Julho de 2008, diz que, através da iniciativa Magalhães, as 500 000 crianças do 1.º ciclo de escolaridade irão receber um portátil. Por isso, a iniciativa Magalhães era o computador *Magalhães* que iria ser distribuído a 500 000 crianças, foi isto que anunciaram no dia 30 de Julho.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado,...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares vai prescindir da segunda e terceira rondas...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos ver se nos entendemos sobre esta matéria.

Até agora, temos seguido uma metodologia, que, com alguma tolerância, a benefício da informação da Comissão, tem seguido este método e é verdade que as coisas têm sido razoavelmente contidas nas audições anteriores.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Não é o caso! Mas, convenhamos, o calor habitual que o Sr. Secretário de Estado põe nas suas intervenções não foi aquele que se registou nas outras audições.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Suscita o carinho!

O Sr. **Presidente**: — Não é uma crítica, mas esta audição está a decorrer com um calor que não aconteceu noutras audições.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Então, o melhor é aumentar o ar condicionado!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, não é crítica ao Secretário de Estado, nem aos Deputados, porque de um lado e de outro, é evidente, o tom em que tem decorrido esta audição não se registou noutras audições.

Srs. Deputados, de, duas, uma: ou fazemos isto milimetricamente, ao segundo, e, julgo eu, com prejuízo da informação da Comissão, ou, então, deixamos que as informações relevantes que, de resto, o Sr. Secretário de Estado hoje aqui trouxe e que já foram distribuídas à Comissão e as questões que são também relevantes, na maior parte dos casos, tenho de condescender, que os Srs. Deputados têm colocado fluem com umas regras que são regras razoáveis.

Percebo, por exemplo, o Sr. Deputado Miguel Tiago, que ainda não falou e já são 14 horas e 30 minutos e também tive agora a indicação de que, às 15 horas, há uma comissão que precisa desta sala, e já estamos a tentar resolver o problema. Agora, estamos aqui todos, sem almoçar, evidentemente a trabalhar, e é assim que devemos estar.

Portanto, peço a todos que sejam o mais sucinto possível, que sejam o mais directo possível nas questões que colocamos. Mas, ó Srs. Deputados, não podem pedir «sol na eira e chuva no nabal»! O critério tem sido razoavelmente idêntico para todos.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Qual é a sua decisão final?

O Sr. **Presidente**: — A decisão final é que, até ao fim da primeira ronda, vamos continuar nos termos em que estivemos até agora. É muito simples.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Interrompemos de meia em meia hora. Acha isto sensato?

O Sr. **Presidente**: — Não.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Isso não é sensato, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, evidentemente que isso não é sensato, e já pedi aos Srs. Deputados e ao Sr. Secretário de Estado para serem directo nas questões, tanto quando as colocam como quando a elas respondem.

Isso não é sensato, e, portanto, não vou dizer que é. No entanto, tem-se permitido que, no decorrer das respostas, se possa fazer uma precisão que seja relevante para efeitos do inquérito. É só isto.

Portanto, com o bom senso de todos, vamos levar a empreitada até ao fim.

Pode continuar, Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, como eu estava a dizer, felizmente, agora estamos já numa conclusão — já é o segundo, pois o Sr. Deputado Hélder Amaral também tirou a mesma conclusão — de que, afinal, as características técnicas estão resumidas, naquilo que são os factores distintivos, ao tempo e preço.

Sobre o tempo, já há pouco referi, mas vou voltar a insistir, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E eram resistentes ao choque?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, quanto a isso, todos estes computadores são! Se quiser, volto a demonstrar-lhe isso. Todos estes computadores são. Aliás, é preciso perceber o que está...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, Sr. Deputado! Basta ver as características destes computadores! Neste contexto, não existe. Aliás, porque os computadores têm vindo a sofrer uma evolução para poderem estar adaptados, e, portanto, hoje e naquele momento já existiam várias solicitações... Agora, claro que são diferenciados, porque uns são mais

resistentes, mas nós não dissemos o nível de resistência, deixámos isso aos operadores. O que queríamos era computadores que fossem resistentes, mas o nível de resistência não foi definido. Se tivéssemos definido, mas, deste ponto de vista, não o fizemos, porque achámos que não fazia sentido. Porém, se o tivéssemos feito, então, sim, provavelmente, alguns destes computadores que mostrei já poderiam não corresponder. Agora, não aconteceu assim, essa definição ficou em aberto e poderia ter sido desenvolvida por parte dos operadores.

Não fizemos um caderno de encargos, fixámos especificações técnicas mínimas. O caderno de encargos teria de ser feito pelos operadores em função daquilo que eles próprios entendiam ser mais adequado.

Repare, no e.escola, onde houve uma oferta mais variada, onde conseguimos ter uma oferta mais variada, houve diferenças de abordagem do ponto de vista do *marketing* dos operadores, porque queriam acentuar determinadas matérias. Portanto, o que é que eles fizeram? Na consulta que fizeram ao mercado, desenvolveram especificações que permitiram atingir os seus objectivos.

Portanto, se houvesse um operador que quisesse evidenciar-se ou diferenciar-se de outro operador por ter um computador mais resistente ao choque, teria feito umas especificações com essa matéria e teria dito: «Olhe, de todos os que aqui estão, o meu é aquele que mais resiste». Não foi isto o que quisemos, quisemos ter um computador que fosse adaptado às características das crianças; portanto, resistente a choques e a líquidos, e todos estes respondem nesta matéria.

Passo agora às características tempo e preço.

Começamos pela característica tempo. Já há pouco referi estes dados, mas acho que eles são importantes para perceber isto. Não vale a pena dizerem... Enfim, este aconteceu no projecto e.escola. No projecto e.escola, como há pouco vos disse, nos primeiros seis meses, dos oito

operadores que forneceram computadores para o e.escola, com vários modelos cada operador... Ou, melhor, cada produtor de *hardware* forneceu vários modelos para o e.escola, mas das oito marcas que forneceram modelos, só houve duas que estiveram disponíveis nos primeiros seis meses do projecto e.escola. Por que é que só houve duas que estiveram disponíveis nessa altura? Exactamente, em boa medida, pela questão do prazo. Quem tinha capacidade de resposta. E, para nós — eu já disse há pouco — não é despiciente o prazo. O tempo de espera por parte das nossas crianças beneficiárias não é despiciente. Por mais que isto custe à Sr.^a Deputada Carina Oliveira ouvir, é, obviamente, muito importante. Para a Sr.^a Deputada isto não é importante, as criancinhas devem esperar todo o tempo que existir no mundo. Nós achamos que o principal objectivo era que o computador chegasse a tempo e horas às criancinhas, aos beneficiários. E, portanto, deste ponto de vista, este era um objectivo.

Portanto, colocámos prazos, que não são prazos... Eu nem sei o prazo que está, mas presumo que sejam 60 ou 90 dias.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — São cinco dias!

O Sr. Dr. Paulo Campos: — Ó Sr. Deputado, desculpe, mas isso não é verdade. Isso não corresponde à verdade, e o Sr. Deputado está... Isso não corresponde à verdade!

Há uma encomenda de 3000 computadores que tem cinco dias, todas as outras encomendas... Não vale a pena dizer que a escolha do fornecedor de 400 000 computadores foi a escolha dos 3000 do primeiro fornecimento! Não vale a pena, Sr. Deputado, porque isso é...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Ele já existia!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas já existia o quê?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Esse computador já existia!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Existia esse e existiam mais oito computadores! Existia esse e mais oito, Sr. Deputado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isso é a lógica da amostra! Ontem fui comprar um perfume e deram-me amostras! Só faltou...

O Sr. **Presidente**: — Ó Srs. Deputados,...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Existia aquele e mais oito! Ó Sr. Deputado Hélder Amaral, existia aquele e mais oito! Desculpe lá, não vale a pena...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É verdade. E o Ministério optou por mandar uma amostra — o computador *Magalhães* da JP Sá Couto! Pronto! Não mandou *Toshiba*, pois não?!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como disse?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quando convidaram os operadores para a cerimónia — foram convites do Ministério — foi para apresentação do computador *Magalhães*. Não foi para apresentação desse *Toshiba* ou dos outros!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Claro!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Foi daquele *Magalhães*!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, não esteja a mistificar as coisas. Não vale a pena.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acho que esta questão já está esclarecida.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Foi para precisar! Não foi para amostra, nem foi para apresentar uma panóplia de computadores, foi para...

O Sr. **Presidente**: — Essa questão já está esclarecida.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, peço desculpa. A apresentação de um produto português nada tem a ver com a escolha do produto para o Programa e.escola.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ah pois não!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não tem! Por mais que os Srs. Deputados queiram... Enfim, é a tal polémica tipicamente à portuguesa. Ou seja, é achar que isso é ferir... Não tem sentido. Não tem sentido absolutamente nenhum. Nós fizemos tudo o que era necessário...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, fizemos tudo aquilo que achámos que era necessário para apoiar a iniciativa, e, portanto, apoiámos a apresentação do computador *Magalhães*, mas isto nada tem a ver com a aquisição dos operadores de telecomunicações para o Programa e.escolinha. O Programa e.escolinha nada tem a ver com essa apresentação, e isto está muito claro em todos os documentos aí referidos.

A questão do tempo não é uma questão séria, deste ponto de vista, Sr. Deputado, porque, como há pouco demonstrei, os computadores foram entregues muito mais tarde. Portanto, essa limitação de cinco dias de que o Sr. Deputado está a falar não existe quando estamos a falar da entrega de computadores.

Como lhe disse, há uma entrega em Setembro de 3000 computadores. Há uma entrega, um pouco mais tarde, de cerca de 4000 computadores. E, depois, a primeira grande entrega verificou-se em Janeiro, Fevereiro e Março de 2008. Por conseguinte, perante especificações que foram definidas no final de Agosto e no princípio de Setembro, altura em que começaram a surgir solicitações de cotações, surgiu uma primeira solicitação de 3000 computadores, mas todos os outros computadores foram para ser entregues em Janeiro, Fevereiro, Março e nos meses seguintes. Portanto, esse problema do prazo não se coloca, Sr. Deputado, como é óbvio.

Resta, efectivamente — o que também já debatemos com grande exaustão —, a questão do preço. Aí, como já respondi ao Sr. Deputado do Partido Socialista, a verdade é que, aparentemente, não houve nenhum outro produtor que estivesse disponível para esmagar, baixar, as margens e, de alguma forma, apresentar produtos neste contexto. Mas, em relação a isto, Sr. Deputado, desafio a Comissão a concluir que foi uma opção errada para o País escolher o computador mais barato que existia no mercado e não ceder a *pricings* que são definidos por outros e que, neste caso, eram possíveis de concretizar a preços inferiores. Este é, provavelmente, o factor distintivo. Se chegarmos a esta conclusão, Sr. Deputado, olhe, é mais um factor positivo para o programa, significa que, efectivamente, afinal, não apenas escolhemos um computador bom, com as características necessárias para este projecto, como ainda escolhemos o mais barato que existia no mercado. E isto, para nós, é absolutamente importante.

O mesmo se aplica em relação ao *software*.

Portanto, neste contexto, as coisas são muito claras para nós.

Relativamente à última questão que colocou (presumo que seja a última), que é «o que mudou?»

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Faltam duas questões.

Sobre o dia 23, o próprio Primeiro-Ministro tinha dito que as crianças poderiam aceder não ao programa e.escolinha mas ao *Magalhães*, por 0 €, 20 € ou 50 €, e eu gostava que me explicasse isto.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu não vou citar as matérias que possam ser ditas aqui ou acolá e, sobretudo, as transcrições que são lidas.

O que posso dar é o exemplo do artigo do Sr. Deputado Pacheco Pereira. O Sr. Deputado Pacheco Pereira, quando se referiu a esta matéria,

referiu-se a um custo do programa de 900 milhões de euros. Disse: «O *Magalhães* custou 900 milhões de euros».

Agora, o que tem existido, designadamente por parte dos órgãos de comunicação social, é que, desse ponto de vista, como têm pouco espaço, resumem a um *Magalhães*. Portanto, no fundo, criou-se aqui uma ideia à volta de tudo isto, de que isto era o *Magalhães*. Portanto, é normal que existam vários interlocutores que acabem por referir-se ao *Magalhães*, quando a que nos estamos a referir não é verdadeiramente ao *Magalhães*.

Enfim, também desculpo o Deputado Pacheco Pereira, quando diz...

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Ele não está nesta Comissão!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não sei se ele está nesta Comissão, ou não, ele escreveu um artigo público e esse eu posso comentar. É um artigo, cujo título é *900 milhões para o Magalhães*. Portanto, desculpo o Deputado Pacheco Pereira, como posso desculpar outras pessoas, que, tendo as mesmas responsabilidades do Deputado Pacheco Pereira, não tenham o conhecimento em pormenor que lhes permita ir às precisões da matéria. A verdade é que a iniciativa não se chamava *Magalhães* mas iniciativa e.escolinha. Não tem nada a ver com o projecto *Magalhães*, que era um projecto lateral.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Vou precisar o que eu disse. Não falei de transcrição, falei das palavras do Primeiro-Ministro ditas de viva voz nas televisões, não foi em jornais mas nas televisões, em que ele disse isso, e eu citei-o. Eu não disse que li que ele tinha dito, citei-o, porque vi as imagens dele a falar.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, eu estou a dizer o mesmo. Que há vários responsáveis...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Não. Quando disse «pessoas com a mesma responsabilidade que o Dr. Pacheco Pereira»... Não têm a mesma responsabilidade que o Dr. Pacheco Pereira.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não vale a pena! Por simplificação, houve um conjunto de agentes que associaram. Foi por simplificação, mas isso não corresponde à realidade.

Sr. Deputado, não posso andar a desmentir todos. Não fiz nenhuma carta para o Sr. Pacheco Pereira a dizer: «Desculpe, o senhor errou!». Isto é impossível, porque todos os dias se fala (e os Srs. Deputados contribuíram muito para isto), associando o *Magalhães* àquilo que não existe.

Até assisti, ao fim de várias audições, a Deputados a perguntarem (como o Sr. Deputado Jorge Costa, que acaba de entrar) aos intervenientes como é que era possível, afinal, ter-se gasto tanto dinheiro com este projecto, quando é muito simples fazer as contas. Cada computador custa x , multiplicado por y beneficiários, dá z milhões de euros, esquecendo-se logo de uma parte substancial, o preço das comunicações, que afecta e é um custo muito significativo neste projecto.

Portanto, o que é que há aqui? Há uma simplificação por virtude dos diferentes agentes, porque ele tem muitas *nuances* relativamente a esta matéria. Portanto, é normal que exista e existiu em todos os responsáveis de todos os partidos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então à última questão, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Última questão, o que mudou? Sr. Deputado, há uma matéria que provavelmente o Sr. Deputado ou não compreendeu ou tem a informação errada.

Quando o Eng.º Mário Lino disse que as contrapartidas estavam praticamente esgotadas, ele estava a dizer a inteira verdade.

Quando os operadores dizem: «Hoje ainda tenho x de contrapartidas por consumir», estão também a dizer a verdade, porque, como o Sr. Deputado sabe, em 800 000 casos, existem contratos de comunicações que são a três anos, nos quais, mensalmente, há uma contrapartida que já está contratualizada. Não está gasta, não está consumida, mas está contratualizada.

Portanto, não posso pensar em lançar novos programas utilizando essa verba que já sei que vai destinar-se a satisfazer as responsabilidades dos contratos que têm três anos pela frente. Há 800 000 que têm estas condições, Sr. Deputado.

Portanto, quando fazemos as contas, do ponto de vista da gestão destas contrapartidas, fazemo-las neste sentido. Ou seja, para nós, elas estão praticamente esgotadas. Estão esgotadas na Vodafone,...

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — 8 milhões?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr.^a Deputada, se quer que lhe repita, eu repito.

Quando perguntaram aos Srs. Representantes dos Operadores se hoje estavam esgotadas essas contrapartidas, eles responderam, dizendo que ainda não, que ainda têm uma verba, que só está esgotada quando consumirem esses montantes.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — As contrapartidas da Vodafone estão esgotadas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — A da Vodafone está esgotada. Não há como. Dos outros, da TMN temos uma verba residual, já muito pequena, face o montante que tínhamos, e da Optimus temos uma verba superior. Mas estamos a falar de verbas na margem.

Atenção, em relação aos números que vocês apresentaram, há uma contradição com o Eng.º Mário Lino. Vocês estão a referir-se a números que não contam com os contributos, que neste momento já estão contratualizados e que, nos próximos três anos, estão alocados àqueles beneficiários. Isto é o que estou a dizer. Quando o Eng.º Mário Lino diz que as «contrapartidas estão esgotadas» está a contar com essas responsabilidades que já estão assumidas. E, como é óbvio, faz todo o sentido nisso que está a dizer.

Portanto, não vamos adicionar novos contratos. Repare, os contributos não estão ainda totalmente esgotados, por isso é que o projecto ainda está em curso. Hoje, se o senhor quisesse, se tivesse possibilidade de ser beneficiário, inscrevia-se e obtinha o computador. É porque ainda há algumas contrapartidas, mas já são contrapartidas residuais que estão no funcionamento deste programa. Portanto, deste ponto de vista, a sua análise não está correcta.

Depois diz que, quando a Vodafone e a ZON já não tinham contrapartidas, aliás, já não tinham contrapartidas no e.escolinha... A ZON nunca teve contrapartidas e entrou e, portanto, isto não foi matéria que justificasse não termos feito aquela opção. O Sr. Deputado está a esquecer-se de que fizemos contratos com os operadores onde existia uma parte variável que tinha a ver com a aquisição de comunicações.

O balanço final relativamente a esta matéria não está feito. Enfim, tanto quanto podemos saber, temos alguns milhares reportados, mas ainda não estão validados. Os Srs. Deputados também opinaram muitas vezes: «Mas como é que os senhores... A Fundação não têm ainda os números disponíveis». Não tem os números disponíveis porque os operadores não os deram. Os operadores disseram: «Olhe, eu, sobre essa matéria, tenho...», vou dizer um número ao calhas, porque não tenho aqui os números de cor... Mas um operador *x* disse: «Eu, nos 40 000 contratos que fiz, tenho 2300 ligações». Para mim, esta informação não chega, eu necessito de 2300, um a um. Quero saber se é o António José, o Manuel José, o António Joaquim ou um Manuel Paulo. Não me chega dizerem que são 1000 ou 2000, quero saber quem são.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço desculpa, mas é ao contrário, porque, para o operador poder dar a ligação ao beneficiário, o Ministério, a Fundação neste caso, tem de indicar quem é o beneficiário. Aliás, os nomes dos beneficiários estão na cópia das notas de encomenda que recebemos dos três operadores, quer das compras feitas à Youtsu, quer das compras feitas à Inforlândia. Portanto, é ao contrário.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, mais uma vez, ou não está atento ou, então, não percebeu o que eu disse.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu não estou a baralhar!

Sr. Deputado, vamos lá a ver se, nesta matéria, nos entendemos.

Não estou a falar dos códigos que são dados por parte do Ministério da Educação, que são transmitidos à Fundação e são dados aos operadores. O que estou a dizer é que, depois da atribuição desses códigos, depois até da entrega do computador feito àquela entidade ou àquela pessoa, há um ano em que o processo de aquisição de comunicações pode ser feito. Este processo de aquisição de comunicações pode ser feito. Portanto, o que queremos é que nos seja reportado pelos operadores de comunicações quem é que adquiriu essas comunicações, quando, como e o nome dessas pessoas. Para quê? Nós sabemos quem são os beneficiários, porque fomos nós que demos os códigos (logo, sabemos quem são os beneficiários), mas é para poder ir auditar, mesmo que por amostragem, e ir ao operador e verificar: «Olha, o Manuel José, que é o beneficiário, está aqui indicado como não tendo comunicações. Vamos lá ao Manuel José: tem comunicações? Então, como é que foi isto?». Portanto, é para verificar se essa informação é fidedigna.

Por conseguinte, nós não aceitámos a informação da forma como vinha. A informação vinha num bolo. Acha que estamos a ser rigorosos? Não, Sr. Deputados, estamos a gerir de acordo com a missão que nos foi entregue, e a missão que nos foi entregue é não defraudar os dinheiros, nomeadamente, neste caso, porque pode estar em causa, eventualmente, o interesse público e até dinheiros públicos, uma vez que a não existência desse pagamento por parte dos operadores obriga à existência de um pagamento por parte do Estado. Se não existirem esses montantes, isso obriga a um pagamento. Portanto, temos de defender o interesse público e a gestão de dinheiros públicos neste contexto.

Sr. Deputado, o que está em causa é exactamente este diferendo e, até agora, este diferendo não foi ainda resolvido por parte dos operadores.

E também não achamos, Sr. Deputado, que os operadores estejam a fazer isto de má fé. Não! É necessário criar os sistemas informáticos que permitam que esta informação circule e que seja auditável em cada momento. É isto que queremos, que ela seja auditável em cada momento. Portanto, deste ponto de vista, esta matéria está claramente acautelada.

Mas eu estava a referir-me à questão de saber o que é que mudou. O que mudou, deste ponto de vista, foi esta situação — ponto número um. Que hoje já não há um montante de contrapartidas que possa ser alocado a uma nova fase do programa e, relativamente à forma como entendíamos que o projecto poderia ser financiado, neste momento temos dúvidas que na altura não tínhamos de forma tão profunda. Ou seja, o número de ligações, provavelmente, não justificará esse envolvimento. Sendo assim, em função dos dados que temos, o melhor seria mudarmos a filosofia, porque, então, aí estaríamos a usar de uma situação que não era adequada.

Quando partimos para isto, no mínimo, tínhamos a percepção de que existiriam cerca de 50 000 ligações e todas as contas foram feitas com base nessa situação. O valor mínimo que considerávamos era de cerca de 50 000 e, para nós, o valor adequado e razoável era de cerca de 120 000, face à expectativa que tínhamos.

Provavelmente, estaremos muito abaixo, a que também não será alheia a forma como todo o processo foi organizado, e com situações que levaram a que as coisas pudessem não correr tão bem desse ponto de vista. Mas essa era a nossa expectativa e, por isso, com base nessa expectativa, o financiamento seria assumido esmagadoramente pelos beneficiários e pelos operadores de comunicações. Com números inferiores, claro que a participação do Estado aumenta. E, portanto, não valia a pena... Se hoje temos já um conhecimento mais adequado e mais profundo de que a realidade que pensávamos, quando fizemos o lançamento, não se confirma, então, obviamente, não podemos insistir no modelo e temos de o alterar.

Portanto, as razões por que mudou são estas: primeiro, a não existência de contrapartidas para poder alocar a uma nova fase do programa; segundo, a expectativa que tínhamos quando lançámos o programa não se viu confirmada e, não se vendo confirmada, não podíamos manter essa expectativa para a segunda fase do programa.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, quase cinco horas depois, mas sem preocupação, porque uma das características dos revolucionários também é a paciência.

Risos.

O PS, de facto, quis introduzir no projecto de resolução que criou esta Comissão de Inquérito uma nova área de inquérito, que era a da avaliação das consequências dos Programas e.escola e e.escolinha, mas quero relembrar ao Sr. Secretário de Estado, a quem aproveito para cumprimentar, que isso não foi aprovado e, portanto, estamos aqui a apreciar as matérias sobre as quais incide o projecto de resolução.

O Sr. Secretário de Estado fará as considerações que entender, mas o âmbito desta Comissão de Inquérito é aquele que foi definido por esta Assembleia da República, embora possamos ou não gostar. Portanto, aquilo que nos cabe aqui inquirir e apurar não são as consequências positivas ou negativas dos programas. O Sr. Secretário de Estado, aliás, fez uma primeira intervenção de comício, ao estilo que vem caracterizando o Governo, em que tentou deflectir o assunto, exclusivamente, para esse lado, mas, felizmente, os Srs. Deputados dos grupos parlamentares que me

antecederam tentaram recentrar o tema num conjunto de questões e, pela minha parte, farei o mesmo. E que fique claro, Sr. Secretário de Estado, antes de avançar mais na minha intervenção, que é quase um apelo que lhe faço para que não responda às perguntas que lhe dirigirei com uma avaliação sobre os impactos do e.escola e do e.escolinha. Neste momento, muito sinceramente, valorizando umas e criticando outras, não é essa a matéria que estamos aqui a tentar aprofundar. Peço-lhe que atente neste apelo.

Podemos continuar a fingir que, entre o convite que é dirigido pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o e.escolinha há apenas uma coincidência gritante ou, então, podemos assumir, à partida, que é precisamente por existir uma consonância total entre isto e o e.escolinha que o Governo faz tudo para não discutir esta matéria. Podemos continuar a fingir! Só falta dizer aqui e.escolinha, Sr. Secretário de Estado. Só falta dizer aqui e.escolinha. É um pormenor importante, exactamente, e é por isso que motiva as minhas primeiras perguntas.

Qual é a relação temporal entre o conhecimento do *Magalhães* e a decisão que leva a que o Governo aqui anuncie que existem 500 000 razões para contarmos com a sua presença? Isto significa que, quando apresenta isto, embora não escreva aqui e.escolinha, já sabia que isto iria ser o e.escolinha. Só se fizermos questão de vendiar os olhos e fingir que cremos nas palavras bondosas do Sr. Secretário de Estado, que não tinha a mínima ideia de que iria haver um e.escolinha, quando apresentou o *Magalhães*! Então, Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que responda quando é que o Governo decidiu que era este programa que se estava a apresentar, que, segundo as suas palavras, era um produto privado que ia ser introduzido no mercado português, ao qual o Governo se associou, partindo até, inclusivamente, de um protocolo com a Intel, que iria ser a base do e.escolinha? É um facto que se veio a tornar o material, quer em *software*,

quer em *hardware*, que dá a base ao e.escolinha — isto é um facto! — e também é um facto que, neste convite, o Governo anuncia que existem 500 000 razões. Quais serão estas 500 000 razões? Estamos, com certeza, a referir-nos aos 500 000 estudantes do ensino básico, que o próprio Sr. Secretário de Estado acabou de dizer que eram o seu primeiro objectivo. Portanto, só se continuarmos a fingir que não existe.

Sr. Secretário de Estado, aproveito ainda para lhe perguntar qual é a avaliação que faz do facto de 80% das pessoas que aderiram ao e.escola e ao e.escolinha já terem banda larga antes da aquisição destes programas. Por que é que julgamos que isto é importante? Porque, para nós, é muito claro que o Governo actuou aqui, de certa forma, como uma comissão de negócios de alguns interesses, principalmente da Intel e da Microsoft, e encaixou a JP Sá Couto e tentou, de certa forma, encaixar as operadoras, para que todos beneficiassem deste grande «bolo». Atenção, porque este grande «bolo» não são os interesses dos estudantes portugueses, já que os 178 milhões que foram desviados da acção social escolar para pagar estes computadores poderiam ter ido, por exemplo, para necessidades muito mais elementares dos estudantes portugueses. Portanto, não era isso que aqui estava em causa, o interesse que aqui estava em causa era o do negócio, eram estes milhares e milhares de potenciais clientes quer para as operadoras, quer para Intel, quer para a Microsoft. A prova disto são os protocolos assinados e naquilo em que vêm a resultar, que é uma produção distribuída massivamente, e uma resultou melhor, outra não resultou tão bem, algumas operadoras entenderam que ficou aquém das suas expectativas, o que também compreendemos, porque, de facto, a esmagadora maioria do «bolo» acabou por ser dividida entre Microsoft e Intel, que são os dois grandes agentes económicos envolvidos nesta operação. Mas qual é a opinião do Governo sobre o facto de 80% das pessoas que aderiram a este programa já terem um contrato de *Internet* com

banda larga, tendo em conta que um dos principais objectivos era aumentar a penetração da banda larga no nosso País? E qual é a opinião do Governo sobre o facto de, como nos foi dito aqui pelas operadoras, embora não tenhamos o número, a taxa de desistência, após o período de fidelização, daqueles que adquiriram ou que aderiram ao e.escola e ao e.escolinha, ser significativamente superior às bandas largas móveis adquiridas por outras vias, nomeadamente através dos pacotes vendidos directamente, sem intervenção do Estado e sem protocolos na sua base? E pensamos que estas duas questões também podem ilustrar bem o quanto veio a ser do interesse público, não do interesse da JP Sá Couto, não do interesse da Intel, não do interesse da Microsoft, e qual o verdadeiro impacto no acesso e na democratização do acesso à banda larga.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, mas não é contraditório o que acabou de dizer com o que disse anteriormente?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou a fazer-lhe perguntas, não estou a dizer nada, não estou a fazer afirmações. Estou a perguntar-lhe qual é a opinião do Governo sobre estes factos que nos foram aqui trazidos por outros agentes que aqui participaram.

Não é verdade quando diz que, nas contrapartidas, só havia tarifários, porque é o próprio relatório intercalar do Plano Tecnológico que diz que já havia tentativas de venda de terminais com banda larga. Por isso, também, ainda hoje, estamos para perceber o que aconteceu a essas tentativas. Elas falharam e o Governo vem apadrinhar, nas suas palavras, um outro programa.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não percebi a sua pergunta.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O próprio relatório intercalar do Plano Tecnológico diz que as operadoras, com o «apoio» do Plano Tecnológico, já estavam a tentar vender terminais com acesso à banda larga móvel. O Sr. Secretário de Estado acabou de nos dizer que tudo o que havia antes eram apenas descontos nos tarifários e distribuição de telemóveis, mas é o Plano Tecnológico que diz que não era assim, que já tinha havido tentativas de venda de terminais. Mas é uma questão que corre em paralelo, é apenas para evidenciar uma contradição.

As operadoras disseram aqui que não viam razões jurídicas, nem de oportunidade de negócio para a criação de uma fundação. E disseram que não nasceu da sua lavra nem das suas intenções a criação desta Fundação. Mas, curiosamente, até hoje, nenhum membro do Governo teve a coragem ou a capacidade de admitir que esta foi uma necessidade suscitada pelo Governo às operadoras. Pergunto-lhe: quais foram as opções equacionadas? Quem pôs em cima da mesa, pela primeira vez, a criação da Fundação? É que é uma fundação que suscita as maiores dúvidas, designadamente no seu funcionamento e, particularmente, depois de ouvir as operadoras. E nós chegamos aqui à conclusão — esta é, pelo menos, uma conclusão que julgo que até o PS aceitará — de que ou as operadoras vieram aqui tentar ludibriar-nos ou alguém está a tentar ludibriar-nos. É que as operadoras dizem que a Fundação não está a funcionar como deve ser e o Sr. Secretário de Estado vem aqui dizer que, afinal, isso se deve a falhas das próprias operadoras, o que significa que há, pelo menos, aqui um aspecto que temos de apurar, mas o que é relevante é que esta Fundação foi, de facto, aquilo que veio a permitir a incapacidade de ser escrutinável a circulação do dinheiro que por ela passa. O Sr. Secretário de Estado diz-nos agora que só lá entraram 25 milhões de euros, mas nós sabemos que essa Fundação é precisamente o *pivot* entre todos os programas que o Governo

assume e as operadoras, os fornecedores, etc., razão pela qual não é possível que só tenham passado na Fundação 25 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Isso é factual!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, pergunto: quais foram as outras possibilidades equacionadas e quem suscitou a necessidade de se criar a Fundação?

Sr. Secretário de Estado, já lhe perguntei quando é que o Governo teve conhecimento do *Magalhães* e quando é que decidiu fazer do *Magalhães* a base do e.escolinha. Disse aqui o Sr. Secretário de Estado que o *Magalhães* nasceu antes do e.escolinha e isto, para nós, é uma evidência cada vez maior: o *Magalhães* nasceu, de facto, antes do e.escolinha e o Governo fez o e.escolinha para pôr o *Magalhães* no mercado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Exactamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Esta é que é a grande questão! O Governo desenha o e.escolinha à semelhança do *Magalhães*. Mas o Sr. Secretário de Estado também nos diz que havia outras opções no mercado e, por acaso, gostava de lhe fazer uma pergunta, entre parêntesis, no sentido de saber se alguma dessas opções estaria condicionada pelo facto de a velocidade de frequência de funcionamento do processador, embora cumprindo o limite inferior, não ser da Intel. Por acaso, gostava de saber se há alguma... É que, tendo em conta que existe um protocolo assinado com a Intel, gostava de saber se não geraria nenhum problema estarmos a optar por fazer, por exemplo, com a AMD um programa desta natureza.

O Sr. Secretário de Estado diz que este é o primeiro programa do mundo com estas características e é, de facto, o primeiro programa em que

um Governo assume como sua a divulgação e a propaganda de um produto privado de uma marca específica e age como agente comercial dessa marca. Mas há muitos outros casos — Brasil, México, Índia —, em que há distribuição de computadores. Aliás, o Sr. Secretário de Estado conhecerá, provavelmente melhor do que eu, o programa *One Laptop Per Child* (OLPC), em que há distribuição de *laptops* por crianças. Portanto, não pode dizer que este é o primeiro programa que dissemina a utilização de computadores por crianças.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço a sua atenção ao tempo de que dispõe.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem, Sr. Presidente, vou terminar, aliás, esta questão sobre a Intel, que era uma das minhas últimas questões.

Antes de formular a última pergunta, quero apenas dizer que foi a própria Sonaecom que referiu aqui que a forma como lhes foi apresentada a participação no e.escolinha foi como um pacote, que trazia na sua base o *Magalhães*. E disse mais! Disse a Sonaecom que ficou, de certa forma, obrigada a participar nesse pacote, tendo em conta as características do mercado e o facto de não poder ficar para trás, mas que quem lhe apresentou esse pacote foi o Governo. Ou seja, quem apresentou, às operadoras, a possibilidade de participarem num programa chamado e.escolinha, apresentou-a com um computador determinado e as operadoras ficaram, de certa forma, limitadas, tendo em conta a concorrência muito ácida que há neste sector económico.

Termino com uma outra contradição que detectámos aqui, ao longo dos trabalhos da Comissão, e sobre a qual gostávamos de saber a posição ou o conhecimento do Sr. Secretário de Estado.

Mário Franco disse aqui que um dos requisitos para a consideração da participação das operadoras no e.escola, ao abrigo das contrapartidas, era a existência de alternativa entre *software* proprietário e *software* livre, *software open source*. As operadoras, pelo menos uma, disseram-nos aqui que não tinham conhecimento dessa imposição. Portanto, o que lhe pergunto é: esta orientação existiu, de facto, no que toca ao e.escola? Existiu, de facto, uma orientação para que o e.escola oferecesse alternativa entre *software* livre e *software* proprietário ou mesmo *dual boot*? Se existiu, por que é que ela não foi cumprida por algumas das operadoras? E, se se vier a provar que não foi cumprida, aliás, é óbvio que não foi, porque, se se vier a uma loja da Optimus, por exemplo, não temos a possibilidade de adquirir o computador com *software* livre, vamos descontar isso também nos contributos ou nas contrapartidas, como lhe queira chamar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

A pedido do Sr. Secretário de Estado, vamos interromper os trabalhos durante 5 minutos.

Declaro interrompida a reunião.

Eram 15 horas e 3 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 15 horas e 16 minutos.

Julgo que já podemos recomeçar, para ouvir as respostas às perguntas do Sr. Deputado Miguel Tiago.

Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Tiago, peço desculpa por não ter dado sequência imediata às suas questões, mas efectivamente tive necessidade de fazer uma pequena paragem. Vou tentar ser breve, até porque o tempo já vai longo, portanto muitas das coisas que foram ditas agora já são repetições.

A primeira questão de que tomei nota não foi bem uma questão mas, sim, uma apreciação relativamente ao convite que o Governo fez nesta matéria para a sessão de 30 de Julho 2008.

Ó Sr. Deputado, não houve qualquer convite do Estado ou do Governo relativamente a essa matéria. O que o Governo fez, como é hábito fazer em qualquer outra sessão, quando se desloca e está presente em sessões públicas, foi dar conhecimento das mesmas às entidades a quem compete reportar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Secretário de Estado, não gosto muito de interromper, e peço-lhe desculpa por isso, mas permita-me que leia duas ou três linhas do texto a que me referi: «Temos o prazer de o convidar para assistir à cerimónia de assinatura do protocolo entre o Governo português e a Intel, numa iniciativa que afirma Portugal. Existem 500 000 razões para contarmos com a sua presença». Parece-me um convite, e julgo que concordará comigo quando digo que é um convite, o qual, aliás, vem assinado por representantes do Ministério das Obras Públicas, do Plano Tecnológico e da Intel e traz um computador com o logótipo do computador *Magalhães*.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, essa sessão foi promovida pela Youtsu e nós, como disse, apoiámo-la com todo o carinho.

Essa sessão tinha um *marketing* associado, portanto uma imagem associada, que era «há 500 000 razões», e, portanto, esta não é uma frase

do Governo, é da Youtsu e dos convites que esta fez. O que o Governo fez foi associar-se nesta matéria, através da celebração de dois protocolos — se a memória não me falha —, um com a Intel, outro com os operadores, porque entretanto tinha chegado a acordo com os operadores e celebrou esses protocolos nessa sessão. O Governo aproveitou essa infra-estrutura. Tudo o que tem a ver com o *marketing*, o *décor*, com, enfim, aquilo que foi produzido nesse contexto, não é da responsabilidade do Governo.

Portanto, essa matéria é...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A Youtsu sabia que iam ser distribuídos 500 000 computadores, mas o Governo ainda não sabia. Portanto, a Youtsu já sabia que o *Magalhães* iria ser...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não sei se a Youtsu tinha como ambição distribuir 500 000 computadores. Essa é uma pergunta que tem de fazer à Youtsu. Sobre esta matéria nada tenho a responder.

O que tenho a dizer é que há um enquadramento de *marketing* feito por uma empresa e que nós não tivemos qualquer problema em ficar associados a esse *marketing*. Isto não é nada de anormal, face a tudo o que fizemos em outras situações, nomeadamente com a Renault, relativamente ao carro eléctrico, e com a Embraer, no que respeita à fábrica de Évora, etc. Quer dizer, são coisas absolutamente idênticas, onde o *marketing* é feito por essas empresas com os logótipos que entenderem mais adequados.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como lho digo, utilizamos essas imagens e esse conceito para informar que também estaremos presentes e

até convidamos algumas pessoas, a nível institucional, a estarem presentes. No caso concreto, convidámos os operadores para estarem presentes, porque, como é óbvio, enfim, acabámos por vir a celebrar lá um protocolo, e, portanto, convidámos os operadores a estarem presente. Houve um conjunto de convites institucionais que foram da nossa responsabilidade, mas aproveitando aquilo que tinha sido feito pela empresa que tinha a responsabilidade de proceder a esse lançamento.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E qualquer semelhança com o e.escolinha é pura coincidência.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, não sei o que é que o senhor quer dizer com «qualquer semelhança com o e.escolinha». Tínhamos — ainda há pouco ouvi referenciar datas de contactos com algumas empresas, relativamente à procura de soluções para poder alargar — uma ambição, que sempre assumimos, de fazer o tal programa único.

Sr. Deputado, quando digo «programa único» é porque não existe no mundo um programa...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, se quiser ouvir, ouça.

Não existe no mundo um outro programa que tenha como ambição entregar um computador a todos os estudantes em todos os graus de ensino, desde o 1.º ano ao 12.º ano.

Todos os programas que o Sr. Deputado citou são parcelares, são programas para uma determinada região, para um determinado ano ou para um determinado segmento, não têm esta amplitude.

Sr. Deputado, por isso que é único, não existe mais nenhum...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Se mo quiser facultar informação, rapidamente reconhecerei que estou errado.

Não existe, tanto quanto é do meu conhecimento, nem no Brasil, nem na Índia, nem nos países que referiu, um programa... Se existisse isso no Brasil...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não se esqueça de que há Estados no Brasil que equivalem a 30 vezes Portugal.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Estou a dizer que não existe nenhum país, o senhor, agora, está a dizer-me que há uma região, uma cidade que faz... Quer dizer, não vale a pena!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há vários programas destes, mas não são com a Intel, nem com a Microsoft, o que é curioso!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, o que estou a dizer (volto a insistir) é que esse era um projecto único, tanto quanto tenho conhecimento. Não tenho conhecimento que, em mais lado nenhum do mundo, haja um país que tenha decidido facultar, a todos os seus estudantes entre o 1.º ano e o 12.º ano, excluindo o ensino universitário, um programa, sendo que, no caso concreto, entre o 1.º ano e o 4.º ano é obrigatório, porque é um instrumento de trabalho, é uma ferramenta obrigatória, e

facultar a aquisição de um computador a preços verdadeiramente bonificados.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E é o Ministério das Obras Públicas que comanda essa estratégia?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, por uma razão muito substancial, porque essa...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sem o envolvimento do Ministério da Educação?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, o envolvimento do Ministério da Educação está claro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tardio! Inclusive, tardio!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não sei se foi tardio ou não, foi a tempo e horas para influenciar tudo aquilo que era fundamental neste projecto, tal como influenciou e tal como determinou. O Ministério da Educação esteve, desde o primeiro momento, nesta matéria.

O Ministério das Obras Públicas tem também a componente das comunicações, Sr. Deputado. E este programa, como lhe disse, nasceu de uma ambição de aumentar a penetração de banda larga, as comunicações, neste País, e foi com base nisto que foi feito. Claro que também havia outros objectivos, nomeadamente de educação. Também lho referi, por isso o Ministério da Educação está envolvido nesta matéria. Não há qualquer dúvida sobre isto.

O Ministério das Obras Públicas nada tem a ver com computadores, tem a ver com comunicações; por isso, é que o programa foi feito, nomeadamente, através dos operadores de comunicações, porque esta é a base.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Claro que apadrinhámos a possibilidade de uma empresa portuguesa se internacionalizar e fabricar em Portugal um computador — o que nunca tinha sucedido — e de com esse computador provocar uma rotura na afirmação de Portugal, até em termos exteriores, do ponto de vista da produção de tecnologia.

Portanto, nesta matéria, como lhe disse, este era claramente um projecto bandeira para Portugal, e sempre o entendemos como tal.

Perguntou-me quando é que decidimos fazer a base do e.escolinha o *Magalhães*. Ó Sr. Deputado, não decidimos fazer a base do e.escolinha o *Magalhães*. A resposta o Sr. Deputado sabe-a tão bem quanto eu: não decidimos isso. Decidimos aquilo que já referi, ou seja a ambição de termos um computador por cada criança em todos os graus de ensino. E, deste ponto de vista, definimos as características técnicas que achámos mais adequadas, e sobre elas respondemos.

Portanto, se algum dos Srs. Deputados entender que algumas das características que definimos não são adequadas, que desvirtuam, transmitam-me, porque, até agora, não vi nenhum Deputado referir essa matéria. Ainda não ouvi nenhum Deputado dizer «Não, o ecrã deveria ser...» o que seja, etc. Portanto, as características técnicas são, tanto quanto podemos saber, em programas semelhantes (não são iguais, porque não têm a abrangência deste) as mesmas que nós temos.

Não há aqui nenhuma diferenciação em relação a esta matéria. Portanto, continuo a insistir: Sr. Deputado, nesta matéria, não existe qualquer relacionamento desse ponto de vista. O que existe é uma conclusão prática: o *Magalhães* efectivamente, perante todas as outras ofertas alternativas — e, como vimos, só em Portugal existiam nove —, foi o que melhor respondeu a essas matérias.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Admitamos que todos estejamos de acordo com isso...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — E respondeu por uma questão: o preço era o mais barato. E, sendo o mais barato, Sr. Deputado, não vejo razão nenhuma...

O Sr. Deputado conhece, até este momento, alguma empresa que tenha informado ou manifestado, do ponto de vista público, que tinha neste contexto uma oferta para fazer que fosse melhor do que a do *Magalhães*?

Existe algum operador ou, melhor, algum produtor de *hardware* comunicou que conseguia fazer um computador com estas características — sendo que os fazem com estas características — com um preço igual ao do *Magalhães* ou mais baixo? Até agora, não tenho conhecimento disso.

Vou dizer-lhe os preços dos nove modelos que tínhamos nessa altura: o *HP Mini-Note* custava 469 €; o *MSI Wind* custava 483 €; o *Acer Aspire One* custava 299 € e tinha algumas limitações nas características, portanto tinha de ser melhorado nessa matéria; o *Tsunami Moover T10* custava 399 €; o *Belinea S-Book 1* custava 550 € (enfim, estes são os preços de loja que tínhamos); o *ASUS Eee PC 901* custava 399 €; o *Vye Mini-V S18P* custava 767 €; o *Toshiba NB100* custava 399 €; o *Magalhães* custava 285 €, sem *software*. Fizemos um programa em que, obviamente, nenhum destes computadores se encaixa do ponto de vista do preço. Nenhum! Fizemos um

com o preço de 213 €, incluindo *software*. Por isso, tivemos o cuidado — já há pouco referenciei — de definir estas características, mas também de pôr uma cláusula que nos salvaguardasse, se, porventura, o mercado não nos desse uma resposta, podendo alterar as características. E a verdade é que mercado deu resposta! O mercado deu resposta com o preço que achávamos que era o mais adequado, e, por isso, ficámos muito satisfeitos com este facto!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A tal marca que o Governo tinha apadrinhado deu resposta. Mas, desculpe, quero só dizer uma coisa.

Admitamos que estamos todos de acordo com a escolha e com as características técnicas. Até julgo que não é isto que está em cima da mesa.

Por acaso, naquela questão que lhe coloquei sobre a Intel, gostava de perceber se havia ou não alguma limitação à marca do processador, porque é importante. Como é que a Intel reagiria se o Governo, depois de, numa cerimónia pública, ter assinado um protocolo, escolhesse como base do e.escolinha um AMD ou qualquer outro.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Assinámos protocolo com outras entidades.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas a questão é que não pode invocar um resultado positivo ou satisfatório como justificação para a ausência de transparência. O que esta Comissão está, de facto, a inquirir é a transparência na forma com o Governo utiliza a Fundação para as Comunicações Móveis. É este o assunto.

Por isso, é que vamos colocando estas questões e também agradecemos que, em vez de tentar justificar tecnicamente a escolha, porque não é isto que está em cima da mesa, nos explique qual é o

procedimento e a forma, a circulação dos dinheiros, e nos justifique politicamente a escolha da Fundação. São estas as questões.

Compreendo tudo o que o Sr. Secretário de Estado me está a querer dizer. Terei todo o gosto em discutir consigo, noutra altura, as características técnicas.

Gostava ainda de saber como, quem é que participou na sua definição. Mas não lhe coloquei essa questão e não vou aproveitar, agora, esta interrupção que fiz para a colocar. Tentarei fazê-lo na segunda volta.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, não reconheço qualquer diferença entre o e.escolinha e o e.escola. É uma posição de princípio.

Relativamente à experiência, definimos características técnicas, definimos *pricing* e dissemos aos operadores: «De acordo com o contrato, executem esta matéria». Não existe nenhuma diferença!

Curiosamente, o Sr. Deputado não refere falta de transparência, diz: «há falta de transparência no *Magalhães*».

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Secretário de Estado, da nossa parte, nós levantamos falta de transparência na forma como o Governo se relacionou com um conjunto de multinacionais. Até vou dizer-lhe o seguinte: desde que saíram os memorandos com a Microsoft, que requeremos, na altura, e o seu Governo não nos fez chegar. E foi preciso esta Comissão de Inquérito para que os Deputados desta Assembleia tivessem conhecimento do conteúdo desses memorandos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — E verificassem as condições excepcionais que conseguimos!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Secretário de Estado, não é uma crítica justa, no caso, que me está a dirigir, e ao meu partido...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É, Sr. Deputado!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Deixe-me dizer-lhe que a forma como o Governo actuou com conjunto de multinacionais, que são, curiosamente, as que já detêm quotas monopolistas no mercado, foi lamentável e, na prática, faz com que apenas consideremos que este Governo actuou como a «comissão de negócios» destas empresas em Portugal.

Foram os melhores representantes que estas empresas tiveram para fazer, em Portugal, o negócio que queriam fazer. Não foi só a JP Sá Couto!...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, eu desculpo esta matéria, usando a mesma analogia que fiz há pouco.

Provavelmente, por uma lógica de comodidade de comunicação, os senhores referem-se a *Magalhães* quando se querem referir a tudo o resto.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, não somos nós!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É uma lógica de comunicação que muita gente usa e que mistura isto tudo!

Provavelmente, quando o senhor se estava a referir a *Magalhães/JP Sá Couto*, eu entendi que se estava a referir ao *Magalhães*. Mas, pronto, está a referir-se num contexto genérico.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas há mais história parlamentar, para além desta audição, Sr. Secretário de Estado!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas, Sr. Deputado, o que é que quer que eu lhe diga?!

Mas, enfim, relativamente ao *open source*, porque o Sr. Deputado colocou-me uma questão sobre *open source* e também...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Já lhe responderei sobre essa matéria. Questionou-me sobre o e.escola, o *open source* e, agora, fez uma acusação de que nós, aqui, estávamos vendidos às multinacionais. Aliás, na boa herança...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, foi o que pensei ouvir do Sr. Deputado.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, Prémio Abertura: a Associação de Empresas de Software Open Source Portuguesas...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O PCP também tem aqui!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu sei.

A ESOP — Associação de Empresas de Software Open Source Portuguesas tem a honra de conceder à Secretaria de Estado das Obras Públicas e das Comunicações, representada pelo Dr. Paulo Campos, o

Prémio Abertura, pelas acções desenvolvidas que conduziram à disseminação do *software open source* durante o ano de 2008.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, o Sr. Deputado acabou de me dizer que estaríamos ao serviço das multinacionais, que isto era tudo uma questão de facilitar as questões das multinacionais.

O que estou a dizer...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Secretário de Estado, isso é estar a...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó, Sr. Deputado, desculpe lá! O Sr. Deputado não quer... Já percebi que está muito próximo do seu colega Deputado do Bloco de Esquerda, ou seja, o seu conceito de democracia é uno. Ou seja, «sou eu a falar, quando o outro senhor contradiz aquilo que eu estou a dizer...», os senhores querem...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, a questão é só que, não respondendo, não me está a contradizer, está só a não responder, e isto é que é, de facto,...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não deixa terminar a resposta!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, vamos lá a ver se ainda vai responder! «Mostrar galões», eu também posso mostrá-los, temos um prémio igualzinho a esse, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Recebemo-lo na mesma cerimónia. Sabe, Sr. Deputado?! Não sei se sabe, porque não foi o senhor que o recebeu, foi o seu colega Deputado que o recebeu, mas recebemo-lo na mesma cerimónia.

O que quero demonstrar com este facto, que é um facto imparcial, porque eu já percebi...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, tem de me deixar acabar de lhe dar a resposta!

Eu já percebi que o senhor não reconhece, nas minhas palavras, aquilo que eu acho que poderia reconhecer. Portanto, recorri a alguém que é independente, desse ponto de vista, ou seja, não tenho nenhuma relação com a Associação de Empresas de Software, a não ser que, enfim, ela está reconhecida pelo trabalho que foi desenvolvido. E, efectivamente, pode estar reconhecida, porque este também é um único projecto, a nível mundial, que teve estas características. Por exemplo, no e.escolinha, a característica de obrigar que o sistema operativo seja em *dual boot*, isto é, que existam os dois sistemas operativos, e que no — respondendo, portanto, à sua questão...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, mas deixe-me terminar!

Respondendo à sua questão, também no e.escola, tenha definido, nas características, que, no equipamento informático, serão instalados, no mínimo, os seguintes programas informáticos: sistema operativo *Windows Vista Premium* ou equivalente, na versão em português; ferramentas de produtividade *Office 2007* ou equivalente, na versão em português. Ou seja, como características técnicas, está definido que há um *standard* que devia existir ou alguma ferramenta equivalente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só deveria ter direito a metade desse prémio!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Portanto, Sr. Deputado, essa foi uma opção que foi deixada. Repare, um dos sucessos, um dos operadores, a INSYS, apostou no *software open source* — ou, melhor, um produtor, mas que, por acaso, também está associado a um operador, que é a Portugal Telecom — e apresentou uma proposta que se diferenciava das outras propostas no Programa e.escola, exactamente pelo facto de ter um *software open source*, sendo que os outros tinham *software Microsoft, Windows*, enfim, o que seja.

Portanto, desse ponto de vista, essa diferenciação até saiu premiada! Porque, repare, foram vendidas 153 808 unidades da INSYS, provavelmente através dessa diferenciação. E essa diferenciação era promovida pelas características técnicas que nós tínhamos apresentado. Ou seja, desse ponto de vista, nós fomos neutros: não apelámos à existência de um *software*, apelámos à existência de um *standard* e, depois, o mercado que escolhesse.

Eu sei que, às vezes, para os Srs. Deputados do Partido Comunista, esta coisa de falar do mercado é uma coisa que, enfim, não é bem vista...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nós gostamos mais de falar de pessoas. É verdade! Os senhores gostam mais de falar do mercado!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas aqui o que aconteceu é que, desse ponto de vista, as pessoas tiveram o direito a poder escolher e o mercado também funcionou, porque as opções das diferentes entidades também funcionaram nessa matéria.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas o Governo obrigou, no e.escolinha, a *dual boot*, portanto, à alternativa; mas, no e.escola, não obrigou. Só para eu perceber...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, certo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Abriu a possibilidade. Estou a perguntar-lhe isto...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Deixámos a opção aos produtores e às pessoas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem, até nem estou a tecer nenhuma consideração de valor sobre isso. Mas isso contradiz outras informações que já aqui nos foram dadas, nomeadamente pelo Dr. Mário Franco. E, portanto, apenas para que possamos ir constatando as diversas informações que nos são deixadas...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, eu não sei se contradiz ou não! O que lhe estou a ler são os contratos entre o Ministério e os operadores e os contratos estão disponíveis para vocês, enfim, é o anexo 3,

ponto 2, alíneas *a)* e *b)*). Portanto, é uma questão factual. Não sei se contradiz ou não, isto é um facto! É um facto!

Perguntou-me o que eu tenho a dizer sobre o facto de 80% das pessoas que aderiram a este programa já antes terem banda larga. Ó Sr. Deputado, não são esses os dados que temos. Sei que existe um estudo, com base num inquérito, que chegou a essa conclusão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim. Não dou qualquer credibilidade a esse *item*. Aliás, qualquer pessoa do sector lhe referirá, muito rapidamente, que é pouco credível, porque, repare: o que é fácil de observar é que, no final do ano de 2004, nós tínhamos cerca de 1 200 000 ligações em banda larga; no final do ano de 2009, temos 5 690 000 ligações, ou seja, há aqui um crescimento brutal. E repare que este crescimento, obviamente, não pode ser alheio a um programa com estas características, onde cerca de 800 000 computadores são feitos com ligações em banda larga. E, portanto, dizer que este programa não teve, do ponto de vista de consequências da banda larga — mas sou eu que o estou a dizer —, não me parece ser sério e curial. No entanto, há estudos que o podem dizer.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É tão sério, como atribuir ao programa esse crescimento, é uma coisa tão séria quanto a outra.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu não estou a dizer não é possível que com este programa seja o responsável por este crescimento, estou a dizer que ele foi um factor decisivo para este crescimento. Repare, a variação entre um e outro é muito superior ao número de ligações em banda larga do

programa, e, portanto, há outros factores que levaram a que... Olhe, outros que até foram o próprio programa, porque o factor de indução foi muito grande neste programa.

Se verificar a aquisição de computadores, por exemplo, nas lojas, houve um factor de indução, porque, esse foi um problema que nós tínhamos. Quando fizemos os primeiros inquéritos, em 2005, para percebermos qual era o problema que tínhamos, havia duas questões que estavam em cima da mesa: a desconfiança, por parte dos pais, relativamente a um computador, como sendo um instrumento de educação. E este problema, hoje está ultrapassado. Hoje, há muito poucos pais que não consideram o computador como uma ferramenta fundamental no trabalho e, portanto, desse ponto...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Aos manuais escolares, infelizmente, ninguém lhos paga, não é?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como diz?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Como os manuais escolares, que, infelizmente, ninguém financia!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não! A acção social escolar também comparticipa com um número significativo, e, portanto, desse ponto de vista,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — E as câmaras municipais, e, por aí fora... Mas, enfim...

Relativamente à questão de «a Fundação não é escrutinável», ó Sr. Deputado, não sei o que é que o senhor diz com «a Fundação não é escrutinável». Quero dizer, uma Fundação...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, a Fundação, do ponto de vista da contratação, está sujeita às regras do Código dos Contratos Públicos; do ponto de vista da fiscalização, está sujeita, por exemplo, à fiscalização do Tribunal de Contas, como está a acontecer; enfim, publica as suas contas, provavelmente, como o Sr. Deputado diz, em 2009, com atraso, em 2010, já vai ser mais dentro do prazo, se é que podemos dizer que há prazo, mas dentro daquilo que são as regras aceitáveis, nesta matéria. Portanto, deste ponto de vista, Sr. Deputado, todos os dados estão disponíveis! Não há dado nenhum da Fundação que não esteja disponível!

Portanto, não sei o que é «não é escrutinável» e «não é transparente»! Todos os dados estão disponíveis!

Agora, os senhores, muitas vezes, têm dificuldades na interpretação dessas matérias, enfim... E ainda há bem poucos dias, ouvia aqui declarações a perguntar: «mas como é que é possível existir umas movimentações de x , ali numas contas, quando dizem que ali só entrou y ?» Quer dizer, a contabilidade explica isso muito facilmente. Quando se entra numa coluna de «Deve», entra-se também na coluna do «Haver», e, portanto, há muitas vezes a duplicação.

Muitas vezes, enfim, olhe, por exemplo, aplicações financeiras, *overnights*, sai da conta e mete-se em aplicações financeiras, de manhã,

volta a entrar na conta. Portanto, quando se olha para os saldos acumulados da conta dá um conjunto de movimentações, dinheiro a entrar e dinheiro a sair. É mesmo!

Tenho 25 milhões de euros e tenho-o numa conta bancária, que está a vencer uma determinada taxa de juro, ao lado, há um outro banco, que me diz «olhe, esta noite, se você aplicar o dinheiro, dou-lhe mais taxa», saem daqui 25 milhões e entram naquela conta 25 milhões. Depois, no dia seguinte, volta esta a ser melhor, então, saem dali os 25 milhões e entram aqui! Ora, estes 25 milhões já se multiplicaram em 100 nestas transacções, entre uns e outros!

Portanto, se os Srs. Deputados vão para o saldo global e dizem assim: Ah! Atenção! Há aqui 700 milhões movimentados nas contas bancárias, aqui os senhores estão a enganar-nos!

O Sr. Jorge Costa (PSD): — Não é nada disso!

O Sr. Dr. Paulo Campos: — Ó Sr. Deputado, verifiquem as contas! O que entrou na Fundação está auditado, tem um revisor oficial de contas que testemunha essa matéria.

Entraram cerca de 25 milhões de euros dos fundadores a título de dotação da sua Fundação, portanto para o património da empresa. Entraram, não sei precisar, agora, o valor, mas 200 e poucos milhões de euros, um conjunto de contribuições, nomeadamente da acção social escolar e de contribuições do Estado...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — É precisamente essa a fatia da qual não há contas!

O Sr. Dr. Paulo Campos: — Como não há contas?!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É precisamente essa a fatia dos dinheiros públicos que vieram transferidos da acção social escolar, da qual não prestam contas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas não há contas em que sentido, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não temos conhecimento das aplicações que foram feitas com esse dinheiro.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas como não têm conhecimento?!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É uma boa pergunta, mas retribua-lha.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como, não têm?! No relatório de 2009, terá o conhecimento do relatório de 2009, quando ele estiver aprovado; no relatório de 2008, está lá evidenciado!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pode ser que traga novidades!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado, no relatório de 2008, está lá evidenciado o que foram os movimentos em 2008. Não pode dizer que no relatório de 2008 devam vir evidenciados os movimentos que foram feitos em 2010! Em 2008, estão lá os de 2008; em 2009, quando existir, também lá estará!

Os Srs. Deputados têm de ler todos os relatórios, e o relatório de 2008 evidencia esses movimentos e essas responsabilidades no anexo às contas que estão apresentadas!

Portanto, está lá, claramente, demonstrado, aliás, como o Sr. Presidente da Fundação aqui o demonstrou, no dia em que aqui esteve.

Depois, referiu-se a umas declarações do Sr. Eng.º Ângelo Paupério, enfim, de imposição... Ó Sr. Deputado, enfim...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, eu vou só ler a declaração que o Sr. Eng.º Ângelo Paupério fez decorrida 1 hora, 36 minutos e 6 segundos da sua intervenção. Não tenho ainda as actas para lhe poder dar mas tinha o registo visual em que ele diz: «Sentimos que havia liberdade para procurar outras soluções, mas não encontramos e não encontramos...» e ele também justifica, «... por uma questão de preço».

Sr. Deputado, estou a citar-lhe a frase de Ângelo Paupério feita após 1 hora e 36 minutos e 6 segundos do início da sua audição, em que diz: «Sentimos que havia liberdade para procurar outras soluções».

Portanto, nunca impusemos o que quer que seja, não há nenhum pacote. O Sr. Operador foi à procura das melhores soluções, mas não encontrou.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não! Quando lhes foi mostrado o pacote, era aquele e não outro!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, porque era o mais barato. Só encontrou um porque era o mais barato.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Secretário de Estado, se me dá licença...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço-vos que...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Secretário de Estado, na mesma reunião da mesma Comissão foram ditas mais coisas, que complementam essa. Mas disse, mais adiante, depois dessa declaração, que, embora lhe tenha, objectivamente, sido dada alguma liberdade, o pacote que foi apresentado à Sonaecom, aliás, a todas as operadoras, consistia naquele pacote específico que trazia o *Magalhães*. Mas ainda disse mais: «E tendo em conta a competitividade e a concorrência muito viva que se vive no sector, não tivemos outra opção senão optar por aquele pacote».

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sobre isso, Sr. Deputado, tenho aqui: «sempre entendi o *Magalhães* na lógica concorrencial e, cumprindo a totalidade das condições, só aquele computador. Do ponto de comercial, era competitivo para nós». Isto foi o que ele disse! Os Srs. Deputados depois esquecem-se, amputam certas partes,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Amputam?!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — ... por isso é que estou a ler na totalidade.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só está a ler uma folha!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não! Estou a ler na totalidade aquilo que é a referência que o Sr. Deputado estava a colocar. Aliás, aos 39 minutos, ele também disse isto: «Só um satisfazia todas as condições».

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, só para precisar: os contratos foram disponibilizados. Estão lá escritos. O que é que vale mais? Vale mais um contrato ou vale mais alguém que...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Isto é *ipsis verbis*. Mande fazer uma transcrição do que foi dito. Só um satisfazia todas as condições: características técnicas, *software*, língua, idioma, prazos de manutenção para clientes e preço, sobretudo preço. No conjunto destas características, o único que encontrámos que satisfazia era aquele...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Da JP Sá Couto!?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Isto foi dito aos 39 minutos e 5 segundos.

O Sr. Eng.º **Ângelo Paupério** também enfatizou e disse claramente: «Preço, sobretudo preço»! Não sou eu que estou a inventar. O Sr. Deputado lerá facilmente na transcrição, quando ela estiver disponível, não sei se já está, eu, pelo menos ontem, não a tinha disponível.

Penso que respondi a todas as questões. Não sei, Sr. Deputado, se com o intervalo e com esta matéria perdi alguma...

O Sr. **Presidente**: — Dos apontamentos que fiz, penso que sim, que respondeu a tudo, mas o Sr. Deputado Miguel Tiago poderá dizer.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Pode não gostar de algumas respostas, mas, quanto a isso, o Presidente nada pode fazer.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desde o início da sessão de hoje, as respostas têm sido bastante insatisfatórias.

O Sr. **Presidente**: — É o normal...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — São menções às perguntas.

O Sr. **Presidente**: — É o normal em democracia. Às vezes não gostamos da pergunta, outras vezes não gostamos da resposta. É o equilíbrio.

Srs. Deputados, estão passadas quase seis horas desde o início desta audição. Vamos agora dar início à segunda ronda.

Nesta segunda ronda, vamos ter procedimentos completamente diferentes do que tivemos para a primeira ronda. Percebo que na primeira ronda a importância das matérias aconselhava a alguma latitude de critério. Agora, nesta segunda ronda, vamos cumprir os tempos, apelo, sem prejuízo de o Sr. Secretário de Estado, como todos os depoentes anteriores, não terem limite de tempo para a resposta, a todos para serem mais sucintos e irem directamente às questões, afim de não eternizarmos a audição.

Nos termos que são os procedimentos que aqui temos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, dispondo para o efeito de 5 minutos, peço que sejam mesmo 5 minutos.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, penso que se pode ganhar tempo se o Sr. Secretário de Estado não repetir novamente as mesmas coisas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Secretário de Estado, eu só tenho uma pergunta para lhe colocar, aliás. Darei o meu contributo somente com uma pergunta.

Não deixei de notar que fez hoje aqui uma tentativa de reescrever a história, de reinterpretar o que se passou nas outras audições, sobretudo, de mudança de estratégia, relativamente à argumentação do Governo.

Os senhores sempre disseram — também está gravado e uma das vezes até foi no Plenário da Assembleia da República — que não era nada convosco. O Governo não tinha nada a ver com isto, quando nós o denunciámos em 25 de Junho de 2009. Eram os operadores que tinham tratado, que tinham tomado a iniciativa, os computadores tinham

aparecido... Era aquele, como poderia ter sido qualquer outro, mas os senhores não tinham rigorosamente nada a ver com o processo. Acreditássemos nós nisso e nada mais se saberia, o assunto teria morrido aqui.

Mas, afinal, é a constituição desta Comissão de Inquérito que veio permitir conhecerem-se os contratos, as cartas, a cartola...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Secretário de Estado, não vale a pena atirar areia para o ar.

A constituição da Comissão de Inquérito é que permitiu conhecer a cartola de onde saiu todo este processo, de onde saiu o «coelho», nomeadamente aquela carta de 10 de Dezembro de 2007.

Repare que, apesar de já termos aqui demonstrado — está nos documentos que o Governo mandou — que as validações do Comité de Validação só tiveram início em 28 de Maio de 2007, já o senhor estava no Governo há dois anos... Portanto, se só há validações dos contributos para a sociedade de informação a partir daí, como é possível continuar a insistir na ideia de que ninguém validou, ninguém quis saber, quando as validações foram feitas a partir de 28 de Maio de 2007. Estão nas actas do Comité de Validação, documentos que os senhores nos mandaram.

Portanto, até aí se alguém validou ligações à UMTS, ou se alguém validou...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas não foi isso que os operadores disseram!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... algo que o Sr. Secretário de Estado acha indevido, a responsabilidade é só sua. É só sua! Não é de mais ninguém, porque em 28 de Maio de 2007 já o senhor estava no Governo há dois anos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Já existiram mais audições.

Os factos aqui permitem concluir que, de facto, houve informação privilegiada, houve acesso a informação privilegiada por parte de uma empresa e só isso é que permitiu que ela tivesse a capacidade de responder dentro do prazo. Não adianta acenar com as datas de entregas de equipamentos, porque os operadores já cá estiveram, os fornecedores de equipamentos também já cá estiveram, e disseram que foram consultados logo em Setembro, a seguir ao dia 15 de Setembro — 18, 19, 20, por aí — foram consultados...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Foi. Foi a única consulta que fizeram. Nós temos os contratos assinados com a Youtsu e a Inforlândia. Isto não é desmentível, sequer. E, coincidência das coincidências, havia tantos computadores, tantas possibilidades, mas foram todos comprar a um só. Ou, então, fizeram *dumping*! Combinaram entre eles, o que também é ilegal, e o Governo não se preocupou com isso.

É evidente que é o Secretário de Estado a tentar aqui reescrever a história e a deturpar os factos, que pode chegar a essas conclusões.

Quanto à questão dos dinheiros públicos e do concurso, a nossa preocupação não é só com o *Magalhães*. Havendo utilização indevida de dinheiros públicos, também aconteceu no e.escola, é evidente. Se é dinheiro público, é para um lado e é para o outro.

A diferença é que no e.escola houve mais do que um fornecedor. No e.escolinha, era tal o sentido de impunidade que os senhores prepararam tudo para que as coisas acabassem por ser conduzidas para um único computador. Usaram o nome fora de tempo, logo na cerimónia de 30 de Julho, e tudo isto foi feito com entregas sem contratos escritos, tudo verbal.

Ó Sr. Secretário de Estado, é o Estado, isto! É o Estado! Os contratos retroagem a uma data anterior à existência da própria Fundação! A Fundação fez pagamentos de entregas de computadores que se executaram antes dela própria existir. Como é que isto é possível?!

Pelo seu princípio, não tem nenhum problema. Aliás, a aplicação dos seus princípios levava a que... Vem aqui fazer a exaltação... É a fuga para a frente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já só dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não podendo justificar um conjunto de coisas, vem para aqui fazer a exaltação do *Magalhães*. Nós não estamos a discutir a exaltação, nem o mérito do *Magalhães*, porque a aplicação dos seus princípios levaria até a que só pudessem comprar automóveis àqueles que são da Autoeuropa, já agora! O princípio é o mesmo! É a exaltação do produto nacional!

Os senhores anunciaram no dia 30 de Julho o *Magalhães*. Depois havia que encontrar a roupagem para isto, foi a Fundação, foram as características, foram os contratos a retroagir. Por muito que queira reinterpretar, isto foi o que aconteceu.

A pergunta que tenho para lhe colocar é esta: o seu conhecimento dos preços, que há bocado demonstrou, comprovam que, quando foram definidas as características, sabia — estamos agora a falar da característica preço — que só aquele computador da JP Sá Couto se iria encaixar. Porquê 213 €? Por que não 220 € ou 210 €?! Porquê 213 €? Foi este o preço combinado pela JP Sá Couto? É esta a pergunta que lhe deixo, porque só a existência do concurso público, como se veio agora a demonstrar na 2.^a fase, permitiria avaliar ou concluir se afinal existiria outra empresa...

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, quero dizer-lhe que o que acabou de proferir é a prova inequívoca — estou à procura do despacho da constituição desta Comissão, com os requisitos... Já aqui o tenho e o requisito seis diz: «Apurar se a escolha da natureza jurídica da FCM (Fundação das Comunicações Móveis) foi determinada ou não pelo objectivo de contornar a obrigatoriedade de observar procedimentos de consulta e concursos públicos prévios à adjudicação da aquisição de *hardware* e *software*».

O Sr. Deputado, ao fazer a afirmação, que, aliás, já a tinha feito no passado, de que tudo isto até foi feito antes de existir a Fundação, a compra e a entrega dos computadores foi feita antes de existir a Fundação, acabou por demonstrar que este requisito seis é um requisito improcedente, ou seja, que a constituição da Fundação nada tinha a ver com a aquisição e com a fuga a procedimentos de contratação, porque, como o próprio Sr. Deputado acabou de dizer, esses procedimentos e essa aquisição até foi anterior à Fundação.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não disse isso! Não interprete as minhas palavras! Não disse isso!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, é muito claro, está registado, não vale a pena o senhor agora querer reescrever aquilo que acabou de dizer. O que o Sr. Deputado acabou de dizer, como sendo um grande problema, porque foi feita um conjunto de aquisições de computadores até antes da existência da Fundação, demonstra inequivocamente, que, aliás, outra coisa nem seria... Para serem entregues, teve de ser feita a compra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Os contratos foram feitos depois, foi isto que dissemos sempre. Fizeram entregas antes da existência da Fundação e, depois, puseram a Fundação a pagar algo...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não vale a pena!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... que corresponde a uma data anterior à existência da Fundação.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sobre esta matéria, está muito claro aquilo que o senhor disse. O senhor disse que, para haver entregas, tem de ser feita a aquisição. Os operadores fizeram a aquisição exactamente nos mesmos moldes que sempre fizeram. Aliás, no projecto e escola também fizeram desta forma e não existia Fundação, o que demonstra perfeitamente que o ponto 6 da constituição da Comissão não é procedente, ou seja, «Apurar se a escolha de natureza jurídica da FCM foi determinada ou não pelo objectivo de contornar a obrigatoriedade de observar procedimentos

de consulta e concursos públicos para a adjudicação de *hardware* e *software*».

A conclusão tirada pela afirmação e pela acusação que o Sr. Deputado fez só pode ser uma: a decisão de constituição da Fundação não tinha nada a ver com os procedimentos e com a fuga, a eventuais procedimentos, porque essa aquisição até já estava feita e contratualizada. Portanto, sobre este ponto de vista, deixe-me observar esta sua inconsistência nas matérias, que é o que demonstra que, provavelmente, alguns dos requisitos que os senhores quiseram demonstrar estão já hoje, até nas vossas cabeças, perfeitamente demonstrados como não sendo verdadeiros.

O Sr. Deputado diz que a validação só foi feita em 2007. Pois é, Sr. Deputado, durante anos, houve pessoas com responsabilidades que deveriam ter feito o que era necessário fazer e que não o fizeram.

Portanto, tiveram de vir outras pessoas pegar nos assuntos que andaram, anos, a aboborar, sem que as pessoas com essas responsabilidades, tivessem capacidade para executar, nem digo para executar os contributos de acordo com orientações ou objectivos, ou interesses do Estado, ou interesses públicos. Já nem digo isto, porque isto cabe a cada um tirar as ilações. A verdade é que no passado não se fez. Agora, nestes últimos governos, fez-se. Os contributos foram feitos e gastos de acordo com uma orientação e políticas públicas previamente definidas. No passado, isto não aconteceu.

Mas, mais grave do que isto, os senhores não tiveram cuidado de fazer no passado, como nem sequer executaram o trabalho que era, necessariamente, de executar, que era observar como é que os contributos estavam a ser realizados.

Efectivamente, em 2007, tivemos de fazer esse trabalho todo de reconstituição e verificámos que boa parte dessas contrapartidas — elas

estão datadas em boa parte — foram feitas nos anos anteriores, nos anos em que até o Sr. Deputado tinha responsabilidades no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e foram feitas, sobretudo, em aquisição. Aliás, já vos disse há pouco que, dos 541 milhões que ficaram de fora de contrapartidas que não eram para o Programa e.escola, cerca de 400 milhões foram para aquisições de telefones de 3.^a geração, sendo que o diferencial entre a 3.^a geração e a 2.^a geração foi levado a contributos para o desenvolvimento da sociedade de informação, em equipamentos para expandir a rede de 3.^a geração e em subsidiação, em descontos, em planos tarifários que estavam previamente determinados.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — No início, na minha primeira intervenção, eu disse que não há registo nas actas do Comité de Validação de validações no montante de 368 milhões de euros.

Desses 541 milhões que sobraram (930 menos 369 dá 541), não há registos nas actas de 368 milhões. O Sr. Secretário de Estado é que está a dizer isso, mas não há registo!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não estou. O Sr. Deputado teve aqui o Presidente do Grupo de Trabalho UMTS, verifique o que é que ele evidenciou.

O Presidente do Grupo de Trabalho UMTS evidenciou que, relativamente a essas contrapartidas, dos 930 estavam, no momento em que ele veio aqui (posso falhar no valor, mas é nesta ordem de grandeza), executados e validados cerca de 900 milhões de acordo com o Comité de Validação, tendo em conta os 390 milhões que estavam afectos ao Programa e.escola.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, isso é muito fácil de verificar, está nas actas! Está nas actas!

Além do mais, o Comité de Validação e o Grupo de Trabalho estão a preparar-se para apresentarem o relatório de 2009, onde esta matéria está, claramente... Eu não tenho aqui os relatórios para poder afirmar qual é o montante que já constavam nos relatórios de 2007 e de 2008.

Agora, aquilo que posso dizer é isto é inequívoco, a informação é prestada pelo Grupo de Trabalho UMTS e esta informação evidencia isso, sendo que boa parte destes 400 milhões em subsidiação de terminais reporta-se a datas anteriores a 2006, entre 2001 e 2006.

Neste contexto, Sr. Deputado, o que quero registar, e para mim é o fundamental, é que — e por isso é que eu disse, na minha intervenção inicial, que foi com grande surpresa que verifiquei esta matéria — durante anos ninguém se preocupou... Faço uma correcção: até de acordo com as actas 29.^a, 28.^a e 27.^a houve uma preocupação de saber, mas foram aquelas preocupações para ficarem em acta, porque a verdade é que não foram consumadas, porque estão lá os pedidos para que sejam habilitados com informação... Recordo que a última acta é de 29 de Abril de 2004, tendo sido estabelecido nessa acta um prazo para que até aos primeiros dias de Maio fosse entregue essa informação, essa informação não foi entregue, não foi entregue em Maio, não foi entregue em Junho, não foi entregue em Julho, não foi entregue em Setembro, não foi entregue em Outubro, não foi entregue em Novembro, não foi entregue em Dezembro, nem em Janeiro do outro ano e numa mais houve qualquer outra acta desse Grupo de Trabalho, isto numa responsabilidade que o Sr. Deputado, como sabe, era do Governo do seu partido e da sua, em particular, porque tinha

responsabilidades no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Ou seja, os senhores alhearam-se desta matéria e lavaram as mãos como Pilatos!

Agora, numa acção que é verdadeiramente surrealista, pretendem dizer que a responsabilidade da validação destas matérias, que ocorreram no seu tempo, seja nossa, dizendo «os senhores é que sabem o que é que andaram a fazer...». Não, Sr. Deputado! Nós fomos validar processos que estavam encerrados e definitivamente encerrados de matérias que tinham sido executadas no tempo em que o Sr. Deputado era governante e tinha responsabilidades.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O que vale é que isso está publicado em *Diário da República*, portanto...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O despacho?

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — A Resolução do Conselho de Ministros que cria o Grupo de Trabalho e que cria o Comité de Validação está publicado em *Diário da República*, tais como as regras, as datas. Portanto, é possível verificar que tudo o que está a dizer não corresponde à verdade.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, com certeza que é fácil de provar...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — E o Tribunal de Contas, naturalmente, que apurará essa matéria. Sabemos hoje disso, já.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, eu só gostaria de saber... Bom, se o Sr. Deputado tem informação privilegiada, eu não tenho. Se o senhor sabe que o Tribunal de Contas...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Está na carta que o Tribunal de Contas mandou. A carta é pública, relativamente à auditoria que está a fazer ao Grupo de Trabalho UMTS.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, sim. Acho que deve fazê-lo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Portanto, não é só à Fundação, é também ao Grupo de Trabalho UMTS.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Exactamente, e, desse ponto de vista, espero que sejam retiradas as conclusões de como é que tudo isso foi feito. E, nessa matéria, o que existe é muito simples: até 2007...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Peço desculpa, o senhor é que colocou esta questão, eu só estou a responder à sua questão.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Eu só fiz um comentário...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ah! Fez um comentário, e agora acha que eu não devo fazer um comentário ao seu comentário!

Quer dizer, o senhor gasta 14 minutos a fazer comentários, 1 minuto a fazer a pergunta e eu tenho de me cingir à pergunta, não posso contraditar

os seus comentários! Essa é uma boa perspectiva da democracia, Sr. Deputado!

Pergunta: por que é que o preço é de 213 €? Nos diferentes preços existentes (e esta é uma matéria importante) há o *software*, e há pouco o Sr. Deputado Miguel Tiago referiu-se a isto, e foi o *software* que permitiu embaratecer o produto disponibilizado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Mas o *software* não é JP Sá Couto.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, mas nos 213 €... no custo do computador está incluído o *software* e...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sim, mas o seu argumento foi sempre o de que não havia nenhum computador àquele preço!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não havia nenhum computador aquele preço e muito menos...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Se há uma componente de *software* que poderia embaratecer, nessa composição de preço, qual é a componente *hardware*, que é aquilo que os outros...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Nós não fixamos uma componente de *hardware* e uma componente de *software*, aquilo que...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Deixe-me só clarificar a minha pergunta. É isso que é comparável com os outros fornecedores, com os outros fabricantes de computadores, na medida em que, se foi, depois, o Governo que tratou da componente *software*, quer com a Microsoft, quer

com a Intel, quer com as outras entidades todas que já aqui referiu, essa componente é fixa, e, portanto, adicionava-se ao custo de produção do equipamento.

Portanto, gostaria que clarificasse esta questão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, mas repare: aquilo que fixámos foi um *pricing* global e nesse *pricing* global encontrava-se o custo do *software* e esse custo de *software* foi um custo que conseguimos, do ponto de vista da negociação feita, que fosse substancialmente inferior ao custo existente no mercado. Era isto que eu estava a tentar dizer-lhe.

O custo do *software* disponibilizado neste programa foi obtido em condições muito favoráveis com descontos muito significativos, relativamente ao preço de mercado. Enfim, eu diria que o preço de referência para o sector da educação, que já é um preço melhor do que o disponível no mercado, andava por volta dos 123 € para o pacote que inclui o *Office* e nós comprámos, em determinadas situações ou, melhor, os operadores compraram, através de uma licença que lhes foi possibilitada, a que tiveram acesso, através da interacção existente entre o Estado português e a Microsoft, a valores de *software* de cerca de 3 € para o componente MSIS para um conjunto de licenças e a um preço de cerca de 17,51 €, 3+5, penso eu, do *upgrade* do *X-Pro* — e a um preço de 17,51 € que, nos casos em que não conseguimos, não só obteve o desconto máximo no pacote MSIS.

Portanto, daqui fica claro que, para pacotes no mercado já a preços promocionais de educação, estariam na volta dos cento e tal euros e nós conseguimos reduzir substancialmente os preços para 3 € e 17,5 €, para que o custo do computador fosse muito reduzido.

Além deste custo, nos 213 € está também a logística, todo o processo de entrega dos computadores, que também tem um custo adicional, e, obviamente, há um custo para o *hardware*.

Nós fixámos, pela avaliação que fizemos do mercado e também pela ambição, em cerca de 213 €, como sendo possível de ter, da mesma forma que tínhamos fixados os 540 €... Ou seja, numa avaliação de mercado existia um conjunto de modelos que estavam muito acima, nós fixámos um patamar, que era muito difícil e tínhamos dúvidas de que fosse concretizável, por isso, como disse, deixámos uma alínea no contrato para poder rever esta matéria, caso não fosse concretizável, por forma a baixar drasticamente os preços quer no e.escola quer no e.escolinha.

Portanto, a referência dos 213 € tem a ver com um prémio de desconto significativo na média do custo dos computadores, mais um custo de logística e um custo de *software* a preços verdadeiramente baixos como aqueles que eu acabei de referir.

Assim, o valor de 213 € encontra-se por esta lógica; ou seja, uma média dos computadores que existiam disponíveis no mercado, um pagamento, no máximo, substancialmente inferior a essa média e um custo acrescido para os custos de logística e de *software* que tinham os valores que agora vos referi.

Portanto, deste ponto de vista, o valor de 213 € foi um valor que foi verificado e acordado com os operadores com esta premissa.

A mesma coisa aconteceu relativamente aos 540 €.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Peço desculpa, mas eu não perguntei sobre os 540 €, mas, antes de passar a essa questão, peço-lhe um esclarecimento adicional, se o Sr. Presidente autorizar.

Estamos a falar de um desconto de cerca de 110 €. 123 € para os 8 €, dá 115 ou para os 17 dá... É um desconto que anda à volta dos 110 €, que podia ser absorvido ou podia ser usufruído por qualquer fabricante.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Exactamente!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Isto não depende do fabricante, estamos a falar de *software*.

Portanto, a base comparativa é o *hardware* entre os diversos fabricantes, e o que nos disse aqui foi que ninguém tinha conseguido fazer aquele preço para o *hardware*.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, se retirar esses valores...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Exactamente!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Se aos 213 € retirar os 3 € ou 17€ e fazer uma média, mais o custo de logística, que poderá andar nos 8 € ou 9 €, chegará a um valor de *hardware* à volta dos 180 € a 190 €.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Certo.

Que eu saiba o Ministério das Obras Públicas não fabrica computadores. Portanto, alguém lhe disse este valor. Este valor foi combinado com quem?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não foi combinado com ninguém, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado parte de uma premissa...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não. O Sr. Secretário de Estado é que parte de uma premissa. Eu estou a fazer uma pergunta concreta. A pergunta é esta: de onde é que caiu esse número? Porque depois...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — A pergunta foi: com quem é que foi combinado? Estou a dizer-lhe que não foi combinado com ninguém.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Muito bem, eu aceito a resposta.

Verifico é a coincidência, porque, depois, todos os contratos que foram feitos por todos os operadores foram bater, exactamente, naquele montante.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — No preço máximo.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Muito obrigado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como aconteceu no e.escola. O Sr. Deputado não quer que me refira aos outros, não lhe interessa, acha que essa não é matéria fundamental para o esclarecimento...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Eu não disse que não quero. Peço desculpa, não diga coisas que eu não disse. O que eu disse foi que não lhe fiz essa pergunta.

Agora, o Sr. Secretário de Estado é livre de falar sobre o que entender.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O que eu estava a dizer é que a metodologia foi equivalente no e.escola e no e.escolinha com uma diferença: os 213 €, no e.escolinha, não inclui o IVA e nos 540 € inclui o

IVA e, deste ponto de vista, tem esta diferença em termos de referencial, mas, em ambas as situações, estamos a falar de valores muito inferiores aos que eram praticados no mercado, e isto, penso, já ficou absolutamente claro, e de tal maneira são inferiores que há, aparentemente, muitos produtores de *hardware* que não conseguiram ou não encontraram espaço para fazer ofertas por esse preço.

Mas, como lhes disse, essa era até uma conclusão desta Comissão que eu teria particular interesse em averiguar: de que a Comissão concluía que, pelo facto de termos comprado o mais barato possível no mercado, isso era um factor negativo.

Penso que respondi às questões do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Secretário de Estado.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Boa tarde e muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado, muito obrigado pelas suas respostas e pela sua resistência... Já resistiu a quatro anos e meio de Governo e irá resistir, com certeza, a mais quatro e possivelmente a mais, e resistirá a esta Comissão de Inquérito e, se calhar, durante algumas mais horas...!

Já aqui referiu e explicou — e eu não voltar atrás — a relação do 1 300 000, que depois ficaram em 930 milhões, e que depois foram colocados no e.escola, dos 390 milhões, e que, portanto, 540 milhões já tinham sido gastos, ou pelo menos as operadoras reivindicavam isso e admitindo aquilo até que o PSD aqui diz de que «só estavam validados 173 milhões», pergunto ao Sr. Secretário de Estado, que também aqui afirmou que isso teria sido gasto entre 2001 e 2006, se alguma vez o governo de então, ou quem tinha a responsabilidade pela gestão disto, exigiu às

operadoras fazerem concurso público para gastarem esses 173 milhões. Se os outros são para gastar em concursos públicos conforme é aqui intuído das palavras do PSD, então os 173 milhões não foram gastos em concurso público? Mais: eles foram quase todos gastos em descontos em comunicações, também. Vê-se aqui que há uma relação de benefício aos operadores.

Voltando um pouco atrás à parte das especificações — e hoje recebemos aqui novamente uma nota do Ministério da Educação a dizer que não tinham feito as especificações, só os conteúdos, os conteúdos são *software*, obviamente! —, as especificações e os conteúdos dos computadores a entregar e do programa em si dos Programas e.escola e e.escolinha foram definidos — e isso está mais do que provado — entre o Governo e as operadoras.

E está-se aqui a debater muito por causa do preço no caso do Programa e.escolinha e que isso levou a que só houvesse uma opção, que é aquela que levanta aqui maiores reservas.

Penso que o Sr. Secretário de Estado em parte respondeu ao que vou perguntar-lhe na questão anterior, mas novamente para precisar vou perguntar-lhe: então e quando o Governo lançou ou assinou o contrato com as operadoras para Programa e.escola o preço que lá colocou não era inferior aos preços praticados no mercado? E ao princípio não foram só dois fornecedores de *hardware* que conseguiram fornecer esses computadores Àquele preço e depois posteriormente é que outros forneceram computadores a esse preço. Portanto o preço também no Programa e.escola era limitativo e poderia porventura nenhum estar interessado em baixar o preço e só haver um fornecedor. Por acaso houve dois no início e depois os outros foram atrás...

Portanto, penso que aí a actuação do governo foi positiva, porque obrigou o próprio mercado a baixar os preços, e isto é bom não só para os

programas como é bom para todos os portugueses adquirirem computadores.

Quarta questão: sabe o que é que continha dentro o computador *Magalhães*, quer em *hardware* quer em *software*, que foi apresentado no dia 30 de Julho?

Já agora, sabe o que é que continham os computadores *Magalhães* que estavam à venda no mercado logo a seguir?

(Aparte não audível na gravação.)

Não sei o que é que continha... Estou a perguntar ao Sr. Secretário de Estado se sabia o que é que continha porque eu não sei se aquilo que era vendido no mercado e que foi apresentado era ou não igual àquilo que era pretendido com o e.escolinhas, aquilo que o e.escolinhas dizia para conter...

A minha última pergunta — e não é bem uma pergunta, é quase uma precisão de uma questão do nosso Deputado Miguel Tiago, que acha que era limitativo a escolha do *software* em *open source*. Bem se há, se existem pelo menos duas operadoras que permitiam a aquisição de um computador com o *software* em *open source*, obviamente... Por exemplo, eu queria trabalhar com a operadora *x*, mas ela não fornecia o *software* em *open source* e eu ia para a operadora *y*. Portanto, aí tinha liberdade sempre de escolher a operadora que me poderia fornecer o computador em *open source* e logo havia uma liberdade de escolha também aí.

E é só, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe as questões.

Em primeiro lugar, eu gostava ainda de esclarecer uma matéria: quando se refere que na primeira validação se validou cerca de 170 milhões de coisas que vinham de trás, não é inteiramente verdade, porque essa foi na validação da primeira reunião. Acresce que na segunda reunião, a TMN, que na primeira reunião não tinha apresentado esses... Validou mais cerca de 100 milhões de matérias que tinham também a ver com o passado.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ó Sr. Deputado Jorge Costa, é muito simples... É porque essas coisas são...

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Exactamente, estão nas actas. Há pouco eu não tinha as actas à mão, mas agora tenho Sr. Deputado Jorge Costa.

Sr. Deputado Jorge Costa, no Relatório Anual do Grupo de Trabalho UMTS de 2008, datado de 29 de Maio de 2009, pág. 2, o quadro que refere contrapartidas, contradiz em absoluto o que o Sr. Deputado Jorge Costa acabou de dizer, porque lê-se aí, na alínea «restantes projectos», ou seja, não nas e.iniciativas que «A Optimus tinha um valor de realização de cerca de 170 milhões 594 000 euros.» Dessa verba tinha por realizar zero! Ou seja, já neste relatório estava integralmente realizado — faltava realizar a componente que estavam afectos aos e.iniciativas, portanto, ao projecto e.escola.

«Na TMN estavam já realizadas 197 milhões e 77 000 euros, faltavam realizar 75 milhões da verba que não estava afectada ao programa e.escola.

Da Vodafone estavam realizados 131 milhões 939», ou seja, das contrapartidas existiam zero euros para realizar.

Isto está no relatório de 29 de Maio de 2009, que tem a ver com o ano de 2008. Portanto, Sr. Deputado, se somar — e a matemática nestas matérias..., o Sr. Deputado Jorge Costa também não deve falhar... — são 170 milhões, mais 197, mais 131, o que dá um total de cerca de 500 milhões, constante do relatório de 2008.

Portanto, isso contradiz em absoluto aquilo que o Sr. Deputado Jorge Costa tinha dito que nessa altura não estava validado — aliás, o próprio representante do Grupo de Trabalho UMTS não podia ter vindo aqui dizer que não estavam validados.

Sr. Deputado Jorge Costa, depois fazer-lhe-ei chegar a acta, desculpa de estar à procura porque ela está aqui na minha mão e diz exactamente isto e não diz outra coisa.

Portanto, deixe-me agradecer-lhe a pergunta que o Sr. Deputado Jorge Costa me fez e para...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Ó Sr. Secretário de Estado, mas tem de ler tudo porque esse é um quadro que resume o relatório. As actas que suportam a elaboração do relatório, onde estão as validações e a descrição dos projectos, têm em anexo a listagem dos projectos que, foram, de facto, validados e que somados dão 173 milhões de euros!

Não há registos nas actas, volto a dizer, relativamente à validação. Volto a dizer-lhe isso!

No relatório é dito também que muitos desses números que aí estão são provisórios, na medida em que não estão ainda completamente fechados.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não. Esses são os que têm a ver com as contribuições para o e.iniciativa, que, aí sim, não estavam ainda fechados.

Mas, ó Sr. Deputado, estas coisas são muito simples e fáceis de observar: olhe, um anexo tem 112 milhões, se lhes somar o valor do anexo C da outra acta que é de 63 milhões, já vai em 180 milhões...; mais 12 milhões já vai em 180 e tal; mais 85 milhões, vai em 260...; mais um milhão, vai em 261; mais 90 milhões, já vai em trezentos e tal milhões...! Só estou aqui a contar valores de alguns anexos que aqui... Mas posso continuar a ir buscar os anexos todos, Sr. Deputado Jorge Costa!

Para mim é irrelevante essa matéria dos anexos de que o Sr. Deputado está a falar!

O relatório o que diz é isto: «no final de 2008, estavam realizados, aproximadamente, 73% do total de 931 milhões de euros de compromissos decorrentes de licenças de UMTS» — no final de 2008! —, «sendo que a parte que não estava por realizar, com excepção de 70 milhões da TMN, eram as matérias das contrapartidas do Programa e.escola.»

Sr. Deputado, sabe o que é que isto quer dizer? É que nós fomos a tempo, ainda fomos a tempo, de salvar 390 milhões, que, se tivéssemos mantido a irresponsabilidade dos anteriores governos, teriam sido consumidos em matérias que não contribuiriam para o desenvolvimento da nossa sociedade e não contribuiriam para aquilo que são as políticas públicas. E essa irresponsabilidade acabou!

O que é verdade, Sr. Deputado Jorge Costa, é que, com esta nossa acção, nós fomos a tempo de retirar 390 milhões, que, de outra forma, iriam ser consumidos da mesma maneira que outros que os senhores permitiram

durante anos... Esses 390 milhões puderam agora ser consumidos em contributos verdadeiramente importantes para o desenvolvimento da sociedade da informação, verdadeiramente importantes para a penetração da banda larga em Portugal, verdadeiramente importantes para o desenvolvimento da economia com criação de postos de trabalho, com criação de empresas com competências para se internacionalizarem e para exportar.

E isso, Sr. Deputado, é que são os resultados deste programa!

Sr. Deputado, estas coisas, às vezes, custam, mas são os puros factos. E os puros factos são estes: se nós não tivéssemos intervindo a tempo, se tivéssemos tratado com o laxismo com que os senhores..., se tivéssemos utilizado a mesma técnica que os senhores utilizaram, o laxismo teria permitido que os contributos fossem integralmente esgotados neste tipo de projectos e não em projectos de rotura, não em projectos de bandeira, não em projectos de massificação da sociedade de informação, não em projectos de desenvolvimento da nossa economia, não em projectos de desenvolvimento das competências das nossas empresas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, só para relembrar, há aqui uns aspectos a precisar: é se, nesse dinheiro gasto, alguma vez se recorreu ao concurso público...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sabe, Sr. Presidente, com o calor da resposta passei à frente...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas antes de o Sr. Secretário de Estado passar esta fase, gostaria de, relativamente àquilo que eu referi, basta comparar o que está no relatório

de 31 de Dezembro de 2007, 30 de Junho de 2008 e 31 de Dezembro de 2008 com o que está nas actas.

Volto a dizer-lhe que a discrepância é tal que no quadro-resumo de 31 de Junho fala em 479 milhões e somadas as actas só dá 286...! A discrepância é tal... Há discrepância entre os números e as referências que estão entre os dois documentos!

E, volto a repetir, o que eu disse foi que nas actas não há registo de validação.

O Sr. Secretário de Estado referiu-me questões completamente diferentes relativamente ao relatório... Mais do que isso o relatório soma as validações no âmbito dos compromissos com o Programa e iniciativas, quando eu estou a falar apenas daquilo que vai para além do Programa e iniciativas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu só lhe referi os números sem e iniciativas.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Ao longo dos trabalhos desta Comissão as contrapartidas aumentaram consideravelmente... de 173 milhões já vão em 286...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Com mais uns minutos a gente chega lá ao valor...!

Ó Sr. Deputado Jorge Costa, o valor que estou aqui a referir não inclui as e iniciativas. Está aqui claro, no relatório!

De qualquer modo, não me deve perguntar isso a mim, porque estive cá o presidente do Grupo de Trabalho UMTS e...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Ó Sr. Secretário de Estado, mas foi o senhor que trouxe isso para a discussão...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas se tem alguma dúvida relativamente a isso deve pedir ao grupo de trabalho que lhe envie os anexos todos porque supostamente esses anexos...

Mas agora não parta é do pressuposto de que as coisas estão todas mal feitas... Enfim, pode até haver alguma leitura menos correcta por parte de quem analisou esta matéria...

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Gonelha sobre os preços e os fornecedores, isso é inteiramente correcto. Ou seja, eu já referi aqui, em ambos os programas colocámos fásquias substancialmente inferiores porque considerávamos que isso era verdadeiramente útil não apenas na gestão dos dinheiros públicos, porque sabíamos que teria de haver sempre uma parte que teríamos de ser nós a pagar, e portanto quanto menor fosse essa parte melhor, e desse ponto de vista estávamos a gerir dinheiros públicos e queríamos pagar o menos possível, mas também porque achávamos que essa matéria era, do ponto de vista de influenciar naquilo que eram os preços de mercado, teríamos condições provavelmente, pelo facto de existirem estas aquisições tão significativas, para criar um movimento de descida que se veio a verificar, como há pouco demonstrei, entre duas publicidades por parte de grandes superfícies, em que os preços baixaram dramaticamente.

Em relação à questão de saber se em 30 de Julho eu sabia o que estava naquele computador, digo-lhe que não sabia, Sr. Deputado. Não o vi a funcionar, não o testei, testei-o uns dias depois quando um protótipo estava disponível.

Quero dizer-lhe que testei um, porque, curiosamente, uns meses antes, tinha estado com a Intel e com o Presidente da Câmara de Castelo

Branco num projecto de uma iniciativa transfronteiriça onde tinham sido distribuídos os *Classmate* e foi nessa altura, e foi aí a primeira vez, que tive contacto com um computador com estas características.

No dia 30 de Julho eu não sabia o que estava lá dentro, soube curiosamente, depois, quando o computador foi lançado na FNAC, porque fui adquirir um computador lá — aliás, ofereci-o a uma pessoa que prezo e que estimo muito, que é o meu pai —, que tinha um *software* que não era para crianças mas, sim, para adultos, o que permitiu que eu desse um bom presente para o meu pai poder desfrutar das vantagens do novo computador português.

Estou só a dar esta indicação, que é meramente pessoal, só para lhe dizer que eu não sabia o que lá estava dentro e do outro soube, porque adquiri o produto e o produto era, necessariamente, diferente daquele que estávamos ou que íamos disponibilizar no Programa e-escolinha, porque o *software* era completamente diferente, o *software* estava, como disse, aplicado a um universo de idade completamente diferente em que as necessidades são diferentes, enquanto que o projecto e.escolinha tinha como necessidades um conjunto de outras características, nomeadamente de *software*.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero ser rápido e cumprir com o tempo de que disponho, até porque estamos todos a ficar cansados.

Percebi agora, pela sua intervenção final, que o Sr. Secretário de Estado não sabia o que tinha o computador à data de 30 de Julho e isso, aliás, confirma-se, porque o administrador Luís Cabrita da Youtsu também disse que tinha conhecimento empírico de que algo viria a seguir ao

e.escola e, portanto, todos estavam preparados para... Portanto, era o tal conhecimento empírico que o Sr. Secretário de Estado agora registou.

Assim, sobre este «casamento», não sei se por amor ou por conveniência, entre o *Magalhães* e o e.escolinha, se combinado ou num encontro casual, sobre esta matéria, temos assunto suficiente para as actas e para nos entretermos no relatório.

Mas, ainda assim, eu gostava de voltar à questão da Fundação, que é importante, é um dos centros da nossa Comissão de inquérito, referindo-lhe que há verbas, que há dinheiros públicos, que há dinheiro devido ao Estado, que há compromissos com o Estado, contratos, memorandos de entendimento, que comprometiam os operadores perante o Estado — aliás, constam dos contratos e também das actas dos nossos trabalhos, incluindo até aquela que, à partida, não tinha nada a ver com estas matérias iniciais, que é a ZON, que entrou com 1 milhão de euros para este Programa e.escolinha — e, portanto, há aqui verbas e esse tratamento de verbas, a legalidade com que se fez tudo isto, a tal primeira parte das minhas perguntas sobre a promiscuidade entre o seu gabinete e a Fundação, reconhecendo eu legítima a vontade do Estado em controlar todo o funcionamento da Fundação, é que...

Bom, já agora, quero dizer que mesmo reconhecendo isso também quero que fique em acta que o CDS considera as empresas portuguesas das melhores que há e fica muito satisfeito quando uma empresa portuguesa tem sucesso.

O Sr. Dr. Paulo Campos: — Muito bem, Sr. Deputado!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Mas fico ainda mais contente quando elas têm sucesso, cumprindo com as regras do Estado de direito, cumprindo com as regras da concorrência e do mercado...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Foi o que aconteceu!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, desde que isso se confirme fico ainda mais satisfeito.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Venceu, porque tinha o preço mais baixo!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas não me colará a essa informação, nem se justifica que, por ser uma empresa portuguesa, não tenha de cumprir com essas regras.

Portanto, eu coloquei várias perguntas sobre a ligação do seu gabinete à Fundação às quais o Sr. Secretário de Estado optou por não responder, ou respondeu *en passant*. Aliás, eu também não quero que me explique por que é que, no dia seguinte, pessoas que tomaram posse no dia anterior deixaram de fazer parte da administração, por que é que outras passaram meteoricamente pela administração, mas a verdade é que o Sr. Secretário de Estado disse que esta incompatibilidade de funções só se aplicava aos chefes de gabinete.

Ora, eu quero recordar-lhe que o Tribunal de Contas fez um relatório de uma outra fundação, que nada tem a ver com V. Ex.^a, a Fundação para a Prevenção e Segurança Rodoviária, do Dr. Vara, em que sobre o mesmo assunto, relativo aos assessores, aos chefes de gabinetes e outros, dizia o seguinte: «abrangidos pelo quadro de incompatibilidades e impedimentos contidos no Decreto-lei n.º 196/93, de 27 de Maio, e, por consequência, sujeitos a sanções de demissão do cargo e da nubilidade dos actos praticados, estas funções são completamente incompatíveis.»

Ora, eu vou ler o decreto-lei que diz claramente no artigo 2.º, alínea a), o seguinte: «aos titulares dos cargos que compõem o Gabinete do Presidente da República e a respectiva Casa Civil, o Gabinete do Presidente da Assembleia da República e os gabinetes de apoios aos grupos parlamentares, o gabinete do Primeiro-Ministro, os gabinetes de membros do Governo (...) os gabinetes dos Governos Regionais, os gabinetes dos governadores e vice-governadores civis (...)» a todos esses, quaisquer que sejam as funções, de acordo com o artigo 3.º «a titularidade dos cargos a que se refere o artigo anterior é incompatível: a) com o exercício de quaisquer outras actividades profissionais, públicas ou privadas, remuneradas ou não...».

Ora, nós temos aqui, pelo menos, duas pessoas, o Sr. Rui Pereira que entre Março e Junho de 2009 acumulava essas funções, e um outro que ainda acumula hoje — o Sr. Daniel Adrião, desde Março de 2009 —, pelo que a minha pergunta é a seguinte: como é que responde à possibilidade de os actos feitos por estes senhores serem nulos e há possibilidade de termos aqui uma Fundação a funcionar não de acordo com a lei, para além de todas as questões de verbas e dinheiros que aqui avaliaremos?

Gostava, pois, que precisasse e que nos dissesse como é que responde a estas questões, porque isto é importante — aliás, há órgãos de comunicação social que hoje dão nota disso — para os nossos trabalhos e para o resultado dos mesmos para que possa ser avaliada a Fundação para as Comunicações Móveis e a forma como ela funcionava.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, para mim, essa matéria é muito clara: quer o meu gabinete quer a secretaria-geral, que nesta matéria é quem nos informa dos procedimentos e de como fazer nestes contextos,

sempre me deram indicações de que os assessores e os consultores não são titulares de cargos. Aliás, a lei da composição dos gabinetes refere apenas o Secretário de Estado, as secretárias pessoais, o chefe de gabinete e os adjuntos, como sendo estes os membros do gabinete e só para estes há incompatibilidades.

No caso concreto, nomeadamente nos que referiu, estamos a falar de consultores que nem sequer são membros do gabinete, prestam serviços e, portanto, desse ponto de vista, a informação que sempre me foi dada era a de que com esses não havia qualquer incompatibilidade.

Se há outras interpretações jurídicas desconheço-as e sempre agi considerando estar dentro da legalidade com base nas informações que me foram prestadas, repito, pela secretaria-geral do meu Ministério e pelos membros do meu Gabinete.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, farei perguntas muito curtas apenas para precisar alguns pontos.

Os computadores que foram distribuídos no dia 23 de Setembro — e vimo-lo no documento de encomenda de computadores que temos da ZON — custaram, fazendo a divisão do valor pelo número de computadores, 212 €.

O acordo que existe com a Microsoft foi assinado no início de Outubro, por isso os descontos de que falam a nível de *software* deveriam, quanto muito, ter baixado os 212 € para valores de cerca de 200 €, no entanto os valores de 212,50 €, os 213 €, mediante as folhas de pedidos de computadores, mantiveram-se.

Assim, pergunto-lhe: o acordo com a Microsoft já tinha sido anterior à distribuição dos computadores *Magalhães* no dia 23 de Setembro? Se foi posterior, afinal o desconto, a nível da JP Sá Couto, não deveria ter sido até um desconto superior?

Segunda questão: por que é que em tudo quanto são iniciativas relativas ao e.escolinha, apesar de repetidamente nos dizer que nada têm a ver com o *Magalhães* e que o *Magalhães* circunstancialmente era o computador que mais se adequava, é a iniciativa Magalhães que é referida e, aliás, também na Microsoft o desconto que é feito é através do protocolo Magalhães.

Outra coincidência neste processo: todos os vídeos do Plano Tecnológico, que anunciam os vários protocolos, abrem com o símbolo do *Magalhães*, coisa que acontece na apresentação da iniciativa Magalhães, e aqui compreensivelmente percebe-se que é o próprio *Magalhães* em si e por isso quando o vídeo diz que através da iniciativa Magalhães 500 000 crianças do 1.º ciclo de escolaridade irão receber um portátil, no fundo, estão a referir-se ao *Magalhães*, isso percebe-se! — e eu não estou a citar a imprensa estou a citar uma fonte oficial do Plano Tecnológico, que foi feita no dia 30 de Julho de 2008 — mas no dia do lançamento do *Magalhães* e quando o Programa e.escolinha nada tinha a ver com o *Magalhães* essa referência já aparecia nos vídeos.

Gostava, pois que tecesse os comentários sobre estas coincidências.

O Sr. **Presidente**. — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, há questões relativamente às quais poderei dar uma resposta mais tarde, pois não tenho pormenores — aliás, amanhã estará cá o presidente da Fundação e poderá

confirmar se relativamente às entregas em Setembro isso foi antes ou depois da contratação e do acerto feito com a Microsoft.

Eu não tenho de memória nem lhe sei dizer; sei que com a Microsoft estava um conjunto de licenças em vigor para o Programa e.escola, não sei se elas foram adaptadas aqui ou não e em que datas, portanto não posso responder-lhe com precisão a esse tema.

Assim, ficamos com duas alternativas: ou o Sr. Deputado se considera satisfeito com as explicações que amanhã terá oportunidade de obter do presidente da Fundação ou se não ficar e quiser uma resposta concreta da minha parte terá de me a solicitar e eu não terei qualquer dúvida em fazer-lhe chegar esse esclarecimento, mas, neste momento, não estou habilitado para poder fazê-lo.

No entanto, quero notar que entre a primeira entrega, feita em Setembro, e as entregas que depois foram feitas em Janeiro, Fevereiro e Março há uma diferença: é que, entretanto, foi fixada a lista de *software* que o Ministério da Educação tinha como exigência para o *Magalhães* onde existe um conjunto de *software* adicional incorporado e eu não sei se, desse ponto de vista, há ou não algum acréscimo no custo...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Dr. Paulo Campos, é que de acordo com informação que temos existe uma alteração. Os computadores que foram distribuídos no dia 23 foram retirados da venda para retalho, logo levavam o *software* base e não tinham sequer a parte constante do MSIS... Foi essa alteração que houve a seguir.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Isso para mim está claro: houve um conjunto de *software* que o Ministério da Educação elencou e eu não sei qual é o custo desse *software* que foi adicionado.

Portanto, o que quero dizer é o seguinte: face a um custo que foi apresentado para a primeira entrega, saber se houve ou não um custo adicional de *software*, que não era Microsoft, mas que era uma lista extensa de *software* que veio nas máquinas que depois foram distribuídas... Ou melhor, a sua questão tinha a ver com o dizer que há aqui uma situação em que, depois, há um benefício, nomeadamente uma descida de preço por parte da Microsoft, e esse benefício não teria, ou teria, sido introduzido no preço.

Sr. Deputado, eu não sei se existe esse benefício e também não sei se existe algo que não foi um benefício, que foi um custo adicional pela imposição que houve *a posterior*, e aí sim, das características do *software* que foram definidas pelo Ministério da Educação.

Não sei se fui claro naquilo que estava a referir, mas...

Aparte inaudível.

É preciso perceber que nós fixamos um preço e isso foi muito claro, por exemplo no e.escola, e por isso é que já solicitámos aos operadores uma revisão para baixo do preço do e.escola.

O que se verificou com a progressão do funcionamento de tudo isto foi que aquele preço, que, na altura, era muito baixo face aos *pricings* existentes no mercado, passou a estar dentro dos preços de mercado e, então, o que é que acabou por se verificar? Que as ofertas dos operadores não baixaram o custo que estava a ser imputado ao programa mas aumentaram as especificações, ou seja estavam muito acima das especificações mínimas que tínhamos definido e isto percebe-se porquê. Porque, numa lógica de concorrência, o operador *x* queria captar as crianças *y* e quis oferecer um produto que estava mais adaptado a essas

crianças, oferecendo qualquer coisa de distintivo do outro operador que oferecia o computador com características diferentes.

Portanto, desse ponto de vista, o que houve aqui foi uma gestão por parte dos operadores na compra do *hardware* e do *software*, esgotando os *plafonds* máximos, que tínhamos atribuído, através da incorporação, sempre que conseguiam pela negociação permanente, e por isso é que eu não estou de acordo com aquilo que os Srs. Deputados há pouco disseram, porque os operadores estiveram sempre em negociação permanente e constante para adquirir computadores quer no e.escola quer no e.escolinha e...

Apartes inaudíveis.

É verdade! Aliás, não tenho que essas declarações por escrito mas recordo-me de operadores terem dito isso, que várias vezes fizeram essas consultas e verificaram que o *Magalhães*...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Exactamente. As encomendas não foram feitas todas no mesmo momento. Elas foram sendo sucessivamente feitas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, se utilizaram o mesmo contrato foi porque havia um contrato que estava estabelecido. Agora, as

encomendas foram sucessivamente feitas, com consultas. Os operadores transmitiram isso aqui. Recordo-me de o ter ouvido aqui — pelo menos do Rodrigo Costa recordo-me de ter ouvido. Ontem, às 2 horas da manhã, ainda fui aceder ao *site Canal Parlamento* para visualizar o que tinha perdido na semana passada por não estar no país, e, por acaso, verifiquei que o Rodrigo Costa disse isso. Portanto, isso deve estar plasmado em acta.

Relativamente à questão da aliança *Magalhães*, no contexto Microsoft, esta era uma matéria que, para nós, era importante. Estamos a falar das iniciativas que desenvolvemos para incrementar um produto português que tinha capacidade para se internacionalizar e, desse ponto de vista, um produto sem ter um *software* que seja reconhecido no mercado perde alguma valia.

Assim, o incentivo que fizéssemos foi para que existisse na Microsoft um desenvolvimento de uma *suite* aplicacional que fosse específica para o *Magalhães*, para que nos mercados, nomeadamente — não no e.escolinha, porque aí esse problema estava resolvido através da aquisição das licenças que já existiam — para os outros tipos de computadores que iriam ser disponibilizados no mercado interno e, sobretudo, no mercado externo, existisse uma ferramenta que tivesse uma ligação ao produto *Magalhães*, para que este tivesse maior capacidade de se internacionalizar e poder oferecer melhores condições no mercado.

Deste ponto de vista, desenvolvemos iniciativas para que a Microsoft tivesse uma *suite* com um *software* que fosse específico para a máquina *Magalhães*. Por isso é que existe essa iniciativa para a máquina *Magalhães*, não tem nada a ver com o e.escolinha, pois aqui as licenças são MSIS e as outras que há pouco referimos e que estão contratualizadas através daquelas licenças-chapéu, que, depois, os operadores de telecomunicações vieram a adquirir.

Na aliança Microsoft/*Magalhães* o que se pretende é criar um pacote de *software* que esteja disponível não no Programa e.escolinha mas para acompanhar o mercado, como, depois, o *Magalhães* fez também com discos externos e leitores de CD e DVD, como acessórios, com a *Samsung*, ou outros produtos acessórios que traziam mais-valia, incorporavam valor no produto *Magalhães*.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago, para a última questão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, duas notas prévias em resultado das intervenções que tem tido. Só lamentamos que o Governo não tenha tido tanto carinho e tanto cuidado na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente daqueles que foram despedidos, como teve para com a dinamização do tecido empresarial português, como diz, e não é isso que colocamos em causa, não é a dinamização do tecido empresarial. Pena é que não tenha tido os mesmos critérios para com aqueles que dão «o litro» nesse tecido empresarial.

Sr. Secretário de Estado, uma nota: recorrentemente, tem quase que «insultado» todos os seus antecessores porque parece que, quando o Governo chegou, em 2005, salvou o mundo, estávamos em risco de perder todas estas... Mas foi a própria TMN que disse aqui que o lançamento da 3G em 2005 se deve exclusivamente à capacidade das operadoras colocarem no mercado aquele produto 3G apenas em 2005. Portanto, mesmo que o seu Governo tivesse chegado em 2004, muito dificilmente teria conseguido fazer com que as operadoras lançassem, em 2004, um produto comercial que não estava pronto.

Longe de mim, como deve calcular, estar aqui a fazer a apologia de um governo com o qual tenho tantos antagonismos como tenho com o seu, mas julgo que a verdade também importa e dignifica os trabalhos da Comissão.

Sr. Secretário de Estado, quero tirar algumas dúvidas. Admito que possa ter sido mau entendimento meu, mas referiu a listagem dos preços — não chegou a referi-la toda — dos computadores que estavam disponíveis nessa altura e agora acabou de referir as licenças-chapéu, ou os contratos-chapéu que fez com a Microsoft, precisamente aqueles que integram o *Magalhães* e que foram contratualizados com o Ministério das Obras Públicas e que, depois, se ramificam, num sublicenciamento, para os diversos beneficiários.

A pergunta que lhe quero fazer é esta: o Sr. Secretário de Estado, quando referiu aqui os preços das máquinas, do Acer Aspire One, do EPC e de outras, estava a referir preços que incluem licenças de *software*. Esses preços incluem licenças de *software*, estou a dizer-lhe porque os conheço.

Mas as licenças de *software* eram despiciendas, tendo em conta que o Governo já dispunha de uma licença-chapéu. Então, não podemos comparar o incomparável, não podemos comparar o preço que é feito para uma máquina sem licenças de *software* nas quais o Governo, depois, introduz a licença que tem, que contratualizou à parte, com a Microsoft, com o preço das máquinas que nos referiu, de produção estrangeira, mas que, independentemente disso, já contêm licenças de *software*. Portanto, essa não é uma comparação leal e justa e devíamos, no mínimo, eliminar a componente *software*, tendo em conta que o Governo conseguiu, por outra via, fazer um contrato mais vantajoso no que toca às licenças de *software*.

Admito que possa ter percebido mal, mas, Sr. Secretário de Estado, friso que conheço os preços das máquinas e os que referiu incluem as licenças de *software* proprietário do sistema operativo e, regra geral, das

ferramentas de produtividade — algumas delas não, ou seja, nem todas, o EPC não, porque traz da *Java*, mas algumas outras têm.

Independentemente disto, a maior fatia do licenciamento de *software*, como sabe, regra geral, reside precisamente no sistema operativo proprietário. Aliás, até há pacotes em que as ferramentas de produtividade vêm «à borla» na licença do sistema operativo.

Para terminar e porque há pouco não nos respondeu, tentando contornar, quero referir que Mário Lino e Mário Franco nos disseram que a Fundação tinha sido uma ideia das operadoras. Ora, as operadoras dizem que nunca propuseram tal coisa e, mais, a Vodafone, através do seu Presidente, António Coimbra, chegou mesmo a afirmar que dispunha de um parecer técnico-jurídico dos seus serviços que dizia que o fundo tinha todas as condições para ser utilizado e não era necessária uma fundação.

Pergunto novamente: de onde vem a necessidade de uma fundação, quem decide a criação da Fundação e que outras soluções terão sido equacionadas para a gestão do fundo?

São apenas três perguntas que se resumem ao mesmo tema, que, julgo, são também de fácil resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, importa-se de repetir a pergunta inicial?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A comparação dos preços entre máquinas que incluem licenças e os que não as incluem.

O lançamento da 3G, em 2005, é um facto, não é uma pergunta. Apenas constatei um facto.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Relativamente à comparação de preços, se há alguma matéria que está a favorecer é o pacote do Programa e.escolinha.

O pacote e.escolinha, no valor de 213 €, incorpora o *software* de dezenas de programas, o *software Microsoft*, o *software open source*, os custos de logística, portanto, de entrega na casa ou na escola, e mais o equipamento de *hardware*. Os outros valores que há ouço referir incorporam o custo de *hardware* na loja mais o custo de *software* proprietário que venha com aquela solução. Na maioria dos casos, estamos a falar do sistema operativo.

Portanto, na comparação dos valores que há pouco referi, se há um desfavorecimento é para o preço...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Também não acompanhei a consulta que fizeram ao mercado nessa altura, mas, repare, não pode comparar uma máquina para a qual aplica uma licença sua, uma licença-chapéu, com uma máquina que traz de origem aquele *software* e aquela licença que não foi contratualizada com o Governo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Basicamente, o que quero dizer é que o Sr. Secretário de Estado está a comparar uma máquina que foi feita...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, muito bem! Está incluída nos 213 € aquela que foi contratada com o Governo, o que é um preço muito bom, mas não é o mesmo que aparece no Acer Aspire One, por exemplo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, já percebi a sua questão. Quer comparar excluindo o *software*, para que fosse comparável o *hardware*.

Esse é um exercício que não consigo fazer porque não sei qual o valor por que essas marcas estão a adquirir o *software*. Compreenderá que a *Toshiba*, quando compra estas licenças, compra milhões de licenças e não sei qual é o preço que é feito.

Estou a comparar o valor global. Também podia dizer que o custo do *hardware* anda à volta dos 180 €, no caso do Programa e.escolinha, porque o resto são custos de logística e de *software*. Quanto a este computador que verificámos que custava 490 € ou 390 € incluindo um determinado *software*, não sei qual a parte do *software* porque não tenho acesso a esses dados.

Portanto, estou a fazer uma comparação e estou a ver que ela, provavelmente, é com prejuízo para a solução do Programa e.escolinha porque há custos adicionais, como, por exemplo, de logística, de *software* adicional, ferramentas de produtividade e outro *software* (como o facto de ter *dual boot*, etc.) que não está incorporado no outro.

É a melhor comparação que posso fazer, mas ela é verdadeiramente abissal. Mesmo que possam, em determinadas matérias, existir situações que não sejam aquilo que estou a referir, enfim, o diferencial de preço é tão grande que fica inequívoco que aquilo que estivemos a comprar ou, melhor, aquilo que os operadores estiveram a comprar para o Programa e.escolinha, como os próprios operadores aqui disseram, tem preços que são muito difíceis de bater. Recordo só as declarações do Sr. Presidente da ZON, na

semana passada, que dizia que nem acreditava que fosse possível que aqueles preços pudessem existir.

Portanto, desse ponto de vista, Srs. Deputados, acho que esta matéria fica clara.

Relação à solução Fundação/Fundo, etc., Sr. Deputado, se os operadores estavam disponíveis para outra solução, o que é verdade é que não o fizeram e durante aquele tempo. Isto é verdade, tenho de me cingir a factos.

E mesmo depois da Fundação constituída, se os Srs. Deputados tiverem o cuidado de ir verificar os *timings* em que foram feitas as dotações de capital para a Fundação, eles ultrapassam, em algumas situações, os prazos que estavam definidos e contratualizados. Portanto, não foi uma situação fácil de resolver e de esse dinheiro vir para a Fundação.

Para a Fundação, não há um «pai». De quem foi a decisão? Foi uma decisão conjunta. Não podia ser de outra forma porque há partes e as partes, em conjunto, chegaram à conclusão...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, agora toda a gente pode... Já vi várias coisas escritas sobre isso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não tem paternidade. A paternidade são as pessoas que fundaram a Fundação.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas o Governo não assume.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, o Governo assume a sua quota de responsabilidade. É o que estou a dizer.

Dentro desse processo, fizemos uma análise e, dentro da avaliação feita, tínhamos as opções de constituir um fundo fechado ou um fundo aberto. Porque queríamos ter flexibilidade para poder aportar novas contribuições, caso entendêssemos ser necessário, um fundo fechado era muito limitativo e um fundo aberto trazia-nos um conjunto de problemas do ponto de vista da sua constituição e, portanto, havia questões práticas e administrativas que levavam a que este problema se arrastasse.

Essas eram as opções: ou constituir um fundo, um fundo fechado ou um fundo aberto, ou uma fundação onde esses capitais fossem colocados. Considerámos todos em conjunto que constituir uma fundação era o mais adequado. Mas tivemos uma preocupação na constituição dessa fundação: dotá-la dos mecanismos adequados para assegurar a transparência, verificação, auditabilidade, revisores de contas, auditorias, órgãos sociais diferenciados, conselho geral/conselho de administração, cumprimento das melhores práticas em termos de procedimentos de transparência, cumprimento das práticas do Código dos Contratos Públicos, etc., etc.

Desse ponto de vista, a Fundação, como há pouco o Sr. Deputado evidenciou, não tem nada a ver com a aquisição de computadores. A aquisição de computadores sempre foi feita para o e.escola e não existia Fundação e já estava está a ser feita para o e.escolinha quando a Fundação foi criada.

Portanto, a Fundação não tem qualquer intervenção na aquisição de computadores, como o Governo não teve qualquer intervenção na aquisição de computadores. Isso está claro. A Fundação foi a melhor opção para poder, em termos práticos...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, qual é a intervenção concreta?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — A intervenção concreta de...?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Qual é o papel de charneira que a Fundação faz?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Os dois papéis principais que considero que a Fundação faz são estes: primeiro, monitorizar aquilo que as operadoras estão a realizar, portanto, assegurar que os computadores são entregues nos *timing* adequados, que as reclamações que são feitas sobre essa matéria são resolvidas,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, Sr. Deputado, porque há muitos problemas a resolver.

... que estes actos são todos feitos cumprindo um conjunto de regras, que a informação prestada pelos fornecedores é auditável, construir os sistemas informáticos, porque tem de existir bons sistemas informáticos. Para que tudo isto possa acontecer e de forma rápida teve de ser a Fundação a construí-los...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E é a Fundação que faz isso?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ah, sim, Sr. Deputado.

Repare: a entrega de 1,3 milhões de computadores não cai do céu. Foi necessário desenvolver sistemas informáticos potentes para que isto pudesse ser concretizado para verificarmos *online* se quem está a introduzir um código está ou não habilitado no sistema informático do Ministério da Educação com aquele código, para poder dar a informação ao operador que sim, nós validamos. Os sistemas informáticos foram desenvolvidos e estão na Fundação. Antes da Fundação, foram desenvolvidos com os custos da ANACOM, como há pouco verificámos, porque era necessário proceder a essa tramitação. E isso está em constante evolução, porque há necessidades diárias adicionais e que é preciso resolver.

Portanto, a Fundação assegura que essas matérias estão a correr bem e que as coisas estão a ser validadas.

Depois, tem uma segunda componente. Nós encarregámos a Fundação...

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Já vai para a terceira.

O Sr. Dr. Paulo Campos: — Não, a que acabei de referir é a primeira componente. Ou seja, gerir o Programa neste contexto: assegurar que as coisas correm bem e que é auditável.

A segunda componente é a seguinte: a Fundação tem uma responsabilidade, que o Estado lhe entregou, de, ao fazer os pagamentos de que o Estado é responsável, ter de nos dizer: «Olhe, eu verifiquei que houve x mil computadores que foram entregues, foram entregues nas condições acordadas e, relativamente a estes computadores, os operadores tinham de entregar x e, portanto, o saldo, de acordo com o contrato que está celebrados entre os operadores e o Estado, é de x para o Estado pagar. Portanto, a Fundação valida todo este procedimento e informa dos

montantes, o Estado dota a Fundação das verbas e a Fundação entrega aos operadores.

Tem, pois, duas componentes: primeiro, assegurar que o sistema funciona na gestão destas matérias e, segundo, assegurar a validação por parte dos montantes a pagar pelo Estado aos operadores. Por isso, era muito importante para nós que a Fundação tivesse o controlo por parte do Estado, porque seria ter essa componente de validação. Se não existisse a Fundação, eu teria de alocar a outra entidade, utilizar outros recursos. O que estamos a fazer é a utilizar esta Fundação para validar esta matéria com recursos que não estão a ser pagos pelo Estado mas pelos dinheiros da Fundação e, portanto, na prática, pelos dinheiros que os operadores lá colocaram.

Essa é, digamos, a lógica em que instituímos a Fundação. Qualquer situação, como a que foi aduzida durante meses de que estávamos a usar a Fundação para fugir a isto e a aqueloutro, não tem qualquer sentido. Pelo contrário, a Fundação foi para amarrar e fiscalizar os actos que os operadores estavam a fazer neste contexto.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E também procede às transferências, não?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como eu disse, valida aquilo que são os montantes a pagar.

Por exemplo, relativamente ao encontro de contas reportado a Setembro de 2009...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Essa competência de validação já não recai sobre o Comité de Validação, porque esse apenas valida as contrapartidas, é isso?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Exactamente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E a Fundação valida aquilo que o Estado tem de pagar.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Comité de Validação também terá, necessariamente, de validar estas. Mas estas têm um trabalho minucioso de validação por parte da Fundação.

O que faz a Fundação? Certifica que o computador *a* foi entregue à entidade *x* na escola *y* nas condições *a*, *b* e *c*. Apura um determinado montante, esse montante é contabilizado de acordo com os contratos de gestão e fica estipulado qual é o montante a pagar pelo Estado. A Fundação informa ao Estado qual é o montante.

Aqui o que é que solicita? Quero frisar que há aqui uma situação de diferenciação relativamente à... Enfim, estamos a entrar muito na technicalidade, mas, como podem perceber, há um montante de contrapartidas que temos que afectar a estes beneficiários. Do ponto de vista do financiamento do Programa, para nós a situação era muito simples. Por isso é que, em determinada instância, o financiamento chegaria por parte das contrapartidas quase na totalidade para fazer face aos pagamentos... Pensámos em cerca de 500 000 computadores, se dividirmos os 390 milhões de contrapartidas por 500 000 computadores, dá um valor de contrapartida, por cabeça, suficiente para fazer face à aquisição do computador e ao diferencial no custo de comunicações. Quando alargamos o valor de 500 000 para 1,2 milhões beneficiários ou, no caso concreto, para 900 000 de beneficiários no e.escola, porque 400 000 era no e.escolinha, se dividirmos os 390 milhões por 900 000, o valor de contributos desce. Por isso é que há uma parcela do pagamento do Estado

que aumenta necessariamente, porque o valor que existia de contributos mantém-se inalterado.

O que é que acontece? Há um pagamento adicional do Estado e, portanto, isso tem sido ajustado. Por isso, os financiamentos que o Estado aportou à Fundação têm a ver com este diferencial entre...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É essa parte que as operadoras dizem que está em atraso...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, para nós, nada está em atraso, porque, relativamente ao encontro de contas feito em Setembro, tudo foi liquidado.

Agora, estamos em processo para um novo encontro de contas com reporte no final do ano e, necessariamente, serão encontrados valores que temos de pagar, pelo que serão feitos os mesmos procedimentos que fizemos no passado recente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Paulo Campos.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, só para que consta da acta...

O Sr. **Presidente**: — Já ultrapassámos em muito o limite legal que está previsto na lei para as inquirições em processo penal.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, só para que consta da acta...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, essa é em minha defesa.

O Sr. **Presidente**: — É em nossa defesa, mas também em defesa do Sr. Secretário de Estado, claro.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Apenas 20 segundos, Sr. Presidente.

Só para que conste da acta, porque o Sr. Secretário de Estado leu há pouco o relatório de 31 de Dezembro de 2008 do Comité de Validação e porque eu referi que existia uma condição nesse relatório, passo a ler o 1.º § da segunda página: «Quanto à parcela das verbas afectas a outros projectos da iniciativa dos operadores,...» — portanto, aquilo que vai para além do e.iniciativa — «... estes têm vindo a reportar os valores já despendidos com projectos validados, valores esses da responsabilidade dos operadores e que oportunamente serão sujeitos a um procedimento de auditoria.» Ou seja, os projectos são validados,...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Com certeza!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — ... os montantes não são validados e os valores são comunicados pelos operadores.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não verdade!

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estou a ler o que está no relatório...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado interpreta mal aquilo que está no relatório.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Estou a ler o que está no relatório

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Desculpe, não senhor.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não vale a pena, de facto.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, são muito claras as regras que estão. Basta ir ver o decreto-lei em que foi nomeado o Comité de Validação. Está lá muito claro que o Comité de Validação tem que validar os projectos. O Comité de Validação não é uma «caixa de correio» que recebe dos operadores o valor...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O que eu disse foi que não havia validação de verbas. Foi o que eu disse e mantenho, pura e simplesmente.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, vamos ser claros. Há validação de verbas. Mas essa validação ainda tem uma segunda fase, que é o de auditoria dessas verbas. É o que acontece no e.escola e no e.escolinha, exactamente a mesma coisa. Ou seja, há uma validação. Aquele projecto que foi entregue pelo operador *x* ao Comité de Validação, o Comité considerou-o válido, ou seja, está dentro dos contributos que estavam fixados nas propostas...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O projecto não é o montante...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O projecto e os montantes...

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Não, não. É o que está aqui.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas sobre isso...

Deixe-me esclarecer: o projecto e os montantes estão validados, de acordo com a informação que lhe é prestada, como é óbvio.

No entanto, há um segundo procedimento, que é feito *a posteriori*. Há uma auditoria à contabilidade dos operadores para verificar se aquele valor que foi reportado se confirma ou não. Ora, isso não tem nada a ver com a decisão do Comité de Validação. O Comité de Validação validou. Agora, pode haver *a posteriori* uma alteração dessa validação, em função de uma auditoria que confirma ou não esses montantes. Desse ponto de vista, o Comité de Validação validou aqueles projectos naqueles montantes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, muito obrigado pela colaboração que deu a esta Comissão de Inquérito.

Srs. Deputados, amanhã, temos duas audições: uma, de manhã, e outra, à noite. Espero que, esgotados como vamos sair hoje daqui, amanhã tenhamos noção do tempo útil de cada uma dessas audições.

Está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 13 minutos.